Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Epidemia Midiática: um Estudo sobre a Construção
de Sentidos na Cobertura da Folha de S.Paulo sobre
a Febre Amarela, no Verão 2007-2008**

Cláudia Malinverni

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em Saúde
Pública.**

**Área de Concentração: Saúde, Ciclos de Vida
e Sociedade**

**Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria
Belloni Cuenca**

São Paulo

2011

Epidemia Midiática: um Estudo sobre a Construção de Sentidos na Cobertura da Folha de S.Paulo sobre a Febre Amarela, no Verão 2007-2008

Cláudia Malinverni

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Área de Concentração:

Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade

Linha de pesquisa:

Comunicação e Informação Científica em Saúde Pública

Orientadora:

Profa. Dra. Angela Maria Belloni Cuenca

São Paulo

2011

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

À minha mãe, Berenice, cujas mãos firmes e amorosas me guiaram pelo caminho.

Aos meus irmãos Guacira, Luci e Joel, parceiros de duras e vitoriosas jornadas.

E especialmente à minha filha Clarissa, razão do meu afeto e do meu viver, que me faz aprender enquanto a ensino.

O mundo não faria sentido sem vocês.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Angela Maria Belloni Cuenca, pela orientação invariavelmente solidária e que se traduz na realização deste trabalho.

Ao apoio constante de professoras, professores, funcionárias, funcionários do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, particularmente ao amigo Leandro Cleto, do Departamento Materno Infantil, e Angela Maria P. S. de Andrade, da Pós-Graduação, que empenharam seu saber, seu tempo e sua paciência para que eu pudesse seguir na jornada.

Às professoras Diná Monteiro da Cruz, Maria Luiza Gonzalez Riesco, Simone Diniz, da disciplina Evidências em Saúde, ministrada na Escola de Enfermagem da USP, no primeiro semestre de 2011, pela compreensão e acolhida.

À ajuda inestimável do amigo Ricardo Menezes, pelos textos e discussões instigantes, pelas interlocuções preciosas que nortearam os caminhos dissertativos. A ele devo muito da consistência teórica e metodológica deste estudo.

Ao grande amigo Acácio Morais pela solidariedade em todos os momentos, sobretudo naqueles de grandes incertezas e medos paralisantes. A crença que ele depositou em mim foi definitiva para que eu seguisse em frente.

À Marlene Rodrigues da Silva, por cuidar da minha família e da minha casa como se fossem as suas. A ela devo boa parte do sossego nos longos dias dissertativos.

Às amigas queridas de todas as horas Letícia Campos, pelas traduções primorosas, feitas sempre prontamente, e Paula Opromolla, pela preciosa força-tarefa no apagar das luzes dissertativas.

Agradecimentos

Em particular, quero agradecer aos novos amigos do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde da PUC-SP, especialmente às professoras doutoras Mary Jane Spink, Jaqueline Machado Brigagão e Vanda Nascimento e ao mestre Thiago Ribeiro de Freitas. Com eles aprendi que o fazer científico pode ser uma aventura intelectual ao mesmo tempo extraordinária e acolhedora, que traduz uma combinação rara de excelência teórico-metodológica e vigorosa generosidade.

Malinverni C. Epidemia Midiática: um Estudo sobre a Construção de Sentidos na Cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre Febre Amarela, no Verão 2007-2008. São Paulo; 2011. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP]

RESUMO

De natureza qualitativa, o presente estudo situa-se no campo da comunicação e saúde, tendo como objetivo analisar a construção de sentidos no noticiário veiculado pela *Folha de S.Paulo* durante a epizootia de febre amarela silvestre e a ocorrência de casos humanos, no verão 2007-2008. Utilizando o quadro referencial teórico das práticas discursivas e construção de sentidos no cotidiano e as hipóteses de agendamento (*agenda-setting*) e enquadramento (*framing*) da notícia, foram analisadas as matérias veiculadas pelo jornal e os documentos comunicativo-institucionais emitidos pela autoridade de saúde pública brasileira sobre a doença, no período de 21 de dezembro de 2007 a 29 de fevereiro de 2008. Os achados indicam que a veiculação de repertórios interpretativos durante a cobertura jornalística conferiu novos sentidos à febre amarela, deslocando o evento de sua forma silvestre, espacialmente restrita e de gravidade delimitada, para a urbana, de caráter epidêmico e potencialmente mais grave. Secundariamente, a análise permitiu identificar os riscos a que a população foi exposta em função dos sentidos construídos pelo noticiário durante a cobertura jornalística sobre a doença.

Descritores: Febre amarela; Jornalismo; Comunicação em saúde; Práticas discursivas; Agendamento; Enquadramento.

Malinverni C. Mediagenic Epidemic: a Study about the Construction of Meanings by *Folha de S.Paulo* Press Coverage about Yellow Fever in 2007-2008 Summer. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP]

ABSTRACT

In a qualitative approach, this study is located in the field of communications and health and aims to analyze the construction of sense in the news reported by the newspaper *Folha de São Paulo* during the epizootics of jungle yellow fever and the event of human beings affected by the disease, during the summer 2007-2008. Employing the theoretical reference scheme of discursive practices and construction of sense in daily life and the news hypothesis of agenda-setting and framing. During the analysis the news released by the newspaper and communicative and institutional documents issued by the Brazilian Public Health authority regarding the disease, during the period between December, 21st, 2007 and February, 2008 were compared. Findings show that the issuing of interpretative repertoires during the news coverage conferred new senses to yellow fever, switching the event from its jungle form, which is restricted in terms of comprehension and of seriousness, to the urban form, typically epidemic and potentially more serious. As a secondary finding, the analysis allowed the identification of the risks to which the population was exposed regarding the sense constructed by the news during the coverage of the disease.

Descriptors: Yellow fever; Journalism; Communication in health; Discursive practices; ; Framing.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 NOTICIÁRIO DE IMPACTO	14
1.1.1 Relativizando o Discurso Público	15
1.1.2 A Febre Amarela Vira Notícia	17
1.2 FEBRE AMARELA: TRAJETO HISTÓRICO	18
1.2.1 A Febre Amarela no Brasil Colônia	19
1.2.2 A Doença em Novo Contexto	23
1.2.3 A Descoberta do Ciclo Silvestre	29
1.2.4 Febre Amarela, Etiologia e Epidemiologia	34
1.2.5 Ciclos Urbano e Silvestre	36
2 OBJETIVOS	40
2.1 GERAL	40
2.2 ESPECÍFICOS	40
3 MARCO TEÓRICO	41
3.1 COMUNICAÇÃO DE MASSA: REALIDADE SIMBÓLICA	41
3.1.1 Jornalismo e Saúde	43
3.1.2 Um Processo Excludente	45
3.2 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO	48
3.2.1 <i>Mass Media</i> e a Construção da Realidade	49
3.2.2 Hipótese do <i>Agenda-Setting</i> : Perspectiva Histórica e Conceitos Fundamentais	52
3.2.3 <i>Agenda-Setting</i> : Natureza e Processos	56
3.2.4 Noticiabilidade e Valores-Notícia	59

3.3 <i>FRAMING</i> : ENQUADRANDO A NOTÍCIA	67
3.3.1 Formatos de <i>Framing</i>	69
4 METODOLOGIA	73
4.1 LINGUAGEM, LUGAR DE SENTIDO	73
4.1.1 Foco na Linguagem em Uso	75
4.1.2 Documentos de Domínio Público	80
4.1.3 Jornais Diários, Terreno de Sentidos	82
4.2 PROCEDIMENTOS	87
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	88
5.1 FEBRE AMARELA E O SURTO “MIDIÁTICO”	88
5.1.1 “Este País Tem Alarme/ <i>Folha de S.Paulo</i> ”	88
5.1.2 Caracterização das Matérias Analisadas.....	90
5.2 O PROCESSO DE AGENDAMENTO DA FEBRE AMARELA.....	94
5.2.1 Qual Febre Amarela?	97
5.2.2 A Politização da Doença.....	103
5.2.3 Epidemia Mediada	106
5.2.4 Questão de Estado.....	111
5.2.5 Afogando em Números: o Fenômeno em Evidência	112
5.3 DOENÇA VACINAL, ESGOTAMENTO DA AGENDA	114
5.3.1 Óbitos Vacinais: Noticiabilidade Involuntária	121
5.3.2 A Febre Amarela no cotidiano.....	123
5.4 PRÁTICAS DISCURSIVAS, POSSÍVEIS CONSTRUÇÕES DE SENTIDO	125
5.4.1 Estilo Jornalístico: Notícia – Publicada em 05/01/08 – Editoria “Cotidiano”	125

5.4.2	Estilo Jornalístico: Texto de Opinião – Publicado em 10/01/08 – Editoria “Opinião”	128
5.4.3	Estilo Jornalístico: Reportagem – Publicada em 14/01/08 – Editoria “Cotidiano”	133
5.4.4	Estilo Jornalístico: Editorial – Publicado em 15/01/08 – Editoria “Opinião”	137
6	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES	145
7	REFERÊNCIAS	149
	APÊNDICES	157
	Apêndice 1 - Matérias sobre febre amarela publicadas no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , de acordo com a ordem cronológica, título, tipo de editoria, autoria e endereço de acesso	157
	Apêndice 2 - Documentos oficiais sobre a epizootia de febre amarela emitidos pelas autoridades de saúde pública, entre 3 de janeiro e 28 de fevereiro de 2008, de acordo com a ordem cronológica, título, tipo de documento e órgão	168
	Apêndice 3 - Número de matérias publicadas, por edição e editoria, no período de estudo	172
	ANEXOS	172
	Anexo 1 - Currículo lattes da orientanda	172
	Anexo 2 - Currículo lattes da orientadora	175

1 INTRODUÇÃO

Tida como um dos maiores fenômenos sociais do Ocidente, a partir de meados do século XX a comunicação midiática, notadamente em sua vertente de massa (*mass media*), tem desempenhado papel central e imprescindível nos processos de produção de sentidos e construção da realidade nas sociedades contemporâneas. No complexo campo de estudos dos *mass media* o jornalismo emerge como área estratégica para a configuração mediada do espaço público, representando uma cultura de forte intervenção no cotidiano das populações ocidentais, por sua vez ancorada em uma relação social “densa e demarcada, um modo específico de buscar e narrar a informação, um tipo de saber, uma *práxis* que inclui a construção da personalidade pública do jornalista e um *ethos* jornalístico” (KUCINSKI, 2000, p. 181-6).

À luz deste conceito basilar e filiando-se às teorias que postulam que o fazer jornalístico é sempre resultado das condições de produção dos meios de comunicação (*newsmaking*) e da cultura profissional de cada jornalista – às quais as informações geradas no cotidiano são submetidas, sendo, então, transformadas em notícia (WOLF, 1999; SPINK et al., 2001; GOMES, 2007; SOUSA, 2007) –, o presente trabalho faz uma reflexão sobre a produção e a circulação de sentidos na cobertura da epizootia de febre amarela silvestre (FAS) e de casos da doença entre humanos realizada pela *Folha de S.Paulo*, entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008.

Sob essa perspectiva, analisamos como o processo de construção da notícia sobre o agravo amarílico na *Folha de S.Paulo* deslocou o fenômeno da esfera silvestre, definida pelo discurso epidemiológico como um evento espacialmente localizado e de gravidade limitada, para a esfera urbana, caracteristicamente epidêmica e potencialmente mais grave. Avaliamos, também, os impactos que esse deslizamento de sentidos provocado pela cobertura jornalística teve sobre o sistema nacional de imunização e, principalmente, os riscos a que a população brasileira ficou exposta em razão desse noticiário.

1.1 NOTICIÁRIO DE IMPACTO

O impacto do noticiário sobre o Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (PNI/MS) pode ser mensurado no número de doses de vacinas distribuídas entre o final de dezembro de 2007, quando as primeiras notícias sobre a epizootia de febre amarela começaram a ser publicadas, e 22 de fevereiro de 2008. Nesse período, o PNI/MS distribuiu aos Estados e Distrito Federal 13.630.700 doses. Em contraste, a série histórica do programa indica uma distribuição de rotina entre 15 milhões e 16 milhões ao longo de um ano. Em pouco menos de dois meses, mais de 7,6 milhões de vacinas foram aplicadas, 6,8 milhões só em janeiro, mês em que foi registrado o maior volume de notícias sobre a febre amarela (BRASIL, 2008a). A grande maioria das pessoas não tinha indicação para a vacina antiamarílica, que, segundo preconizam a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Ministério da Saúde (MS), só deve ser administrada a moradores e a viajantes das áreas de risco de contração da doença (BRASIL. MS/FUNASA, 1999).

No início de fevereiro de 2008, em razão do aumento exponencial da demanda interna pela vacina, o Brasil – que é um dos três fabricantes mundiais pré-qualificados pela OMS para a produção da vacina contra a febre amarela – suspendeu a exportação do imunobiológico. Antes, em 18 de janeiro, o Ministério da Saúde já havia apresentado à OMS um pedido de empréstimo de 4 milhões de doses do estoque de emergência global, que é gerido pelo Grupo de Coordenação Internacional sobre Vacinas Provisão para Controle de Febre Amarela (YF-ICG). A medida visava manter o estoque nacional da vacina antiamarílica nos níveis exigidos pela OMS e, ao mesmo tempo, assegurar uma eventual campanha de vacinação de emergência (WHO, 2008).

Fabricada pelo Bio-Manguinhos desde 1937, a vacina contra a febre amarela tem demonstrado segurança e efetividade no controle da doença, com raros registros de complicações graves pós-vacinal – apenas entre 2% a 5% dos vacinados podem apresentar algum tipo de reação, com raros casos de encefalite pós-vacinal ou

reações de hipersensibilidade imediata, que ocorrem principalmente em pessoas com histórico de alergia a derivados de galinha (BRASIL, 1999). Porém, como qualquer produto farmacêutico, a vacina antiamentária pode apresentar efeitos colaterais ou eventos adversos, algumas vezes bastante graves, como é o caso da doença viscerotrópica, a forma mais rara e grave de reação ao vírus vacinal, que pode causar choque, derrame pleural e abdominal e falência múltipla dos órgãos.

Ao longo das últimas décadas, esses eventos viscerotrópicos foram bastante raros no país. Entre 1999 e 2007, o Sistema de Vigilância de Eventos Adversos Pós-Vacinação (EAPV), vinculado ao PNI/MS, registrou 8 casos, com 7 óbitos. Em 2008, foram confirmados 8 casos de reação adversa grave à vacina, dos quais seis foram a óbito. Dessas mortes, duas foram confirmadas como doença viscerotrópica (forma mais grave de reação ao vírus vacinal, com choque, derrame pleural e abdominal e falência múltipla dos órgãos) e uma, até o encerramento da presente pesquisa, ainda estava em investigação (BRASIL, 2009).

1.1.1 Relativizando o Discurso Público

Em perspectiva histórica é possível identificar uma relação em geral conflituosa entre os gestores da saúde pública brasileira e a mídia corporativa privada, particularmente na área jornalística. É importante notar que o foco do noticiário na vacina contra a febre amarela remonta a outro episódio igualmente conflituoso entre a imprensa e a saúde pública brasileira, numa repetição do cenário epidemiológico do início do século XX, quando Oswaldo Cruz, ícone do primeiro modelo hegemônico da saúde pública do Brasil, baseado no ideário sanitaria-campanhista (CARVALHEIRO et al., 2008; PELICIONI, et al., 2008), instituiu um programa de vacinação obrigatório contra a varíola. Legitimado por um aparato político e social que dava aos sanitaristas poder de polícia, a medida sofreu forte reação popular, simbolizada no episódio que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”, em grande parte alimentada pelos debates intensos entre os cientistas da

Introdução

época, que questionavam a eficácia do imunobiológico, que tiveram lugar privilegiado nos jornais diários (CARRETA, 2008).

Similarmente, mais de cem anos depois, a imprensa corporativa privada foi novamente o espaço de excelência para a discussão da febre amarela. No noticiário da *Folha de S.Paulo*, o discurso midiático impôs um sentido de cenário epidêmico, do qual a população só estaria a salvo se imunizada pela vacina, em oposição à tese dos gestores da saúde pública, que negavam tal cenário. Na instância discursiva, travou-se uma luta simbólica e o repertório técnico-científico das autoridades e especialistas em saúde pública não conseguiu emergir e contrapor-se ao discurso jornalístico, que produzia, dia após dia, o sentido de uma epidemia de febre amarela de grandes proporções.

De modo geral, parece haver um consenso entre os jornalistas e as empresas privadas de comunicação de que as informações oriundas das instâncias públicas de saúde não são confiáveis. Na publicação *Novo Manual da Redação da Folha de S.Paulo* (1996)¹ ao verbete “epidemia” segue-se a frase: “É comum autoridades da área de saúde negarem a existência ou protelarem a divulgação de epidemias, sob o argumento de não criar pânico. A Folha considera que *noticiar uma epidemia é a melhor forma de combatê-la*” [grifos nossos]. Alguns teóricos do campo da comunicação e da saúde corroboram a tese. Para Bernardo KUCINSKI (2000, p. 181-5) o envolvimento dos jornalistas em “campanhas de prevenção é delicado; pode levar à *intimidade com instituições e agências de governo*, à *renúncia do distanciamento crítico* e da *capacidade de revelar e criticar políticas públicas*; a trocar a lógica analítica e explicativa do bom jornalismo pela retórica da persuasão” [grifo nossos]. O autor observa que esse é um dos dilemas do jornalismo dedicado à saúde: “como participar de campanhas sanitárias ou preventivas, de propaganda e de esclarecimento, sem violar a demarcação ética que distingue jornalismo de outras

¹Publicação que reúne os princípios do grupo Folha da Manhã e orienta as redações dos jornais editados pela empresa.

atividades comunicativas, em especial da propaganda e das relações públicas?” É nesse ambiente permeado por objeções que ocorre a cobertura jornalística da saúde pública brasileira.

Essas postulações implicam dizer que, mesmo as experiências do sistema público reconhecidamente exitosas, entre elas as ações de controle ou erradicação das doenças infectocontagiosas e imunopreviníveis, estão sujeitas à relativização midiática que, com grande frequência, desemboca na suspeição dos discursos oficiais. Ou seja, *a priori*, os jornalistas não deveriam confiar na assertividade das medidas anunciadas pela autoridade pública de saúde para controlar a doença.

Como observou o jornalista Venício A. de Lima², citado por MACHADO (2008), durante o seminário “As relações da saúde pública com a imprensa: o caso da febre amarela”, promovido pela Fiocruz/Brasília, em março de 2008, enquanto a mídia indicava um agravamento da doença, os boletins do Ministério da Saúde mostravam o seu controle: “Algumas manchetes chegavam a colocar sob suspeita a informação oficial e ignoravam documentos oficiais.”

1.1.2 A Febre Amarela Vira Notícia

Na última quinzena do mês de dezembro de 2007, em uma chamada de capa, o jornal *Correio Brasiliense* publicou a primeira reportagem sobre a ocorrência de febre amarela silvestre naquele ano. O interesse pelo tema, que ocuparia com destaque as páginas do jornal ao longo de 27 dias consecutivos, foi despertado por uma nota técnica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que alertava sobre a morte de macacos e a ocorrência do primeiro óbito humano, no Centro-Oeste do País (MACHADO, 2008).

² Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília (UnB) e colaborador do Observatório da Imprensa, fórum não-governamental que acompanha, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira.

Daí em diante, houve um efeito multiplicador: todos os veículos de comunicação de massa (outros jornais de abrangência nacional, revistas, rádio, televisão e internet) passaram a noticiar o evento com destaque. A doença transformava-se no que os analistas mais críticos chamariam, depois, de “surto midiático”.

Para entender como os sentidos foram sendo produzidos na cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre a febre amarela, no verão 2007/2008, o presente estudo, de natureza qualitativa, faz uma análise das matérias veiculadas pelo jornal e dos textos (informes/notas técnicas e *press releases*) divulgados pelos órgãos públicos de vigilância em saúde, ambos entendidos como documentos de domínio público.

A análise é ancorada na abordagem teórico-metodológica de produção de sentidos e práticas discursivas, segundo a qual o “sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 41). Como práticas discursivas, os grandes jornais diários, acentua Peter SPINK (2004, p. 138) são “ótimas vitrines para as idas e vindas dos sentidos”.

Para analisar os mecanismos que colocaram o tema febre amarela no foco do noticiário da grande imprensa, no período estudado, o presente trabalho utilizará, também, as hipóteses teóricas do *agenda-setting* (agendamento da informação) e *framing* (enquadramento).

1.2 FEBRE AMARELA: TRAJETO HISTÓRICO

Antes de prosseguirmos, entendemos ser importante contextualizar o processo de construção política e social da febre amarela (FA) no espaço público. Assim, este capítulo percorre o trajeto histórico da doença no Brasil, a partir de seu surgimento, no período colonial, até o seu atual modelo de prevenção e controle. Essa trilha abre caminho para identificação, reflexão e discussão das práticas

discursivas em torno da febre amarela e os sentidos que a população consolidou sobre a doença a partir das medidas sanitárias adotadas ao longo de mais de 160 anos. O percurso evidencia o protagonismo da febre amarílica na construção das políticas científicas e de saúde pública brasileiras, bem como sua centralidade no processo de modernização do País, num período em que o saber médico figurava como elemento central para o progresso econômico e social, ideário deflagrado com o advento das ciências pateurianas, nas últimas décadas de 1800.

1.2.1 A Febre Amarela no Brasil Colônia

Destaque entre as doenças infecciosas que assolaram vastas regiões tropicais das Américas e da África, a partir do século XV³, a febre amarela permeia indelévelmente a história das políticas científicas e da saúde pública dos países do terceiro mundo. Por mais de cem anos, entre as décadas de 1850 e 1950, a doença mobilizou enormes recursos financeiros e técnico-científicos, principalmente na América Latina, com destaque para o Brasil, mesmo não se configurando como a mais grave das patologias que atingia, então, o continente⁴ (LÖWY, 2006).

Data de 1648 o primeiro registro de ocorrência amarílica⁵ no mundo, com descrição precisa de sintomas clínicos (febre violenta, icterícia, presença de albumina na urina e, nos casos mais graves, hemorragias múltiplas). Naquele ano, uma

³Início da Era dos Descobrimentos, também chamada de Era das Grandes Naveações, que se estendeu até o começo do século XVII, período em que os países do Velho Mundo, primeiro Portugal e Espanha e depois outras nações europeias, em busca de novas rotas comerciais, descobriram novos e vastos territórios nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

⁴À época, tuberculose, febre tifóide e difteria, entre outras doenças transmissíveis, grassavam por toda a América Latina com letalidade consideravelmente maior do que a da febre amarela (LÖWY, 2006).

⁵Ao longo desta dissertação, usaremos a expressão “amarílica(o)” como metonímia da doença febre amarela e/ou ocorrência, evento e acontecimento que se refira ao episódio em análise.

Introdução

epidemia da doença atingiu Yucatan, no México (FRANCO, 1969), de onde expandiu-se rapidamente para as Américas Central e do Sul, atingindo pontualmente algumas áreas portuárias ao Norte do continente americano, como a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1668 (LÖWY, 2006).

A doença só chegaria ao Brasil em 1685, trazida, ao que indicam os historiadores, por um navio vindo das Antilhas, no Caribe, irrompendo violentamente no Recife (PE), onde matou mais de “600 homens brancos, além de uma dezena de mulatos e pouquíssimos negros e mulheres” ((FRANCO, p. 15). Para enfrentar a nova doença, que se repetiria epidemicamente nos anos seguintes, o governador de Pernambuco, o marquês de Montebelo, determinou a adoção de uma série de medidas profiláticas, definidas pelo médico português Ferreira da Rosa. Entre elas, defumação das casas e limpeza das ruas. Embora Rosa não suspeitasse nem remotamente que a febre amarela fosse transmitida por insetos, tais “medidas (...) combatiam os mosquitos, afugentando-os e reduzindo o número de focos do *Aedes aegypti*” (FRANCO, p. 13).

Tida como a primeira campanha sanitária do continente americano, a ação do governo pernambucano era sustentada por um regulamento draconiano que “estabelecia pesadas multas, prisão e açoites aos seus infratores”. Inaugurando a tradição policalesca que marcaria o sanitarismo brasileiro nos séculos seguintes, foi dirigida por um militar das tropas coloniais, o capitão Manoel Pinto, reconhecido como o primeiro inspetor de higiene do Brasil. Sobre o rigor das campanhas, FRANCO (1969) assinalou que, com ela, instituía-se “através dos bandos de Montebelo, uma *verdadeira ditadura sanitária* em Pernambuco” (p. 13) [grifos nossos].

Em 1686, a doença amarílica chegou à Bahia na forma de uma grave epidemia que afetou 25 mil pessoas e deixou 900 mortos. Há indícios de que, em seguida, adquiriu no País um caráter endêmico, com focos nas regiões Norte e Nordeste. Inexplicavelmente, depois se manteve silenciosa por quase dois séculos, diferentemente do que ocorria em várias nações do Novo e do Velho Mundos, assolados sem tréguas por frequentes e devastadoras epidemias amarílicas. Em razão

desse perfil, aponta FRANCO (1969), a febre amarela foi negligenciada pelas autoridades coloniais.

Somente no verão de 1849-50 a febre amarela reapareceu no Rio de Janeiro, então a capital do Império, afetando um terço dos 266 mil habitantes da Corte e deixando um saldo oficial de 4.160 mortos. Repetindo-se regularmente nas décadas seguintes, tornou-se primeiro um entrave ao comércio internacional brasileiro⁶ e, depois, à incipiente política de imigração, engendrada no bojo da crise nas relações de trabalho, na segunda metade do século XVIII (LÖWY, 1998/1999).

À época, no que dizia respeito às doenças transmissíveis, a ciência médica ocidental estava dividida entre contagionistas e infeccionistas. E os médicos brasileiros não fugiam à regra. Além das arenas especializadas, como a Academia Imperial de Medicina e o Parlamento, os debates calorosos entre as duas correntes teóricas eram travados pela imprensa. Aqui é importante observar que os jornais atuavam, então, como tribunas ampliadas, em razão do declarado engajamento ideológico de toda a imprensa da época, modelo que começou a ser forjado durante o Primeiro Reinado (1822-1831), sendo o jornalismo daquele período, como aponta RIBEIRO (2007, p. 20), “um dos principais instrumentos da luta política, era essencialmente de opinião”. E foi por meio dos jornais que, nos primeiros meses do aparecimento da epidemia de febre amarela na Corte, deu-se a discussão inicial sobre uma possível causa religiosa para a febre amarela. Neles foram difundidas de opiniões que defendiam a idéia de que “o vômito preto era ‘o anjo da morte que Deus enviou a esta cidade, é o enviado da justiça de Deus” (CHALHOUB, 1996, p. 62).

Superado o argumento religioso, a febre amarela obrigou as autoridades imperiais a organizarem um sistema de defesa sanitária, instalando então a Comissão Central de Saúde Pública, em fevereiro de 1850, transformada em setembro daquele

⁶Entre as medidas que mais impactavam, e incomodavam, os interesses econômicos estava o regime quarentenário imposto aos navios oriundos de países afetados pela febre amarela e outras doenças, como o cólera (CHALHOUB, 1996).

Introdução

ano em Junta Central de Higiene Pública. Incorporando as Inspeções de Saúde dos portos do Rio de Janeiro e do Instituto Vacínico, a Junta uniformizou os serviços sanitários então existentes e passou a formular as políticas de saúde pública do Império (FRANCO, 1969).

Naquela epidemia, a exemplo do que ocorrera no século XVII, também se verificou que a febre amarela tinha um caráter seletivo: as principais vítimas eram os estrangeiros brancos recém-chegados à Corte (viajantes, tripulações dos navios, tropas coloniais, colonos e imigrantes), enquanto os nativos, principalmente os afrodescendentes, apresentavam uma forma benigna da moléstia (LÖWY, 2006). Essa constatação, combinada com o fato de que não se conhecia então a forma de transmissão da doença, acabou imbricando o desafio de seu enfrentamento a temas políticos e ideológicos, também discutidos pela imprensa. As explicações médicas para as epidemias dos anos 1850 e 1870 indicam a interdependência entre pensamento médico e ideologias políticas e raciais. Esse ideário evidencia que, ao lidar com a doença naquele momento histórico, “as autoridades de saúde pública dos governos do Segundo Reinado *inventaram* alguns fundamentos essenciais do chamado ‘*ideal de embranquecimento*’” [grifos nossos] (CHALHOUB, 1996, p. 62), que, acreditavam seus ideólogos, seria alcançado naturalmente com a miscigenação de negros e europeus.

Depois de um período de ausência⁷, a volta da doença ao Rio de Janeiro aprofundou entre os médicos higienistas a ideia de que o controle da febre amarílica dependia de uma intervenção intransigente no ambiente urbano. Historiadores apontam as violentas epidemias de 1873 e 1876 como um divisor de águas que deu à questão novos contornos políticos, raciais e ambientais: a febre amarela, que se mantinha como maior algoz entre os imigrantes europeus – já então a força de trabalho majoritária nas lavouras do Sudeste brasileiro em detrimento dos negros,

⁷ Entre 1862 e 1867, a febre amarela esteve ausente da Corte (CHALHOUB, 1996).

para os quais, a propósito, a doença seguia inócua –, demandava medidas sanitárias mais radicais.

No arcabouço ideológico higienista, além da intervenção urbana para “limpeza generalizada” dos espaços públicos da Corte, destacava-se a investida contra os cortiços e outras habitações coletivas (pensões e hospedarias). Localizadas na região central da cidade, essas habitações eram tidas pelas autoridades sanitárias, com amplo apoio das classes dominantes, como focos incessantes de moléstias, com destaque para a febre amarela e a varíola. Nos anos seguintes, como a doença amarílica mantinha-se epidêmica, muitas dessas habitações, que abrigavam majoritariamente ex-escravos e imigrantes, foram destruídas⁸. O corolário dessa política higienista foi o despejo em massa dos pobres da cidade para os morros e subúrbio cariocas (CHALHOUB, p. 86-90).

A despeito dessa radicalização, os higienistas não conseguiram controlar o flagelo amarílico. Ao contrário, a situação continuou se agravando nas décadas seguintes: entre 1870 e 1902, quando teve início o trabalho de Oswaldo Cruz, quase 45 mil pessoas morrem por complicações da febre amarela no Rio de Janeiro (FRANCO, 1969).

1.2.2 A Doença em Novo Contexto

Até o advento da ciência bacteriológica, cujas bases foram estabelecidas entre as décadas de 1870 e 1880, a abordagem científica, médica e epidemiológica de todas as moléstias transmissíveis estava ancorada na teoria contagionista clássica, segundo a qual a propagação das doenças ocorria por contato direto com pessoas e objetos contaminados. Embora coerente com o contexto das ciências médicas do

⁸Entre eles, o “Cabeça de Porco”, mais célebre cortiço carioca do período, demolido em 26 de janeiro de 1893 (CHALHOUB, 1996).

Introdução

período, essa hipótese implicava a adoção de uma série de medidas profiláticas que feriam seriamente os interesses econômicos das nações do Velho e do Novo Mundo. Era particularmente oneroso o regime quarentenário ao qual ficavam submetidos os navios provenientes das regiões portuárias afetadas por epidemias (LÖWY, 2006).

Ao ser confirmada a transmissão da febre amarela pela picada do mosquito, em estudos conduzidos por militares norte-americanos da Comissão Reed⁹, entre 1900 e 1901, em Cuba, as percepções de cientistas, médicos e autoridades de saúde pública sobre a doença mudaram radicalmente. A descoberta abria para o mundo uma nova perspectiva científica nas pesquisas sobre a doença, com ênfase na compreensão da sua etiologia e difusão, colocando o termo “erradicação” no centro das discussões sobre prevenção e controle da doença.

“As quarentenas e as campanhas sanitárias não específicas não interromperam sua difusão. A luta eficaz começou com a descrição do papel do mosquito como vetor incontornável da doença. A partir do século XX, a febre amarela foi, portanto, apresentada como *a patologia que evidenciou a importância da ciência médica para a saúde pública*. Donde o papel simbólico, e não apenas prático, das campanhas contra essa doença” [grifos nossos] (LÖWY, 2006, p. 34).

No Brasil, esse novo paradigma foi decisivo na modelagem da tradição científica nacional, que tem em Oswaldo Cruz sua figura mais emblemática, e para a implementação de um modelo de políticas públicas na área de vigilância e controle de doenças infectocontagiosas. O marco desse processo foi a chegada ao país, em outubro de 1901, de uma missão francesa. Formada por três pesquisadores do Instituto Pasteur, ela foi incumbida de confirmar os resultados dos estudos da Comissão Reed.

⁹Referência ao major-médico Walter Reed, que chefiou a Comissão do Serviço de Saúde do Exército Americano, em Cuba. A Comissão Reed era integrada ainda por James Carrol, Aristides Agramonte e Jesse Lazear, este último, vítima de exposição ao vetor, morreu em razão da doença.

Introdução

Para surpresa dos franceses, o Brasil era, então, um país dotado de razoáveis infraestruturas médica e científica (hospitais, faculdades de medicina e instituições de pesquisa). Anote-se que, em janeiro de 1901, o médico Emílio Ribas, então diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, realizou pioneiramente, com base nos estudos do médico cubano Carlos Juan Finlay¹⁰ e nos resultados preliminares da Comissão Reed, uma bem-sucedida campanha de combate ao mosquito vetor da febre amarela, na cidade de Sorocaba, no interior paulista. Antes, portanto da campanha dos militares norte-americanos, iniciada em fevereiro daquele ano, e de ação semelhante no Rio de Janeiro, onde a experiência só seria reproduzida no final de 1902 (FRANCO, 1969).

Embora não seja escopo do presente trabalho, é importante observar que a missão francesa, que permaneceu no Brasil até 1905, é também marco do início do processo de transferência de ciência de um país industrializado, no caso a França, para um em desenvolvimento, o Brasil, sob o conceito de transferência unidirecional da ciência (conhecimentos e tecnologias) do centro para a periferia (LÖWY, 2006). Contudo, essa experiência da febre amarela, que ocorreria novamente com a chegada ao Brasil dos pesquisadores norte-americanos da Fundação Rockfeller, em 1916¹¹, demonstrou que a presença de pesquisadores que dominam a ciência de ponta nos países periféricos não garante o sucesso local de práticas baseadas nesse saber. Como assinala LÖWY (2006):

“Por volta de 1910, os especialistas brasileiros haviam adquirido os mesmos conhecimentos em matéria de transmissão da febre amarela que os melhores especialistas da França, Inglaterra, Alemanha ou Estados Unidos, prevalecendo-se de uma longa experiência prática nessa doença. Além disso, contavam em seu ativo com uma campanha de erradicação bem-sucedida. Os brasileiros *dispunham, portanto, do*

¹⁰ O trabalho da Comissão Reed foi baseado na hipótese de Finlay, sustentada desde a década de 1880, segundo a qual o vetor da febre amarela era o mosquito *Stegomyia fasciata*, mais tarde rebatizado *Aedes aegypti* (FRANCO, p. 56).

¹¹ A Fundação Rockfeller permaneceu no Brasil até 1955 (LÖWY, 2006).

Introdução

saber necessário para extirpar a febre amarela do seu país; na prática, contudo, a execução desse programa revelou-se mais difícil do que esperavam” [grifos nossos] (p. 34).

A missão francesa trazia na bagagem um laboratório bacteriológico completo, que reproduzia rigorosamente os padrões de excelência pasteurianos. Essa transferência de tecnologia e métodos contribuiu para o desenvolvimento da mais prestigiosa instituição de pesquisas em doenças transmissíveis do Brasil. Quando a missão chegou ao País, o médico Oswaldo Cruz – que fizera sua especialização em bacteriologia no Instituto Pasteur e no Laboratório Municipal de Paris¹² – era diretor técnico do Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos, já uma referência nacional, cuja direção geral assumiria em 1902 (FRANCO, 1969).

No ano seguinte, Cruz assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) com a incumbência de executar um ambicioso programa de saneamento na capital federal, que incluía a erradicação da peste, da varíola e da febre amarela, tida como o maior símbolo do atraso que impedia a modernização do Brasil. Na exposição que fez sobre o início das campanhas, publicada nos jornais de 1º de abril de 1903, Oswaldo Cruz destacava: “Dentre os problemas sanitários que devem ser atacados desde já, sobleva, em importância a todos, o referente à febre amarela” (FRANCO, 1969, p. 77).

Executada pelo Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, a campanha concentrou esforços no combate ao mosquito, no isolamento dos doentes e na vigilância de crianças e estrangeiros, mais susceptíveis à doença. Às medidas profiláticas, Cruz agregou uma ferramenta de comunicação, batizada de *Conselhos ao povo*, por meio da qual divulgava informações sobre a forma de transmissão da febre amarela e o controle do mosquito no ambiente domiciliar. Os *Conselhos* eram

¹² A historiadora Ilana LÖWY ressalta que Oswaldo Cruz não fez uma mera transferência dos conhecimentos bacteriológicos adquiridos em Paris, mas os adaptou aos estudos das doenças típicas dos países quentes, contribuindo decisivamente para o nascimento de uma nova disciplina: a medicina tropical (LÖWY, 2006).

publicados pela imprensa e distribuídos à população na forma de folhetos (FRANCO, 1969).

Estruturada em moldes militares, como ocorrera em Pernambuco, em 1685, a campanha oswaldiana dividiu a cidade em dez distritos sanitários, cada um dos quais chefiados por delegados de saúde – médicos, que, na sua atuação, podiam lançar mão do poder de polícia administrativa (sanitária)¹³. As brigadas de combate ao vetor, formadas por mata-mosquitos, percorriam a cidade para limpar calhas e telhados, exigindo a proteção de caixas d'água, colocando petróleo em ralos e bueiros e destruindo os criadouros de larvas. Nas áreas de foco, queimavam enxofre e piretro e isolavam os doentes, em casa ou no Hospital São Sebastião (BRASIL. MS/FUNASA, s/d).

Embora houvesse consenso quanto à gravidade da moléstia, não apenas em termos de saúde pública, mas também econômico e social, a campanha contra a febre amarela¹⁴ enfrentou resistências generalizadas. Diversos setores viam no caráter autoritário das medidas e na “invalidade” dos argumentos científicos que sustentavam as medidas profiláticas os seus maiores problemas. Mais uma vez, debates acalorados ocorreram, principalmente, por meio dos jornais. No *front* médico-científico, a oposição à hipótese de que a transmissão da febre amarela se dava exclusivamente pela picada do mosquito e as duras críticas às medidas adotadas vieram na forma de uma série de artigos de Nuno de Andrade, que antecederam Oswaldo Cruz na DGSP, publicada no *Jornal do Comércio* (LÖWY, 2006).

¹³ “Poder de polícia” é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Em síntese: é o freio de que dispõe a administração pública para conter os abusos do direito individual. São atributos do “poder de polícia”: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade (BARROS, 2006).

¹⁴ O maior símbolo da resistência da população do Rio de Janeiro ao conjunto de medidas profiláticas proposto por Oswaldo Cruz para livrar a cidade das doenças epidêmicas é a “Revolta da Vacina”, em novembro de 1904, quando ocorreram motins pelas ruas e uma rebelião na academia militar da Praia Vermelha, em protesto à obrigatoriedade da vacina contra a varíola (LÖWY, 2006).

Ao apontar interesses políticos como desencadeadores da agressiva investida contra o diretor de Saúde Pública, FRANCO (1969) avalia o papel desempenhado pelos jornais:

“A imprensa, mal orientada, preferiu colocar-se ao lado da oposição, investindo violentamente contra os atos oficiais e pessoalmente contra Oswaldo Cruz. Seus opositores não esperavam sequer que aparecessem os primeiros fracassos (se houvesse) da nova doutrina, para então atacá-la (...) a imprensa chasqueava do “general-mata-mosquito”, quando não sugeria sua exoneração por “indolente, sectário, ou inepto”. Houve jornais que chegaram ao extremo de instigar o povo a revoltar-se contra o serviço sanitário” [grifos nossos] (FRANCO, 1969, p. 83).

Com apoio irrestrito do então presidente da República, Rodrigues Alves, à campanha sanitária – que, na verdade, era o principal eixo de seu projeto de modernização do País –, surgiram os primeiros resultados. A mortalidade por febre amarela teve uma redução drástica no Rio de Janeiro: os óbitos caíram de 584 em 1903 para quatro, em 1908, e, no ano seguinte, nenhuma morte foi registrada, ficando a capital federal considerada livre da doença (FRANCO, 1969).

A partir daí, o sucesso elevou a campanha contra febre amarela à categoria de símbolo nacional, descrita como a vitória da ciência, da razão e “encarnação do poder civilizador do Estado Brasil”. Ao mesmo tempo, reforçou o poder político de Oswaldo Cruz, o que lhe permitiu transformar, em 1906, o Manguinhos (que continuou a dirigir mesmo após assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública) em instituto autônomo, subvencionado pelo poder público.

Ressalte-se que, na verdade, o Instituto Oswaldo Cruz foi o primeiro instituto de pesquisa, propriamente dito, da história brasileira; o primeiro a fazer contribuições científicas durante um período constante; e o primeiro a conferir ao País reputação científica no exterior. Em síntese: a instituição representou um primeiro passo importante na transformação das capacidades científicas brasileiras, pois nucleou o rompimento com a indiferença tradicional pela ciência existente até então, abrindo caminho para a ciência ser investigada com algum grau de sucesso em território nacional (STEPAN, 1976).

Rapidamente elevado pela comunidade científica internacional à referência de excelência em pesquisas científicas, o Manguinhos rendeu a seu diretor a Medalha de Ouro no 4º Congresso Mundial de Higiene e Demografia, realizado em Berlim, em 1907 (LÖWY, 2006). O autoritário “general-mata-mosquito” tornava-se um consagrado “herói nacional”, a quem a população, segundo os jornais da época (os mesmos que haviam instigado “o povo a revoltar-se contra o serviço sanitário”), devia gratidão e reverência (FRANCO, 1969, p. 90).

1.2.3 A Descoberta do Ciclo Silvestre

Nos anos seguintes, com a doença sob controle, o Rio de Janeiro viu a estrutura idealizada por Oswaldo Cruz (então dedicado exclusivamente a Manguinhos) de combate ao vetor da febre amarela ser desmontada, a despeito das recomendações em contrário do próprio e de outros pesquisadores de seu círculo. Nesse período, as péssimas condições de saúde em que estava mergulhado principalmente o Brasil rural, ignorado pelo poder público instalado na faixa litorânea do país, são reveladas pelas missões científicas de pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (denominação adotada em 1908), algumas das quais incluíram o próprio diretor.

Em 1916, quando a imprensa começou a divulgar os relatórios dessas expedições sanitárias, teve início o debate público sobre a situação de abandono a que estavam relegados os brasileiros do interior, principalmente do Norte e Nordeste, que viviam em condições de miséria absoluta. Revelando os impactos nefastos que essas condições provocavam à saúde e reivindicando uma ação efetiva do Estado, nascia aí um poderoso movimento sanitarista, focado na intervenção nas áreas rurais

e ancorado na convicção da medicina como elemento central do progresso nacional¹⁵ (LÖWY, 2006).

Ativo entre 1916 e 1920, esse movimento formou toda a geração de médicos sanitaristas que influenciaram as políticas públicas de saúde nas décadas seguintes, por meio de sua atuação no Serviço de Profilaxia Rural e no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) – órgão sucedâneo da Diretoria Geral de Saúde Pública –, criados em 1919 e 1920, respectivamente. Também influenciou a formação do ensino em saúde pública nas faculdades de medicina, propiciando, por fim, as condições para a instalação da Fundação Rockefeller¹⁶ no Brasil, a partir de meados dos anos 1910 (LÖWY, 2006).

Criada em 1913, a fundação patrocinada pelo magnata do petróleo John D. Rockefeller chegou pela primeira vez ao Brasil em 1916, oferecendo ao governo federal ajuda para erradicar a febre amarela e, principalmente, a ancilostomíase, doença que reunia os elementos-chave da ideologia rockfelleriana: a estreita associação entre ciência da saúde pública e gestão racional das sociedades. Do ponto de vista das ações sanitárias, a marcante passagem dos pesquisadores norte-americanos pelo país evoluiu de uma intervenção suave, quando o acordo firmado entre o governo brasileiro e a fundação foi efetivamente cooperativo (1923-27), para uma intervenção radical, que, entre 1929 e 1940, transferiu integralmente para os rockfellerianos a vigilância epidemiológica da febre amarela em todo o território nacional (LÖWY, 2006).

¹⁵ Essa tese foi elaborada a partir da triunfal campanha de Oswaldo Cruz contra a febre amarela, que alçou os sanitaristas à condição de “salvadores da pátria”. O movimento seria aglutinado mais tarde na Liga Pró-Saneamento, criada em fevereiro de 1918, dirigida por Belisário Penna, então funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública. O médico integrou a campanha de erradicação de febre amarela no Pará e a expedição Madeira-Mamoré, que controlou a malária nas áreas adjacentes à estrada ferro, ambas lideradas por Oswaldo Cruz. Nos anos seguintes, com a extinção da Liga, Penna assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural.

¹⁶ Não sendo objeto do presente trabalho, o papel da Fundação Rockefeller na formação do ensino e das políticas em saúde pública brasileiros não será aprofundado.

“Nessa época, os especialistas norte-americanos encarregados do Serviço de Febre Amarela brasileiro tinham total domínio sobre a vigilância epidemiológica da febre amarela, principalmente da rede de coleta de amostras de tecidos cadavéricos para análise patológica (viscerotomia), pela eliminação sistemática do mosquito *Aedes Aegypti* e, a partir de 1937) pela produção e distribuição da vacina (...) *Eles detinham, acima de tudo, o domínio do controle das populações brasileiras...*” [grifos nossos] (LÖWY, 2006, p. 174)

No Brasil, as campanhas contra a febre amarela da Fundação Rockefeller, realizadas ao longo de mais de 20 anos, transitaram da ideia de erradicação total da doença, quando não se conhecia o seu agente causador nem os seus ciclos epidemiológicos, para a erradicação do vetor. Esse movimento alterou completamente o conceito de controle da febre amarela. Na década de 1920, sob a hipótese de que o *Aedes aegypti* era o único mosquito envolvido na transmissão e o homem seu reservatório exclusivo, a meta era a completa eliminação da febre amarela do continente americano. O projeto baseava-se em medidas de redução da densidade de mosquitos pela destruição das larvas, nas cidades em que a densidade populacional permitisse a manutenção da doença. Tratava-se da teoria dos focos-chave, segundo a qual, uma vez controlados os focos de larvas e, consequentemente, impedindo o nascimento dos mosquitos, a febre amarela estaria facilmente condenada a desaparecer¹⁷.

Munida desse quadro conceitual global, a fundação fracassou em sua primeira campanha contra a febre amarela, realizada no litoral nordestino entre 1923 e 1925. O sucesso viria na fase seguinte, entre novembro de 1926 e março de 1928,

¹⁷ Essa visão não era compartilhada pelos especialistas brasileiros, que consideravam a persistência da doença no interior do País um fato consumado, sendo controlável apenas nas irrupções epidêmicas. Já para a população dessas regiões, tanto o mosquito quanto a doença amarela, eventualmente fatal, eram apenas mais um dos muitos problemas com os quais estavam habituados a conviver (LÖWY, 2006).

Introdução

quando a intervenção dos norte-americanos parecia ter livrado aquela região do *Aedes aegypti* – em 1927, nenhum caso da doença foi registrado ao longo de 11 meses. O êxito da campanha levou os pesquisadores da Fundação Rockefeller a planejar o seu retorno aos Estados Unidos (LÖWY, 2006).

Mas, em abril de 1928, ainda sob os auspícios da bem-sucedida missão rockefelleriana, surgia o primeiro caso da febre amarela no Rio de Janeiro, depois de uma ausência de duas décadas. A cidade somava, então, quase 1,8 milhões de habitantes, dos quais mais de meio milhão era considerado vulnerável à doença. A epidemia, que se estenderia até outubro de 1929, abalou as convicções dos especialistas norte-americanos, mas não seu prestígio. A imprensa, que ao longo da epidemia atacara duramente a política do Departamento Nacional de Saúde Pública, festejava ainda os resultados da campanha conduzida pela fundação, culpabilizando o órgão estatal pelo retorno da febre amarela à capital federal.

Controlada a epidemia, o governo brasileiro formalizou um acordo de cooperação com a fundação para combater a doença. A área a ser controlada foi dividida em dois setores: a Norte, da Bahia ao Vale do Amazonas, a cargo dos rockefellerianos; e a Sul, de São Paulo ao Espírito Santo, sob responsabilidade dos técnicos brasileiros do DNSP (FRANCO, 1969).

O retorno da epidemia ao Rio de Janeiro – a última de grandes proporções registrada em área urbana brasileira – já havia abalado inexoravelmente as convicções dos pesquisadores da fundação quanto à possibilidade de erradicação da febre amarela com base na teoria dos focos-chave. Em 1932, com a descrição do ciclo silvestre da doença, sua associação a animais selvagens e a constatação de que os seres humanos eram acidentalmente contaminados, a tese da eliminação total foi definitivamente descartada (LÖWY, 1998/1999).

O alvo das campanhas foi então redefinido. A teoria dos focos-chave, ou seja, a erradicação do *A. aegypti* apenas de áreas selecionadas, foi abandonada, sendo

adotado um plano de erradicação plena do vetor exclusivamente nas formas epidêmicas. A estratégia incluía (1) a identificação das áreas onde a febre amarela silvestre persistia endemicamente e (2), a partir de 1936, a vacinação contra o vírus amarílico¹⁸.

Ao longo da década de 1930, as políticas públicas de controle da febre amarela direcionaram o foco para os agentes patogênicos e seus vetores. Ou seja, estabeleceram suas bases na crença de que a eficácia das campanhas estava diretamente vinculada às habilidades dos especialistas da Fundação Rockefeller em detectar tanto o vírus quanto o seu mosquito transmissor. LÖWY (2006) observa que a percepção dos norte-americanos sobre a história natural e a epidemiologia da doença reduzia-se ao estudo dos meios pelos quais o vírus circulava entre mosquitos e animais vertebrados, sendo os seres humanos que viviam em áreas endêmicas meros veículos de transporte do vírus de um lugar a outro e criadores de condições para a disseminação do *A. aegypti*.

As descrições rockfellerianas das áreas endêmicas afetadas pela febre amarela silvestre incluíam elementos específicos da cadeia de transmissão (insetos e animais da floresta) e da paisagem, destacando a proximidade entre habitações humanas e a floresta tropical. Mas as precárias condições de vida das populações locais não eram vistas como condição necessária para uma campanha bem-sucedida, ou seja, na visão rockfelleriana a saúde estava dissociada do conjunto de fatores socioeconômicos que a determinam.

“A familiaridade com o estilo de vida, a cultura, as crenças e os padrões de comportamento das populações locais não era vista como pré-condição para um trabalho eficiente contra os mosquitos. Bastava saber como elas deviam comportar-se e então obter as prerrogativas

¹⁸ Os primeiros testes da vacina feitos no Brasil pela Fundação Rockefeller datam de 1936, utilizando o vírus 17E. Entre janeiro daquele ano e junho de 1937, 795 pessoas foram submetidas a testes vacinais em vários Estados brasileiros. Em março de 1937, os pesquisadores norte-americanos trouxeram para o país a vacina 17D (FRANCO, 1969). Produzida desde março daquele ano pelo Instituto Oswaldo Cruz, é até hoje utilizada no Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde.

legais adequadas para impor-lhes tal comportamento” (LÖWY, 2006, p. 199).

Em janeiro de 1940, cristalizada entre as autoridades e especialistas brasileiros em saúde pública, a ideia de erradicação do mosquito transmissor da forma urbana (*Aedes aegypti*), a Fundação Rockefeller retirou-se oficialmente do serviço de controle da doença, passando todas as ações de vigilância sanitária ao governo. Porém, o arcabouço ideológico rockefelleriano estava indelevelmente imbricado na vigilância epidemiológica brasileira da febre amarela.

Em 1942, ocorreram os três últimos casos da forma urbana no Brasil, no município de Sena Madureira, no Acre (TAUIL, 2010). Até 1955, os esforços públicos para a contenção da doença concentraram-se na eliminação do mosquito de todo o território brasileiro, enfim declarado livre do *A. aegypti*, em 1958, pela Organização Pan-Americana da Saúde¹⁹.

1.2.4 Febre Amarela, Etiologia e Epidemiologia

O êxito da erradicação do *Aedes aegypti* durou menos de dez anos. Em 1967, o mosquito reinfectou as capitais do Pará e Maranhão, de onde foi novamente eliminado em 1973. Antes que as autoridades de saúde pública brasileiras pudessem comemorar a nova conquista, o *A. aegypti* voltou a surgir no País. Em 1976, foi encontrado no porto de Salvador (BA), dali se propagando por todo o país. Naquele momento não existiam mais as condições oswaldianas para sua erradicação e, partir da década de 1990, o mosquito já estava presente em vastas extensões do território nacional, agora não mais como vetor da febre amarela urbana, mas da dengue,

¹⁹ No mesmo período, outros 17 países das Américas foram declarados livres de febre amarela pela OPAS.

atualmente uma das mais sérias doenças transmissíveis da saúde pública em nível global.

O mundo científico já dominava plenamente a etiologia da febre amarela: doença infecciosa febril aguda, não contagiosa, de curta duração e gravidade variável, de caráter endêmico ou enzoótico²⁰ nas regiões tropicais das Américas e da África, sendo importante causa de morbidade e letalidade em extensas zonas dessas áreas (BRASIL, 2005). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a febre amarela afeta anualmente cerca de 200 mil pessoas no mundo, provocando em torno de 30 mil óbitos (BRASIL, 2008b).

É causada por um arbovírus²¹ pertencente ao gênero *Flavivirus*, da família *Flaviviridae*, que reúne insetos transmissores também de outras doenças – além da febre amarela e dengue, West Nile e encefalite de Saint Louis, entre outras (VASCONCELOS, 2003). A febre amarílica é transmitida a primatas não humanos (macacos) e humanos por mosquitos hematófagos infectados da família *Culicidae*, dos gêneros *Aedes*, *Haemagogus* e *Sabethes* (GOMES et al., 2010). Manifesta-se ciclicamente em surtos isolados de epizootias²², que afetam várias espécies de macacos, e surtos que atingem acidentalmente os seres humanos, apresentando impactos importantes no campo da saúde pública. Os mosquitos atuam como reservatórios do vírus da febre amarela, enquanto os homens e macacos são seus hospedeiros (VASCONCELOS, 2003; GOMES et al., 2010; BRASIL, 2008b).

Primeira febre hemorrágica viral original descrita no mundo, a febre amarílica foi motivo de intensas controvérsias entre pesquisadores, que por mais de um século

²⁰ Doença enzoótica é definida como aquela sempre presente em uma comunidade animal (*Dicionário Houaiss*).

²¹ Vírus transmitidos por artrópodes, do inglês *arthropod borne virus*, os populares mosquitos.

²² Ocorrência de um um súbito e expressivo número casos de uma doença contagiosa entre determinada população animal, ao mesmo tempo e na mesma região, que se propaga com rapidez. Seu equivalente entre os seres humanos é a epidemia (*Dicionário Houaiss*).

discutiram se o vírus era originário das Américas ou da África. Hoje, graças a pesquisas ancoradas em biologia molecular, realizadas a partir de meados da década de 1990, é consenso entre a comunidade científica internacional que o vírus se originou no continente africano (VASCONCELOS, 2003).

1.2.5 Ciclos Urbano e Silvestre

Epidemiologicamente, a febre amarela é dividida em dois ciclos: urbano (FAU) e silvestre (FAS). Cada um deles diferindo quanto ao agente envolvido na transmissão, o hospedeiro amplificador e a localização geográfica de ocorrência viral (VASCONCELOS, 2003). Contudo, ressaltam os especialistas, do ponto de vista da etiologia, da clínica, da imunologia e da fisiopatologia não há diferenças entre as duas formas, tratando-se, portando, da mesma doença.

No ciclo urbano, identificado em 1901, tanto nas Américas quanto na África, a transmissão ocorre pela picada da fêmea infectada do *Aedes aegypti*. Como a transmissão é feita diretamente do mosquito ao ser humano, é ele, o homem, o responsável pela amplificação e disseminação do vírus. O período de transmissibilidade, chamado de viremia (momento em que o vírus vivo circula pelo sangue), começa um dia antes do início dos sintomas e se estende até o terceiro ou quarto dia de manifestação da doença. Na viremia o ser humano torna-se fonte de infecção de novos mosquitos, e a doença confere imunidade permanente às pessoas afetadas (VASCONCELOS, 2003; BRASIL, 1999).

O ciclo silvestre é mais complexo e envolve várias espécies de mosquitos. Na África, a febre amarela silvestre é transmitida pelo *Aedes*, especialmente o *A. africanus*, *A. furcifer* e *A. simpsoni*. Já nas Américas os transmissores mais importantes são o *Haemagogus*, notadamente o *H. janthinomys*, o *H. albomaculatus* e o *H. leucocelaenus*, e o *Sabethes*, com destaque para o *S. chloropterus*, *S. Soperi* e *S. cyaneus*. O mosquito é ao mesmo tempo transmissor e reservatório viral, já que, uma vez infectado, permanece capaz de transmitir o vírus por toda a vida adulta, entre 30 e 45 dias (VASCONCELOS, 2003). No Brasil, como em quase todos os

países da América do Sul, o principal vetor do vírus amarelo silvestre é o *H. janthinomys*, que habita uma vasta área do território brasileiro, do Norte ao Sudeste; já o *H. leucocelaenus* predomina no Sul do país (GOMES et al., 2010).

No ambiente silvestre (florestas e matas), os primatas não humanos arborícolas são os hospedeiros primários do vírus amarelo. Isso significa que estes macacos habitam o mesmo espaço dos mosquitos vetores, qual seja, a copa das árvores. Esse *habitat* comum torna a população símia altamente susceptível ao vírus da febre amarela (BRASIL, 2005). Já nos seres humanos a infecção por FAS ocorre acidentalmente, quando pessoas não imunizadas pela vacina entram em áreas definidas como enzoóticas (TAUIL, 2010).

No continente africano os macacos apresentam maior resistência viral, com raros óbitos entre aqueles que desenvolvem a doença. Essa característica permite a rápida renovação da população símia, facilitando a manutenção do vírus amarelo e encurtando os períodos interepidêmicos (VASCONCELOS, 2003).

Na América Latina, numa área que se estende das Antilhas, na América Central, ao norte da Argentina, no extremo sul do continente americano, os principais hospedeiros silvestres são os macacos dos gêneros *Alouatta*, popularmente conhecido como guariba ou bugio; *Ateles* (macaco-aranha); e *Callithrix* (sagui). Essas espécies têm grande sensibilidade ao vírus, apresentando elevadas taxas de letalidade. Já o *Cebus* (macaco-prego) infecta-se facilmente, mas apresenta baixas taxas de letalidade. Outros mamíferos também mostram susceptibilidade à febre amarela, entre os quais os marsupiais arbóreos e alguns roedores, prováveis reservatórios do vírus na natureza (BRASIL, 1999). Pesquisadores suspeitam que esses animais TÊM papel secundário na manutenção do vírus amarelo, notadamente em áreas nas quais as populações símias já estão imunes ou ausentes (VASCONCELOS, 2003).

A identificação do ciclo silvestre da febre amarela, em 1932, evidenciou a impossibilidade da erradicação da doença, que ocorre ciclicamente, apresentando

Introdução

epizootias periódicas e regulares a cada 5 ou 7 anos. Esse comportamento foi evidenciado em estudo comparativo da epidemiologia da FAS, realizado na Bolívia, Brasil e Venezuela. Nos três países há características comuns quanto à distribuição dos casos segundo tempo, espaço e perfil das pessoas afetadas²³. A doença prevalece entre janeiro a junho, meses marcados por temporada de chuvas nas áreas enzoóticas, quando a densidade vetorial é mais elevada (BRASIL, 1999). Em território brasileiro, a tendência cíclica está demonstrada em uma série temporal dos casos de febre amarela registrados de 1930 a 1997 (BRASIL, 1999).

Para controlar o risco de transmissão da doença, com base em estudos epidemiológicos realizados antes dos anos 1970, as autoridades de saúde pública dividiram o Brasil em três grandes áreas: endêmica, epizootica ou de transição e indene (área em que, comprovadamente, não há circulação do vírus amarílico). Desde 1997, essas áreas vêm sendo modificadas, com forte tendência à ampliação (BRASIL, 2004). Essa alteração deve-se, sobretudo, ao aprimoramento e, consequentemente, ao aumento da sensibilidade no controle da febre amarela, sustentada por três instrumentos de vigilância: de epizootias, entomológica e casos humanos (BRASIL, 2005).

Adotado em 2003, pela Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde, o sistema de vigilância de epizootias tem como evento sentinela o adoecimento e/ou morte de macacos em áreas endêmicas e de transição, livres na natureza ou mantidos em cativeiro. A confirmação desses óbitos por febre amarela é um forte indicativo de que o vírus amarílico está circulando entre a população símia, o que representa elevado risco de transmissão aos seres humanos não imunizados que entram em áreas epizooticas (BRASIL. SVS, s/d).

A febre amarela é doença de notificação compulsória internacional, submetida ao Regulamento Sanitário Internacional da Organização Mundial da

²³ Adultos de 15 a 40 anos de idade, majoritariamente do sexo masculino, característica relacionada às atividades laborais e ao ecoturismo, que se acentuou nas duas últimas décadas.

Introdução

Saúde (RSS/OMS). Por isso, qualquer evidência de circulação do vírus amarelíco, inclusive em áreas indenes, deve ser imediatamente notificada aos diferentes níveis hierárquicos do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1999). O objetivo dessa medida é evitar o ressurgimento da forma urbana: com a identificação precoce da circulação do vírus amarelíco entre primatas não humanos as ações para evitar a ocorrência de casos humanos de febre amarela silvestre são rapidamente desencadeadas.

Entre as medidas destacam-se a captura de macacos e mosquitos, que permitem, respectivamente, o isolamento viral e a identificação da espécie de inseto envolvida na epizootia. Por sua vez, a análise dos dados obtidos na investigação epidemiológica permite dimensionar a área de transmissão, identificar a população sob risco de infecção e implantar as ações de controle da doença. Entre as quais está a vacinação da população residente ou de pessoas que viajam para as áreas de ocorrência da epizootia. É importante ressaltar que tais ações devem ser desencadeadas imediatamente após o surgimento de ocorrências suspeitas, independente do resultado dos exames laboratoriais que confirmem a presença do vírus amarelíco (BRASIL, 2005).

Esse modelo de vigilância adotado pelo Ministério da Saúde está na base do processo de midiática do surto de febre amarela silvestre, ocorrido no Brasil no verão 2007-2008. Conforme já exposto, nas últimas semanas do mês de dezembro de 2007, a partir de uma reportagem de capa do jornal diário *Correio Brasiliense*, teve início uma série de reportagens sobre a doença, que ocuparia com destaque as atenções da maior parte da imprensa nacional. A matéria, como já dito, foi produzida a partir de uma nota técnica divulgada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Começava assim o agendamento da febre amarela na mídia nacional, que enquadrava o tema sob a perspectiva de uma grande epidemia da doença.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Entender como a mediação jornalística da *Folha de S. Paulo* transformou o acontecimento febre amarela silvestre, ocorrido no verão 2007-2008, em evento de caráter epidêmico para os leitores do jornal.

2.2 ESPECÍFICOS

Identificar o noticiário sobre febre amarela publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* no período estudado.

Identificar os relatórios técnicos institucionais sobre febre amarela produzidos pela autoridade sanitária nacional no período estudado.

Verificar se a população foi exposta a riscos em função dos efeitos de sentido produzidos pelo noticiário sobre febre amarela.

Verificar como a prática discursiva da cobertura da *Folha de S. Paulo* contribuiu para a construção de sentido epidêmico da febre amarela, no verão 2007-2008.

3. MARCO TEÓRICO

3.1 COMUNICAÇÃO DE MASSA: REALIDADE SIMBÓLICA

Na presente pesquisa, a discussão sobre o papel que os meios de comunicação de massa (*mass media*) desempenham na construção da realidade social requer, necessariamente, a postulação do conceito de sociedade de massa. Perpassando a longa história do pensamento político ocidental, tal conceito apresenta correntes e componentes bastante heterogêneos, operando sob um termo “guarda-chuva” (sociedade de massa) cuja acepção deve ser ajustada ao contexto de sua utilização (WOLF, 1999). Porém, para além das divergências filosóficas, ideológicas e políticas existentes, há traços comuns que caracterizam a estrutura e o comportamento dessas sociedades.

“A massa é constituída por um conjunto homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais (...) a massa é composta por pessoas que não se conhecem, que estão separadas umas das outras no espaço e que têm pouca ou nenhuma possibilidade de exercer uma ação ou uma influência recíprocas (...) a massa não possui tradições, regras, comportamento ou estrutura organizativa” (WOLF, 1999, p. 22-3).

Nas sociedades de massa, os indivíduos são anônimos e estão separados, atomizados. Isolados física e espacialmente, estão expostos a mensagens, conteúdos e acontecimentos que extrapolam a experiência da esfera individual. Essas mensagens, por sua vez, referem-se a universos com significados e valores que não coincidem necessariamente com os significados e valores do grupo social ao qual o indivíduo pertence.

Antes de seguirmos, é importante ressaltar que trabalhamos sob a perspectiva bourdieusiana que trata significados e valores como universos simbólicos (mito,

língua, arte, ciência). Compreendemos universos simbólicos como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo: “a *objetividade do sentido* do mundo define-se pela concordância das *subjetividades estruturantes* (sensus = consensus)” [grifos nossos] (BOURDIEU, 2002, p. 8). Dito de outro modo, a objetividade do sentido do mundo é definida pela concordância das subjetividades estruturantes (segundo o modelo durkheimiano).

Por essa perspectiva, os símbolos tornam possível “o consenso acerca do mundo social”. Logo, o poder de construção da realidade é dado pelo poder simbólico, que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica:

“... o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico* (...) ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’ (...) símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’” [ênfases do autor] (BOURDIEU, p. 10).

Pierre BOURDIEU postula que o poder simbólico é exercido pelos indivíduos, que ele chama de agentes sociais, na esfera de campos sociais, determinados e específicos, tidos como conceito e não como um espaço físico. A posição que um agente ocupa no campo social é determinada pela quantidade de capital acumulado, sobretudo os capitais econômico e cultural, mas também político, social, artístico, esportivo etc. Integram o campo social os agentes que fazem parte do jogo – por exemplo, fazem parte do campo da dança bailarinos e não ginastas, por sua vez inseridos no campo esportivo, cada um dos quais respondendo às regras do jogo de seu campo social. Para o agente social ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo do seu campo e esteja disposto a jogar (lutar).

Mas o que está em jogo no campo social? Segundo BOURDIEU, os agentes sociais jogam para impor/legitimar processos, na forma de lutas simbólicas. Assim, o poder simbólico significa a capacidade que alguns agentes sociais têm de convencer os demais agentes do seu campo quanto à legitimidade dos processos que eles conduzem. Trata-se de uma autoridade delegada em função do capital acumulado,

que é reconhecido pelos agentes do campo. Dito de outra forma, os agentes exercem o poder porque têm autoridade para legitimar processos.²⁴

Sob o conceito da luta simbólica, cada agente atua no sentido de legitimar/impôr seu processo, sendo o campo, dessa forma, espaço de forças que estão em correlação “concorrendo pelo ‘poder de fazer ver e fazer crer’ que Pierre Bourdieu (...) chamou de ‘poder simbólico’” (ARAÚJO, 2010, p. 35). No campo da circulação de conhecimento e saberes, essa autora observa que o conjunto de informações circulantes sobre determinado tema pode ser visto como um grande mercado simbólico. Sob essa perspectiva, cada organização ou pessoa adota estratégias próprias para apresentar seu conhecimento e seus saberes, tentando garantir que eles sejam incorporados pelos demais agentes do campo. O teórico John B. THOMPSON acrescenta que uma das características da mídia é a disponibilidade e a reinterpretação de formas simbólicas no tempo e no espaço (1998).

3.1.1 Jornalismo e Saúde

Historicamente central nos processos de construção da democracia e consolidação de direitos civis, o jornalismo é ainda hoje, no Ocidente, um dos principais agentes da comunicação. Para algumas áreas (instituições e suas lideranças), a prática jornalística é estratégica.

No campo da saúde, destaca-se o papel do jornalismo científico na inserção das ciências no espaço público e de sua articulação com a prática coletiva, de sua apropriação pelo senso comum. Nesse ponto vale a aproximação, ainda que sucinta, com a epistemologia comparativa do polonês Ludwick FLECK (1986). Médico e teórico da ciência, publicou, em 1935, a obra *La génesis y el desarrollo de un hecho*

²⁴Não sendo foco desta pesquisa, apresentamos de forma absolutamente sintética a complexa e abrangente teoria de Pierre Bourdieu sobre as relações de poder na sociedade, com o objetivo de esclarecer o conceito de universos simbólicos com o qual estamos trabalhando.

científico, na qual postula que a produção, consolidação e circulação de um determinado fato científico são inexoravelmente afetadas por condicionantes cognoscitivas, sociais, culturais e históricas (SCHÄFER e SCHNELLE, 1986). Sob a perspectiva fleckiana, a consolidação de um saber científico está ligada a concepções de observação e experiência, que são estruturadas em um “estilo de pensamento” (FLECK, 1986), por sua vez conectado, necessariamente, à sua época e aos conceitos que são considerados pertinentes àquele momento específico. Isso determina “o condicionamento histórico-cultural caracterizado por certa regularidade histórica no desenvolvimento do pensamento” (PFUETZENREITER, 2003, p. 113).

As idéias postuladas por um “estilo de pensamento” são sempre compartilhadas por um grupo, que FLECK chama de “coletivo de pensamento”²⁵. Dito de outro modo, em torno de cada “estilo de pensamento” se estrutura um “coletivo de pensamento”, que, a despeito de especificidades próprias, apresenta duas características estruturais comuns: um pequeno círculo esotérico, composto por especialistas que dominam os códigos e procedimentos relacionados àquele “estilo de pensamento”; e um grande círculo exotérico, no qual se situam os “leigos instruídos”, muitos não cientistas, inclusive os jornalistas, que se relacionam com o saber produzido no círculo esotérico. As duas esferas (esotérica e exotérica) são formadas por muitos círculos em intersecção e estão em constante comunicação, sendo a produção de conhecimento de cada uma delas afetada mutuamente.

“Um indivíduo pode pertencer a vários círculos exotéricos e a uns poucos – às vezes, a nenhum – esotéricos. Há uma hierarquia entre os iniciados [*experts*] e muitos elos que unem tanto os distintos níveis

²⁵ Ludwick Fleck define como “coletivo de pensamento” um grupo de duas ou mais pessoas em interação intelectual, trocando constantemente idéias sobre o conhecimento em desenvolvimento. Por essa noção o “estilo de pensamento” é coletivo e se desenvolve em etapas, até que o fato científico se consolide e se imponha socialmente (SCHÄFER e SCHNELLE, 1986). Nunca ou quase nunca os integrantes têm consciência do estilo de pensamento coletivo, que frequentemente exerce sobre cada indivíduo uma “coerção absoluta e contra o qual é absolutamente impensável uma oposição” (FLECK, 1986, p. 88).

dentro do círculo como os distintos círculos (...) O círculo exotérico tem uma relação indireta com a criação de pensamento, através da mediação do círculo esotérico. A relação da maioria dos membros do coletivo de pensamento com as criações ou produtos do estilo do pensamento se baseia na confiança depositada nos iniciados. Mas estes, tampouco, são independentes; são mais ou menos dependentes – seja consciente ou inconscientemente – da “opinião pública”, é dizer, da opinião do círculo exotérico” [ênfase do autor] (FLECK, 1986, p. 152).

Nesse ponto, encontram-se as primeiras articulações entre os círculos de um coletivo de pensamento com o processo da comunicação. A perspectiva fleckiana postula que enquanto a ciência do círculo esotérico é publicizada por meio dos periódicos técnico-científicos (artigos científicos) e de livros de referência, a do círculo exotérico serve-se dos “periódicos de ciência popular” (jornais e revistas de divulgação geral). Marcados pela “simplificação e pela clareza”, esses periódicos populares “concentram-se na explicação ou na *tradução* do conhecimento científico ou de assuntos a eles relacionados para um público que se encontra, a princípio, *fora da comunidade científica*” [grifos nossos] (FREITAS, 2010, p. 13). Como apontam SPINK et. al. (2001a) “ao jornal [generalista] cabe tornar o discurso científico interessante e acessível ao maior número de leitores.” Nesse sentido, o jornalismo científico é a fonte de reconhecimento da importância do saber especializado e sua legitimação no espaço público.

3.1.2 Um Processo Excludente

Uma vez exposta a noção de circulação do conhecimento científico a que a presente pesquisa filia-se, entendemos que a discussão sobre a inserção do tema saúde no jornalismo demanda uma contextualização histórica, que fazemos na forma de um breve resgate do processo de construção do modelo brasileiro de comunicação de massa, especificamente no que tange aos jornais impressos. A exemplo do que ocorreu na maior parte das sociedades ocidentais, também o Brasil passou por um intenso e irreversível processo de “mediatização” social, a partir da segunda metade

do século 20, com o advento da televisão, que se acentuou com a evolução acelerada e constante da chamada “revolução digital”²⁶ (LIMA, 2001).

Diferentemente do que ocorreu na maior parte dos países desenvolvidos, no Brasil os principais meios de comunicação são, desde o início, os eletrônicos (televisão e rádio), aparecendo em escala acentuadamente menor os jornais e revistas. Essa característica decorre, basicamente, do alto grau de alfabetismo funcional/analfabetismo registrado no Brasil.²⁷

Não sendo a mídia como um todo objeto da presente pesquisa, tratamos exclusivamente dos jornais impressos²⁸. Ao problematizar a questão do espaço público configurado pelos meios de comunicação brasileiros, capitaneado pela prática do jornalismo impresso, o professor Bernardo KUCINSKY expõe a gênese do que chama de “princípio da exclusão” no acesso da maioria da população à informação mediada. Em comparação com a prática das democracias liberais, a imprensa brasileira, especificamente no que diz respeito aos jornais, reproduz “com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade de terra; na gestão dos jornais predominam as práticas (...) de favoritismo típicas da cultura de mando da grande propriedade rural” (KUCINSKI, 2006, p. 20).

Isso significa que no jornalismo impresso nacional não há pluralismo de ideias. Ao contrário, o que se tem é o compartilhamento de uma ideologia hegemônica das famílias que dominam o mercado nacional de comunicação,

²⁶ O termo refere-se à possibilidade de redução de textos, sons e imagens em *bits*, avanço que deu origem à convergência tecnológica que, segundo os estudiosos do campo, vem dissolvendo as fronteiras entre telecomunicações (telefone), a comunicação de massa (televisão) e a informática (computador) (LIMA, 2001).

²⁷ Na faixa etária entre 15 e 64 anos, 68% dos brasileiros não conseguem ler, escrever e calcular plenamente e 7% são analfabetos absolutos, sem qualquer habilidade de leitura ou escrita. Apenas 1 em 4 brasileiros tem habilidade para continuar aprendendo (INAF, 2009).

²⁸ Tomamos como referência básica os jornais que se constituíram no que hoje chamamos de “grande imprensa”, consolidados como tal a partir da década de 1940, quando teve início a sua “transformação em veículos publicitários eficientes ante o emergente mercado consumidor urbano do pós-guerra” (LIMA, 2001, p. 33).

extremamente concentrado e caracterizado por um modelo oligopolista (horizontal, vertical e cruzado), que se acentuou com a privatização dos serviços de telecomunicações a partir da década de 1990 (LIMA, 2001, p. 28)²⁹.

Com um modelo de comunicação assim configurado, a esfera pública acaba por desempenhar um papel secundário como espaço de esclarecimento e debate, sendo a ela relegado:

“um papel secundário como espaço de esclarecimento e debate e (...) meio de informação para a tomada de decisões das elites empresariais. Enquanto nas democracias liberais é principalmente por meio da mídia que os protagonistas sociais informam-se e debatem suas ideias, no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico (...) voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados” (KUCINSKY, 2006, p. 20).

Nesse complexo cenário de comunicação monopolista e ética jornalística enviesada, o tema saúde muitas vezes aparece de forma fragmentária e descontextualizada, diluído pelas páginas dos jornais:

“dividindo e competindo com outras notícias, algumas das quais não tão relevantes (...) os acontecimentos da área da saúde passam longe das pautas diárias, apenas merecendo destaque quando o fato jornalístico incide no chamado ‘grau de noticiabilidade’” [ênfase do autor] (GOMES, 2006, p. 72).

²⁹ Segundo o documentário *Levante a sua voz*, produzido pela ONG Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (<http://www.intervozes.org.br>), apenas 11 famílias controlam quase todos os veículos de massa no Brasil, atuando em um modelo oligopolista. Dois exemplos explicitam essa modalidade: além de proprietária de mais de cem estações de TV, as Organizações Globo, da família Marinho, inclui mais de 50 emissoras de rádio, um sistema de TV a cabo, dois jornais diários, revistas, editora de livros e um portal de notícias na internet; o grupo Record, pertencente ao bispo Edir Macedo, é dono de uma vasta rede de emissoras de televisão e rádio, de abrangência nacional, um portal e um canal de TV exclusivo de notícias, além de três jornais, um deles, a *Folha Universal*, dirigida aos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, da qual Macedo é líder, com tiragem semanal de 2,7 milhões de exemplares. Ambos os modelos foram estabelecidos ao arrepio da lei, já que a legislação brasileira proíbe que um concessionário detenha mais de cinco emissoras. No caso dos jornais, vale lembrar que o Grupo Folha, de propriedade da família Frias, é dona de dois periódicos diários (*Folha de S.Paulo* e *Agora São Paulo*), uma editora de livros (PubliFolha) e do portal da internet Uol.

Contextualizado o campo, expomos a seguir os conceitos de comunicação com os quais trabalhamos na presente pesquisa.

3.2 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

A análise do percurso histórico das pesquisas em comunicação (*communication research*)³⁰ demonstra o desenvolvimento de um conjunto fragmentário, e por vezes disperso, de proposições teóricas e metodológicas que acabou moldando o campo mais como uma área temática específica de caráter transdisciplinar do que como disciplina autônoma. Para alguns estudiosos, a complexidade dos meios de comunicação explica a ausência de uma teoria comunicativa geral: “os *mass media* são um fenômeno demasiado complexo para ser representado por um modelo de tipo convencional (...) por muitos aspectos, as atividades sociais-chave [*sic*] que devem ser estudadas não são predominantemente comunicativas, a não ser no sentido em que todas as relações sociais dependem da comunicação” (McQuail, 1981, apud WOLF, p. 119).

Mas o que são *mass media*? Como é forjado o poder simbólico que deles emana? As respostas para tais questionamentos podem ser buscadas na própria configuração dos meios de comunicação de massa. Constituídos de muitos e heterogêneos aspectos, que vão de regulamentações legislativas a questões de ordem moral e financeira, os *mass media* são: “simultaneamente um importantíssimo setor industrial, um universo simbólico objeto de um consumo maciço, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual cotidiana, um terreno

³⁰ Estudiosos do campo apontam o período das duas grandes guerras mundiais como àquele em que se delinearam os primeiros modelos teóricos e abordagens metodológicas em *communication research*. A produção científica era, então, marcada pela análise dos símbolos políticos e da sua utilização como propaganda de guerra (WOLF, 1999).

de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de passar o tempo etc.” (WOLF, 1999, p. 11).

Esse perfil multifacetado refletiu-se naturalmente na forma de estudar os meios de comunicação, caracterizada, como já dito, por uma longa tradição de análise focada mais na variedade das abordagens metodológicas do que em grandes hipóteses teóricas. Mas há um consenso entre os estudiosos do campo quanto à gênese das pesquisas sobre *mass media*. Mauro WOLF observa que essas pesquisas situam-se no ponto de confluência entre duas tradições: a norte-americana, acentuadamente empírica e caracterizada por objetivos cognoscitivos; e a europeia, que, perspectivada pela sociologia do conhecimento, é teoricamente orientada pelas relações gerais existentes entre o sistema social e os meios de comunicação.

Esboçado na década de 1920, e melhor delimitado a partir dos estudos realizados, sobretudo, a partir dos anos 1960, esse quadro geral permitiu a construção da atual definição sobre os meios de comunicação de massa: instituições que produzem, reproduzem e distribuem conhecimento, dando sentido e moldando a percepção de mundo (WOLF, 1999, p. 15).

3.2.1 *Mass Media* e a Construção da Realidade

Nesse ambiente de fragmentação, o autor destaca dois temas que, a despeito de filiações teóricas, se apresentam fortemente aos investigadores do campo: a questão dos efeitos que os meios de comunicação de massa provocam nos seus consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores), destacando os estudos dos efeitos de longo prazo³¹; e a forma como os *mass media* constroem a imagem da realidade

³¹ Durante muito tempo os estudos sobre os efeitos dos processos comunicativos sobre os consumidores de *mass media* vincularam-se aos chamados efeitos de curto prazo, que implicavam as seguintes premissas: os processos comunicativos são assimétricos (um sujeito ativo emite o estímulo ao qual um sujeito receptor reage passivamente); a comunicação é individual e intencional; e os

social. O primeiro tema diz respeito a um efeito cognitivo sobre os sistemas de conhecimento que “o indivíduo assume e estrutura de uma forma estável, “devido ao consumo que faz *das comunicações de massa*” [grifos nossos] (WOLF, 1999, p. 126). Essa abordagem realça o caráter processual da comunicação, que é analisada em sua dinâmica interna e, concomitantemente, em suas relações com outros processos comunicativos, anteriores ou contemporâneos.

Os processos comunicativos têm “efeitos cumulativos”, que são sedimentados no tempo e demandam um modelo de comunicação centrado na significação. E é sob esse ponto de vista, argumenta WOLF (1999), que os *mass media* desempenham seu papel de construtores da realidade. O autor sustenta que a influência dos meios de comunicação de massa, admitida sem discussão, ajuda a estruturar a imagem da realidade social, no longo prazo, organizando novos elementos dessa imagem e formando opiniões e crenças novas. Nesse sentido, os “efeitos cumulativos” são, em certa medida:

“latentes, implícitos no modo como determinadas distorções na produção das mensagens se refletem sobre o patrimônio cognitivo dos destinatários (...) no centro da problemática dos efeitos coloca-se, portanto, a relação entre a ação constante dos *mass media* e o conjunto de conhecimentos acerca da realidade social, que dá forma a uma determinada cultura e que sobre ela age, dinamicamente” (WOLF, 1999, p. 129).

Três conceitos norteiam essa relação entre os efeitos dos meios de comunicação de massa e seu papel na construção da realidade social: acumulação, consonância e onipresença. O conceito de acumulação postula que a capacidade dos *mass media* de criar e manter a relevância de um tema é resultado da repetição contínua, típica do processo de produção da notícia (*newsmaking*). Logo, a repetição

processos são episódicos, ou seja, o início e o fim da comunicação são limitados no tempo, o que significa dizer que os episódios comunicativos têm efeito isolável e independente. O paradigma dos efeitos de curto prazo foi profundamente modificado e alguns dos seus pressupostos foram abandonados ou transformados, passando-se paulatina e inexoravelmente para o paradigma dos efeitos de longo prazo.

inscreve-se na maneira como é feita a cobertura informativa. A consonância está associada aos traços comuns e às semelhanças existentes na cobertura de um mesmo assunto pelos diferentes veículos de comunicação, independentemente de suas diferenças e especificidades editoriais. Em consequência da consonância, as mensagens são frequentemente muito semelhantes. Já o conceito de onipresença diz respeito tanto à difusão quantitativa quanto ao saber público difundido pelos *mass media* (WOLF, p. 129). Dito de outro modo, o conceito de onipresença se estabelece quando uma notícia extrapola os espaços editoriais que lhes são tradicionalmente destinados, generalizando-se por todo o veículo³².

Operando em conjunto, a acumulação, a consonância e a onipresença reforçam o que Mauro WOLF classifica como “disponibilidade para a expressão e para evidência” dos pontos de vista difundidos pelos meios de comunicação de massa. Nessas três noções está o poder que a evidência exposta pela mídia tem sobre os indivíduos que não formaram ainda uma opinião sobre determinado assunto: “O resultado final é que, muitas vezes, a repartição efetiva da opinião pública *se regula* pela opinião *reproduzida* pelos *mass media* e *se adapta* a ela, segundo um esquema de conjecturas que se autoverificam” [grifos nossos] (WOLF, 1999, p. 129).

O percurso histórico trilhado por esse autor demonstra que a primeira proposição estabelecida pelos estudiosos dos *mass media* foi a teoria hipodérmica³³, que tem na questão da exposição dos indivíduos a universos simbólicos distintos daqueles que são próprios da sua cultura um conceito fundamental (WOLF, 1999). Essa postulação é central também nas hipóteses teóricas às quais a presente pesquisa está ancorada, quais sejam, *agenda-setting* e *framing*, discutidas a seguir.

³² Por exemplo, uma notícia de natureza policial torna-se onipresente quando passa a ser abordada por editoriais de caráter político, econômico, científico etc.

³³ A teoria hipodérmica foi a primeira a postular que cada elemento do público é pessoal e diretamente afetado pela mensagem produzida e transmitida pelos *mass media*.

3.2.2 Hipótese do *Agenda-Setting*: Perspectiva Histórica e Conceitos Fundamentais

Ao admitir a centralidade dos *mass media* na construção da realidade social, a presente pesquisa filia-se, primeiramente, à hipótese do *agenda-setting* (agendamento da informação), buscando compreender, a partir dessa perspectiva, como os sentidos sobre o episódio da febre amarela silvestre, no verão 2007-2008, foram construídos e circularam na cobertura da *Folha de S.Paulo*.

O termo *agenda-setting* foi utilizado pela primeira vez em 1972, quando os teóricos norte-americanos Maxwell E. McCOMBS e Donald L. SHAW, apontados como fundadores do conceito de agendamento dos *mass media*, publicaram o emblemático artigo “The function of mass media”. Ambos os autores foram fortemente influenciados pelos estudos de Walter Lippmann, que nos primeiros anos da década de 1920 fez uma distinção importante entre o mundo exterior e as percepções privadas (mentais) que os indivíduos têm dele, argumentando que muitas delas são esboçadas pelos meios de comunicação; e de Bernard Cohen, que no início dos anos 1960 postulou que a imprensa pode, na maior parte das vezes, “não conseguir dizer às pessoas *como pensar*, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus leitores *sobre o que pensar*” [grifos nossos] (COLLING, 2001, p. 89)³⁴.

O artigo de McCOMBS e SHAW apresentou os resultados da pesquisa realizada na pequena e conservadora cidade de Chapel Hill, na Carolina do Norte (EUA), durante os 25 dias que antecederam a eleição presidencial norte-americana de 1968. Nesse período, foram aplicados questionários a eleitores que se declararam indecisos entre três candidatos: Hubert Humphrey, democrata, Richard Nixon,

³⁴ Emblemáticos, os estudos de Walter Lippmann e Bernard Cohen, publicados nos livros *Public Opinion* e *The Press and Foreign*, em 1922 e 1963, respectivamente, influenciaram várias gerações de estudiosos do campo da comunicação, ao longo de décadas.

republicano, e George Wallace, democrata dissidente. Os participantes foram selecionados randomicamente, considerando variáveis socioeconômicas e raciais que permitissem cobrir de forma abrangente esse universo eleitoral. A pesquisa avaliou o impacto que as informações sobre política veiculadas pelos *mass media* (jornais, revistas e emissoras de televisão) selecionados tinham sobre a opinião desses eleitores. Ao final do estudo, os pesquisadores encontraram evidências de que a cobertura feita pelos meios de comunicação, naquele pleito, influenciou decisivamente os eleitores de Chapel Hill.

“A mídia parece ter exercido considerável impacto sobre a decisão dos eleitores quanto ao que eles consideravam como as principais questões da campanha (...) os dados sugerem uma relação muito forte entre a ênfase atribuída a diferentes itens da campanha pela mídia (refletindo, em considerável grau, a ênfase dada pelos candidatos) e o julgamento dos eleitores quanto ao destaque e à importância de diversos temas da campanha” (McCOMBS e SHAW).

A partir desse estudo, as hipóteses fundamentais do *agenda-setting* foram desenvolvidas³⁵. A principal delas postula que, em consequência da ação dos veículos de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio, televisão e, mais recentemente, a internet) o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos do cenário público. Por essa hipótese, postulada por Eugene F. SHAW, em artigo publicado em 1979, as pessoas tendem a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu conteúdo, na cobertura jornalística. E mais, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui “uma importância que reflete de

³⁵ Inicialmente, a hipótese do *agenda-setting* foi dominada pelo paradigma hipodérmico, defensor da tese de que os meios de comunicação são extremamente poderosos, com efeitos previsíveis na audiência. Um dos grandes representantes dessa perspectiva é Harold Lasswell, cientista político da Universidade de Chicago (EUA), que passou a estudar os efeitos da propaganda de guerra na década de 1920. Nos anos 1940, Paul Lazarsfeld deu início aos trabalhos que tentavam demonstrar os efeitos limitados do agendamento. A partir da década de 1970 e até hoje, os estudiosos retomaram a defesa do poder da agenda midiática na construção da realidade social nas sociedades contemporâneas (COLLING, 2001).

perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (SHAW, 1979, p. 96).

É importante destacar que o conceito de *agenda-setting* não defende que os meios de comunicação agem deliberadamente para persuadir os seus consumidores. Contudo, observa SHAW (1979), os *mass media*, ao descrever e precisar a realidade exterior, apresentam ao público os temas sobre o qual é necessário ter uma opinião e discutir. Daí advém o pressuposto fundamental do agendamento, segundo o qual a compreensão que as pessoas têm da realidade social, em grande parte, “lhes é fornecida, *por empréstimo*, pelos meios de comunicação de massa” [grifos nossos] (SHAW, 1979, p. 96, 101). Em síntese, o *agenda-setting* diz respeito a procedimentos de previsão, seleção e exposição de fatos/acontecimentos, pelos meios de comunicação, com potencial para provocar “uma espécie de debate público (...) e imprimindo às pessoas não apenas o que pensar, mas sobre como pensar” (GOMES, 2006, p. 72).

Conjunto integrado de pressupostos e de estratégias de pesquisa, a hipótese do *agenda-setting* realça, de acordo com WOLF (1999), a diversidade existente entre a quantidade de informações, conhecimentos e interpretações da realidade social apreendidas por meio dos *mass media* e as experiências em “primeira mão”, pessoal e diretamente vividas pelos indivíduos consumidores de produtos jornalísticos. Dito de outra forma, nas sociedades de massa, em razão da diferenciação e da complexidade das relações, foi ampliada a disponibilidade de “fatias/pacotes” de realidade que os indivíduos não vivem diretamente nem definem interativamente no cotidiano; esses “pacotes” são vivenciados exclusivamente em função ou através da mediação simbólica feita pelos meios de comunicação.

Essa dependência cognitiva dos *mass media* implica um impacto direto, ainda que não imediato, sobre os destinatários (leitores, ouvintes, telespectadores), que se configura em dois níveis: (1) “ordem do dia” dos temas, assuntos e problemas presentes na agenda dos meios de comunicação; e (2) a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão expostos à ordem do dia. Assim, o “modo de hierarquizar os acontecimentos ou os temas públicos importantes, por

parte de um sujeito, assemelha-se à avaliação desses mesmos problemas feita pelos *mass media*” (SHAW, 1979, P. 102).

O estabelecimento da agenda noticiosa, ressaltam os estudiosos do campo, não se dá unicamente pela exposição da informação. Ele ocorre também, e de maneira importante, por mecanismo de omissão, não-cobertura de determinados temas, cobertura intencionalmente modesta ou marginalizada de alguns assuntos. WOLF (1999) observa que, entre os diferentes *mass media*, podem existir modos igualmente diversos de provocar o efeito de *agenda-setting* por omissão.

O conceito postula, ainda, que os meios de comunicação são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito estrutura continuamente ao longo da vida. Tida como uma metáfora que representa a totalidade da informação sobre o mundo que cada indivíduo tratou, organizou e acumulou, essa “imagem da realidade” pode ser pensada como um modelo interno com o qual a informação conferida pelos *mass media* é confrontada. E é esse confronto interior que confere à informação midiaticizada o seu significado.

WOLF (1999) destaca que esse modelo vai muito além da mera estruturação de uma ordem do dia de temas e problemas por parte dos *mass media*. Ele inclui o quadro de referências, as necessidades, as crenças e as expectativas dos destinatários da mensagem midiática. Dessa articulação interna de efeitos cognitivos resultam estruturas valorais que podem modificar a prioridade daquilo que será do conhecimento público: o aumento da importância de determinados temas tende a ser paralelo à sua promoção nos meios de comunicação de massa. O pressuposto de uma articulação interna do efeito de *agenda-setting* indica que “a capacidade de influência dos *mass media* sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante varia segundo os temas tratados” (WOLF, 1999, p. 139).

Contudo, a evolução dos estudos sobre agendamento jornalístico demonstrou que, ao mesmo tempo em que afetam a agenda dos indivíduos, os meios de comunicação de massa são afetados pelos valores e crenças das sociedades. Nessa perspectiva, acentua Cid A. E. ROSADO (2006), o agendamento é “uma avenida de mão dupla, sinalizada por paradigmas culturais, religiosos, pelo conhecimento de

mundo [dos indivíduos], pela abrangência e credibilidade do veículo [de comunicação] e por outros fatores” (p. 61).

3.2.3 *Agenda-Setting*: Natureza e Processos

No início, as pesquisas orientadas pela hipótese *agenda-setting* tratavam da influência da mídia sem muitas distinções entre os diferentes produtos por ela gerados. Dito de outra forma, conteúdos de caráter informativo, publicitário e de entretenimento formavam um corpo único. A partir dos anos 2000, os estudos “afunilaram o campo de investigação, dedicando-se mais detalhadamente ao *poder do jornalismo*, e não da mídia como um todo, na *constituição e promoção* de uma *agenda noticiosa* que teria capacidade de determinar a pauta de discussões na sociedade” [grifos nossos] (COSTA, 2006, p. 45).

Sob essa influência teórica, o presente trabalho demanda a exposições de alguns conceitos postulados pelos estudos que focam os emissores das mensagens jornalísticas de massa. O primeiro deles diz respeito ao conceito de *newsmaking* (processo de produção da notícia), por meio do qual é possível identificar a lógica dos processos produtivos da comunicação de massa, em estreita articulação com o tipo de organização do trabalho dentro da qual se efetua a construção/produção das mensagens veiculadas ao público. Ou seja, o *newsmaking* possibilita a compreensão do processo que confere ao jornalismo o poder de impor uma agenda cotidiana e prolongada de temas no espaço público (WOLF, 1999).

A fonte primária do trabalho jornalístico é o cotidiano e a sua matéria-prima, as informações. Entendidas como acontecimentos – voluntários ou naturais, provocados ou não – as informações ocorrem em grande profusão na realidade da vida cotidiana. Essa superabundância representa a primeira etapa do processo que determina a transformação de um acontecimento em notícia: a impossibilidade técnica-operacional dos *mass media* de dar expressividade e visibilidade a todos os acontecimentos impõe um processo prévio de seleção, escolha, preferência, priorização de determinados fatos em relação a dezenas de outros (COSTA, 2006).

Nesse contexto de seleção primária, emerge o paradigma do *gatekeeping* (processo de seleção e coleta de dados, elaboração, distribuição e promoção da notícia) e a figura do *gatekeeper* (“porteiro”), o operador do processo³⁶. O *gatekeeper* – que pode atuar de forma individual ou coletiva³⁷ – tem poder de decisão sobre que informações serão publicizadas ou bloqueadas, segundo os princípios da empresa que as produz.

O WOLF (1999) chama a atenção para o caráter fundamental da atividade de *gatekeeper*: ela ocorre em um processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feedback*. Isso implica dizer que as decisões do “selecionador” são tomadas menos a partir de uma avaliação individual do potencial da informação para se tornar notícia (grau de noticiabilidade) e mais em razão de um conjunto de valores que inclui critérios profissionais e organizacionais, entre os quais a eficiência, a produção de notícias e a rapidez. Nos *mass media*, o *gatekeeper* é orientado por todas as formas de controle da informação que podem estabelecer-se nas decisões acerca da mensagem, sua difusão, programação e execução, do todo ou das suas componentes. Logo, o contexto profissional, organizativo e burocrático influencia decisivamente nas escolhas dos *gatekeepers*. Sob essa perspectiva, a principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais dos selecionadores não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou superiores. Considerando a função do grupo de referência, tem-se que o jornalista, na sua

³⁶ A expressão foi cunhada pelo sociólogo alemão Levin Schücking em 1913, tendo sido introduzida no vocabulário anglo-saxão, em 1947, pelo psicólogo Kurt Lewin, em estudo sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais. Naquele trabalho, referente aos problemas ligados à modificação de hábitos alimentares, Lewin identificou “canais” pelos quais flui a sequência de comportamentos relativos a um determinado tema, notando a existência de zonas filtro, que podem funcionar como “cancelas” (*gates*), por sua vez operadas por “porteiros” (*gatekeepers*). O conjunto das forças antes e depois da zona filtro é decididamente diferente, de tal forma que a passagem ou o bloqueio da unidade por todo o canal depende, em grande medida, do que acontece nessas zonas (TARGINO, 2009; WOLF, 1999).

³⁷ No caso dos meios de comunicação jornalísticos a função do *gatekeeper* é desempenhada por editores, frequentemente reunidos em conselhos editoriais, que seguem princípios e diretrizes definidos pela organização empresarial que controla os veículos.

atividade cotidiana, em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, redefine seus próprios valores pragmaticamente, segundo os valores da organização à qual pertence (WOLF, 1999).

Ao admitir o peso da organização e do grupo profissional no trabalho dos *gatekeepers*, os estudos do campo passaram do conceito de “distorção voluntária” – entendida como manipulação deliberada das informações com fins políticos, evidente nas primeiras décadas dos estudos da comunicação – para o de “distorção involuntária”. Isso implica dizer que as distorções, que se reproduzem em cadeia em todas as fases do trabalho, sofrem pressões e influências externas, ligadas às práticas profissionais, às rotinas produtivas, aos valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar.

“À medida que a pesquisa (...) precisa o seu interesse pelas condições normais, quotidianas [sic], em que a organização jornalística funciona, põe-se em destaque um tipo de “deformação” dos conteúdos informativos não imputável a violações da autonomia profissional, mas sobretudo ao modo como está organizada, institucionalizada e é desempenhada a função de jornalista” (WOLF, 1999, p. 164).

Outros estudiosos corroboram esse pressuposto, observando que, em termos operacionais, o paradigma do *gatekeeper* se apóia na filtragem da informação, mas sem pretensão de censura:

“... até porque, *em lugar de perspectiva puramente ideológica, prevalecem as rotinas de produção*, presentes em qualquer procedimento editorial, independentemente do regime democrático ou ditatorial das nações. Desmistifica, por completo, a ideia de que ao jornalista, em sua função de *gatekeeper*, compete apenas decidir que peças pré-fabricadas das notícias pré-fabricadas atravessarão o *gate*, com ênfase, pois, para o aspecto quantitativo, numa tentativa de reduzir a quantidade de informação disponível ao tamanho do papel ou à dimensão prevista para aquela notícia” [ênfases nossas] (TARGINO, 2009, p. 140).

Além da seleção dos acontecimentos, as exigências produtivas ligadas à organização do trabalho incluem: utilização de uma rede de fontes à qual os profissionais recorrem para acessar e legitimar as informações colhidas no cotidiano; e as imagens que os jornalistas possuem do público.

A produção de informações de massa é, portanto, sustentada por uma ideologia que se traduz numa série de paradigmas e de práticas profissionais, adotadas como naturais, envolvendo a cultura profissional, entendida como “um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias tácitas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativo às funções dos *mass media* e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção” (Garbarino, 1982, *apud* WOLF, 1999, p. 10). Maria das Graças TARGINO (2009) aponta a presença de fatores distintos que influenciam o *gatekeeping*, divididos em quatro níveis: (1) individual, que diz respeito à interveniência direta dos jornalistas, em sua forma de ser e de agir, que o torna único; (2) de rotinas produtivas; (3) organizacional; e (4) social, institucional e extra-organizacional, o que significa dizer que o fazer jornalístico está sujeito a implicações sociais, econômicas, mercadológicas, judiciais e políticas.

Juntos, esses elementos estruturam de forma bastante decisiva a imagem dos acontecimentos cobertos. Por outras palavras, a organização do trabalho em cada meio de comunicação de massa, sua estrutura e características técnicas, é determinante na configuração da realidade social fornecida pelos *mass media*. Sob essas noções, pontua o autor, a condição normal, cotidiana, dos órgãos de comunicação, quer quanto às mensagens que produzem, quer quanto aos efeitos que provocam, está no centro das atenções. A “distorção inconsciente” (também chamada de “estrutura inferencial”), enquanto critério fundamental que orienta a seleção dos acontecimentos e a sua apresentação como notícia, desloca o foco dos estudos sobre a produção de informação do âmbito particular de um fato para a cobertura informativa por períodos prolongados (WOLF, 1999).

3.2.4 Noticiabilidade e Valores-Notícia

O processo de produção de informações de massa dispõe de um conjunto de critérios de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada

acontecimento, ou seja, sua “aptidão” para ser transformado em notícia (WOLF, 1999). É por meio desse conjunto – definido a partir da ligação estreita e vinculativa entre a organização do trabalho e os elementos da cultura profissional – que os *mass media* controlam e gerem a quantidade e o tipo de acontecimentos que se tornam notícia, ou seja, que ganham existência pública. Tudo o que não corresponde às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional é excluído, não se tornando, portanto, notícia. Em outras palavras, a noticiabilidade está estreitamente vinculada aos processos de rotinização e de standardização das práticas produtivas, assim como à cultura profissional de cada jornalista envolvido no processo de *newsmaking*.

A definição de noticiabilidade, por outro lado, liga-se ao conceito de “perspectiva da notícia” (*newsperspective*), que é a resposta que o órgão de informação dá à questão que domina a atividade dos jornalistas: que fatos cotidianos são realmente importantes? Para os estudiosos do campo a resposta é inquestionável: é notícia aquilo que os jornalistas definem como tal, depois de o acontecimento ser legitimado pela estrutura organizativa e pela cultura profissional.

Configurado como notícia, então, o acontecimento é suscetível de ser trabalhado pelo órgão informativo sem “demasiadas alterações e subversões do ciclo produtivo normal” (WOLF, 1999, p. 171). Logo, acentua o autor, a noticiabilidade de um fato é, em geral, avaliada quanto ao grau de integração que apresenta em relação ao curso normal e rotineiro das fases de produção informativa³⁸.

Os estudiosos do campo indicam uma tendência dos profissionais do jornalismo em não reconhecer/admitir a dinâmica analítica da noticiabilidade. Os argumentos que se contrapõe a esse conceito vão da “ideia de que a notícia é tão impossível de prever quanto o acontecimento e, por isso, não pode ser encerrada em esquemas analíticos, dado que é fruto de capacidades exclusivamente subjetivas (o “faro” para a notícia; “nasce-se jornalista” etc.), até a observação de que um analista

³⁸ Mauro Wolf chama atenção para, em caso de acontecimentos excepcionais, o órgão de comunicação ter flexibilidade para adaptar seus procedimentos às contingências da situação (2009).

não é capaz de compreender a lógica da produção de notícias, visto ser estranho ao ofício e, por conseguinte, não poder captar os seus elementos significativos” (WOLF, 1999, p. 172).

“Este assunto raramente é explicitado, visto que parte do *modus operandi* dos jornalistas é que as coisas acontecem “lá fora” e eles limitam-se simplesmente a relatá-las. Afirmar que fazem ou selecionam arbitrariamente as notícias seria contrário à sua posição epistemológica, uma teoria do conhecimento implícita, construída a partir de procedimentos práticos para resolver exigências organizativas” (ALTHEIDE, 1976, *apud* WOLF, p. 171).

Não raro, o *newsmaking* pode levar à tematização das notícias, processo que exprime a transformação e desenvolvimento de certo número de acontecimentos e fatos distintos em um único âmbito de relevância. A tematização é definida como um procedimento informativo que se insere na hipótese do *agenda-setting*, dela representando uma modalidade particular. Ao ser tematizado, um acontecimento ganha relevo, saliência e centralidade em relação ao fluxo da informação não-tematizada. Esse processo tem por função selecionar posteriormente os grandes temas sobre os quais a atenção do público deve ser concentrada, mobilizando-o para a tomada de decisões. Nesse sentido, o que distingue o tema do acontecimento não é apenas o fato de reunir uma série de acontecimentos, por um período de tempo estável, dentro de uma rubrica específica, temporal e espacialmente limitada, mas também de fazer convergir essa mesma série de acontecimentos na “denúncia de um problema que tenha significado público e requeira uma solução” (WOLF, 1999, p. 147).

Já os valores-notícia (*news values*), definidos como um componente da noticiabilidade, estão na base de outra pergunta de fundo do processo de *newsmaking*: que acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? Os estudiosos observam que essa questão é respondida com o apoio dos valores-notícia. Dito de outro modo, na seleção dos acontecimentos que poderão se transformar em notícia, eles atuam, de maneira complementar, como critérios de relevância. Funcionam conjuntamente, em “pacotes”, indicando as diversas relações e combinações que se

estabelecem entre diferentes valores-notícia, que “recomendam” a seleção de um fato em detrimento de outro (WOLF, 2009).

Um segundo conceito postula que os valores-notícia estão espalhados por todo o processo de seleção. Nesse contexto, atuam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, priorizado ou omitido nas notícias apresentadas ao público. Sob essa perspectiva, os valores-notícia são qualidades dos acontecimentos que atuam como regras práticas que guiam os procedimentos operacionais durante a produção jornalística (Golding e Elliott, 1979, *apud* WOLF, 2009).

No início do processo, os critérios de relevância agem de forma difusa até se transformarem em critérios de realce, que são então aplicados implicitamente pelos leitores. Em síntese, ajudam a rotinizar a tarefa de seleção dos acontecimentos, tornando-a exequível e gerível (WOLF, 2009). Para tanto, os valores-notícia operaram segundo algumas variáveis: devem ser fácil e rapidamente aplicáveis; flexíveis ao ponto de permitir adaptações à infinita variedade de acontecimentos disponíveis; relacionáveis e comparáveis, uma vez que a oportunidade das notícias depende sempre das outras notícias disponíveis; facilmente racionalizáveis, para facilitar a substituição de uma notícia por outra; e orientados para a eficiência. Dessas variáveis resulta um grande número de critérios, sob os quais cada notícia pode ser avaliada. De modo geral, a aplicação desses critérios está submetida à hierarquia organizacional, segundo a qual aqueles que possuem mais poder têm maiores condições de impor a sua opinião (Gans, 1979, *apud* WOLF, 2009).

Os valores-notícia não têm o rigor de uma classificação abstrata, coerentemente organizada, sendo antes a lógica de uma tipificação que se destina a tornar possível a receptividade de certos procedimentos. Embora revelem uma homogeneidade no interior da cultura profissional, os valores-notícia mudam o tempo todo: assuntos que num determinado momento simplesmente não existem como notícia, em seguida podem se constituir como tal, demonstrando a extensão gradual do número e do tipo de temas considerados noticiáveis. WOLF (2009) observa que os assuntos começam a se constituir como notícia quando se tornam suficientemente significativos e relevantes para irem ao encontro do interesse público

ou dão lugar a acontecimentos “planeados de propósito para irem ao encontro das exigências dos *mass media*” (p. 177). E conclui, afirmando que, em geral, “pode-se dizer que cada novo setor, tema, argumento ou assunto que represente uma ampliação da esfera informativa se torna regularmente ‘noticiado’ na medida em que se verifica um reajustamento e redefinição dos valores-notícia” (WOLF, 2009, p. 178).

Os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas a características substantivas do acontecimento a ser transformado em notícia (critérios substantivos); disponibilidade do material e critérios relativos ao produto informativo (processos de produção e realização); ao público (a imagem que os jornalistas têm dos destinatários); e à concorrência (relações de mercado entre os *mass media*) (WOLF, p. 179-80).

Em razão de sua articulação com a presente pesquisa, destacamos aqui exclusivamente os critérios substantivos e relativos ao público. Os primeiros estão, essencialmente, em combinação com dois valores-notícia: importância e interesse. A importância parece ser determinada por quatro variáveis: (1) grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, no que diz respeito a instituições e hierarquias pessoais, públicas ou privadas; (2) impacto sobre as nações (capacidade de influir ou de incidir no interesse nacional); (3) quantidade de pessoas que o acontecimento envolve, real ou potencialmente; e (4) relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação (WOLF, 2009).

Já os critérios de público dizem respeito à opinião que os jornalistas têm acerca de seus leitores, ouvintes ou telespectadores, ou com quais temas acredita que eles (os consumidores das notícias) se identificam e qual a melhor abordagem para atingi-los. Essa imagem de público construída pelo jornalista contribui decisivamente para que um acontecimento seja transformado em notícia. Trata-se de um aspecto difícil de definir, rico de tensões opostas.

“Por um lado, os jornalistas conhecem pouco o seu público, mesmo que os órgãos de informação promovam pesquisas sobre as características da audiência, os seus hábitos e as suas preferências (...)

por outro lado, a referência às necessidades e às exigências dos destinatários é constante e, nas próprias rotinas produtivas, estão encarnados pressupostos implícitos acerca do público (...) O termo de referência constituído pelo público (...) e os limites dessa referência são um dos aspectos mais interessantes (...) do *newsmaking*” (WOLF, 2009, p. 191).

Vale destacar, ainda, que a escassez de tempo e de meios que caracteriza a rotina de produção nos *mass media* acentua a importância dos valores-notícia no processo de seleção, escolha e priorização dos acontecimentos noticiáveis. Na rotina jornalística, essa definição tem início na feitura da pauta, uma das várias etapas da *newsmaking*, definido por muitos pesquisadores como um pesado jogo de forças. Trabalhar com o conceito de notícia, dentro da teoria do *agenda-setting*, demanda “uma visão crítica para compreender que *ser notícia* significa passar a pertencer ao jogo das forças da sociedade, no qual o jornalismo é um instrumento vital” [ênfase do autor] (COSTA, 2006, p. 48-9).

Nesse processo, destaca-se um componente fundamental da relação acontecimento/notícia: a fonte das informações. Por fonte entende-se uma rede de pessoas e instituições, públicas e privadas, com a qual os meios de comunicação estabelecem vínculos para garantir o seu funcionamento, uma vez que delas emana parte significativa das informações veiculadas nos *mass media*. Isso significa dizer que as notícias “procuram” o jornalista e não o contrário, prerrogativa que “nega o essencial da ideologia profissional que retrata o jornalista à caça de notícias, orientado para o exterior enquanto ativo recolhedor de informações, independente da fonte” (Golding e Elliot, 1979, *apud* WOLF, 1999, p. 196).

Os estudos de *newsmaking* salientam que essa dependência das fontes é uma das causas da fragmentação e superrepresentação de determinadas áreas temáticas em detrimento de outras, notadamente a político-institucional: “Na maioria dos casos, trata-se de material produzido em outro local, que a redação se limita a receber e a reestruturar, em conformidade com os valores-notícia relativos ao produto, ao formato, ao meio de comunicação” (WOLF, 2009, p. 196).

Na etapa seguinte, a da edição, dá-se o processo de tratamento e apresentação da notícia, que consiste em anular os efeitos das limitações impostas pela organização produtiva, de maneira a restituir à informação seu aspecto de espelho da

realidade exterior, independentemente do órgão de comunicação que a veicula. Ou, conforme aponta THOMPSON, os acontecimentos na mídia em geral são desencaixados de seus contextos e recontextualizados na forma de notícias, para então serem decodificados pelos receptores da mensagem que têm acesso a elas (1998, p. 45). Ou seja, enquanto nas fases anteriores do *newsmaking* os fatos são descontextualizados do quadro social, histórico, econômico, político e cultural em que acontecem para se “encaixarem” às exigências do processo de produção, na fase da edição, a última, é executada uma operação inversa, qual seja, os fatos são recontextualizados, agora no formato de noticiário (WOLF, p. 219).

A fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social no discurso jornalístico situa-se, exatamente, nesses dois movimentos: (1) a extração dos acontecimentos do seu contexto e (2) a sua reinserção como notícia no contexto imposto pelo formato do produto informativo. Portanto, a rigidez do formato acaba por constituir um importante parâmetro ao qual são adaptados os conteúdos do noticiário. Nesse sentido, representa o contexto (formal, textual) em que a relevância e o significado das notícias são captados e em relação ao qual são avaliadas.

É também dentro do quadro formal que se opera o mecanismo de adição de sentido, por sua vez ligado a questões como a aproximação de duas notícias entre si, critérios de calibragem do ritmo interno do noticiário, inferências que se podem extrair da ordem em que estão dispostas as próprias notícias. A edição tem, portanto, o objetivo de fornecer uma representação sintética, necessariamente breve, visualmente coerente e possivelmente significativa do objeto da notícia. Na edição, que estrutura narrativamente, no nível visual, a notícia, os aspectos relativos à processualidade, às tendências inerentes à dinâmica social são preteridos, enquanto os momentos de realce, os êxitos, os desvios à norma são acentuados (WOLF, 2009). Esse processo favorece a distorção involuntária.

“Nesta distorção existe, por conseguinte, um efeito cumulativo: fases e rotinas produtivas diversas concorrem, cada qual com seu contributo, para provocar e reforçar essa distorção involuntária, largamente independente da consciência e das intenções do jornalista e ligada, por sua vez, à organização das estruturas informativas e do trabalho redatorial” (WOLF, 1999, p. 221).

Vale dizer que a edição não pode nunca ser explicitada, porque, se o fosse, “destruiria a convicção que o público tem de que a pretensão do órgão de informação não é criar as notícias, mas apenas retratá-las” (Altheide, 1976, *apud* WOLF, p. 219).

Assim como na fase de seleção, os valores-notícia de público também são importantes ao processo de edição, sendo trabalhados pelos jornalistas a partir de dois consensos. O primeiro refere-se à linguagem adotada, que deve fazer frente às dificuldades que, os *mass media* supõem, o público tem de compreender os termos utilizados nos noticiários. Isso implica um segundo consenso: no jogo da informação, além de usar uma linguagem clara e simples, o profissional deve atuar como “pedagogo e tutor” do público, uma atribuição que reafirma sua “utilidade social” (WOLF, 1999, p. 221).

Essa questão traz duas exigências opostas: ao mesmo tempo em que está a serviço do próprio público, o jornalista não pode se deixar condicionar por ele. A tendência para a solução desse impasse é afirmar que as necessidades do público são bem conhecidas pelo jornalista, em razão da sua grande experiência e dos contatos diários com um grande e diverso número de pessoas que compõem este público. Esse estereótipo foi consistentemente contradito pelos estudos de *mass media*, segundo os quais os comunicadores têm pouco *feedback* do público. Apesar disso, a incerteza em relação aos consumidores de notícia não representa um problema para a organização informativa, porque ela, paradoxalmente, parte do pressuposto de que conhece seu público (WOLF, 1999).

Sob esse quadro conceitual, postula-se que a noticiabilidade é um processo negociado “elástico, dinâmico, não rigidamente pré-fixado, por vezes calibrado internamente de forma diferente”. Para WOLF, isso implica dizer que o “‘faro’ jornalístico seria (...) não uma capacidade ‘misteriosa’ para captar notícias, mas uma capacidade standard (adquiridas a partir de parâmetros delimitáveis: valores-notícia) para agrupar ‘instantaneamente’, num ponto de equilíbrio, fatores bastante diversos” (WOLF, 1999, p. 224).

3.3 *FRAMING*: ENQUADRANDO A NOTÍCIA

No final da década de 1980, os estudos sobre agendamento midiático evoluíram para postulações que ampliaram o poder dos *mass media* na construção da realidade social. Além de oferecer uma agenda interpessoal (definindo os temas sobre os quais as pessoas irão falar), os meios de comunicação também teriam o poder de dizer “como devemos pensar os temas existentes na agenda da mídia” (COLLING, 2006, p. 94). Esse poder é evidenciado pelo conceito de *framing* (enquadramento), que tem no teórico norte-americano Robert M. ENTMAN um dos seus principais formuladores. Foi ele quem redefiniu o conceito original de enquadramento, desenvolvido por Erving Goffmann³⁹, articulando-o à noção de hegemonia midiática, no que diz respeito aos efeitos de sentido que os meios de comunicação provocam nos indivíduos.

No artigo “Framing: toward clarification of a fractured paradigm”, publicado em 1993, ENTMAN postula que o enquadramento é um segundo nível da hipótese do *agenda-setting*: enquanto esta se preocupa com a seleção e a saliência dos acontecimentos que serão veiculados como notícia, o *framing* volta-se para a seleção e a saliência dos termos veiculados no noticiário, logo, aos mecanismos discursivos (MARECO e PASSETTI, 2010, p. 121).

“Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de maneira a promover uma avaliação moral e/ou recomendação de tratamento do

³⁹ Os trabalhos sobre enquadramento de Robert M. Entman foram precedidos pelas pesquisas do sociólogo norte-americano Erving Goffmann, que na década de 1970, com a publicação do artigo “Frame analysis: an essay on the organization of experience”, desenvolveu a primeira articulação teórica da hipótese *framing*. Mas a perspectiva de ambos é inversa: enquanto Goffmann estudou a forma como a audiência enquadrava as informações veiculadas pelos *mass media*, Entman voltou-se para a análise dos efeitos que os enquadramentos midiáticos provocam nos consumidores dos *mass media* (MARECO e PASSETTI, 2010).

item descrito. Tipicamente, os quadros diagnosticam, avaliam e prescrevem” (ENTMAN, 1993, p. 52).

Como exemplo dessa tipificação promovida pelo enquadramento, ENTMAN (1993) cita em seu artigo a cobertura jornalística norte-americana durante a “guerra fria”, entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim, em 1989: “No enquadre da ‘guerra fria’, a cobertura salientava alguns *eventos* estrangeiros – por exemplo, as guerras civis – como *problemas*, identificando suas *fontes* (rebeldes comunistas); emitia *julgamentos morais* (agressão ateia) e *recomendava* determinadas soluções (apoio norte-americano ao outro lado)” [grifos nossos] (p. 52).

Segundo o autor, esse exemplo explicita como atuam os enquadramentos do texto jornalístico: definem problemas, determinando qual é o agente causal e quais seus custos e benefícios, em geral medidos em termos de valores culturais comuns; diagnosticam causas, identificando as forças que estão criando esse problema; emitem julgamentos morais, avaliando agentes causais e seus efeitos; e sugerem “remédios”, oferecendo e justificando tratamentos para o problema, prevendo seus prováveis efeitos futuros (ENTMAN, 1993).

Sob a perspectiva do *framing*, são quatro os agentes envolvidos no processo comunicativo: o comunicador, que realiza o enquadramento, consciente ou inconscientemente, e é guiado por quadros que organizam seu sistema de crenças; o texto, que contém os quadros, manifestados pela presença ou ausência de palavras-chave, frases, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que oferecem *clusters* de reforço temático de fatos ou julgamentos; o receptor (leitor, telespectador, ouvinte), que tem seus próprios quadros internalizados e com os quais são confrontados os quadros do texto; e a cultura, definida como um conjunto empiricamente demonstrável dos quadros comumente exibidos pelo discurso de um grupo social (ENTMAN, 1993).

Em cada um desses agentes, o enquadramento jornalístico envolve sempre seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos: “Os quadros salientam ou omitem algumas parcelas de informação sobre um tema (...) por meio da repetição ou da associação com símbolos culturalmente familiares (...) compatíveis com o sistema

de crenças do receptor” (ENTMAN, p. 53). Esses procedimentos compõem perspectivas gerais por meio das quais os acontecimentos e situações do cotidiano são dados a conhecer. “Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas etc.” (ROTHBERG, 2007).

COLLING (2006) observa que, segundo essa perspectiva, o *framing* permite verificar quem detém o poder no texto comunicativo, uma vez que por ele é possível chegar às origens da mensagem, no sentido de identificar a “verdadeira” autoria da informação. “Esse *poder* é o de *pensar o mundo* e o *framing* passa a ser uma ferramenta empregada por aqueles que têm o poder para transmitir o *seu jeito de pensar* para os demais (...) como temos que pensar os temas já estabelecidos pela agenda” [grifos nossos] (p. 95). Assim, as análises passam a detectar a influência do texto jornalístico sobre a consciência dos indivíduos no processo de transferência da informação (sua transformação em notícia). Portanto, na hipótese *framing* há uma percepção de que os enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou a importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular (ROTHBERG, 2007). Na maioria das vezes, esse jogo de interesses por trás das notícias não é percebido pelo público (MARECO e PASSETTI, 2010).

Assim, o enquadramento jornalístico pressupõe a construção de uma realidade vista pelo destinatário da mensagem de uma dada perspectiva. Metaforicamente, é como se a notícia fosse vista da moldura de uma janela, que direciona o leitor/ouvinte/telespectador para uma realidade parcial (MARECO e PASSETTI, 2010). Dito de outra forma, os enquadramentos jornalísticos, por enviesamento, orientam o discurso a uma determinada direção (SOUSA, 2006).

3.3.1 Formatos de *Framing*

A evolução dos estudos de *framing* levou à percepção de que determinados temas podem ser apurados pelas mídias jornalísticas segundo formatos específicos de cobertura, que implicam cinco categorias de enquadramento: “de jogo”,

“estratégico”, “episódico”, “de conflito” e “temático”. Danilo ROTHBERG (2007) – citando os trabalhos de PORTO (2004) e IYENGAR (1990) – utiliza como exemplo de enquadramento de jogo a cobertura jornalística realizada durante disputas eleitorais. Também chamado de “corrida de cavalo”, esse enquadre ocorre quando os temas mais comuns trazidos pelos jornalistas são aqueles vinculados às chances de derrota ou vitória no pleito, com pouco ou nenhum espaço para enfoques que tratem das políticas propostas pelos candidatos: “A pergunta que parece motivar as reportagens [sob enquadramento de jogo] não é ‘como a política pode contribuir para resolver os problemas da sociedade’ e sim ‘como a campanha do candidato pode ajudar a atrapalhar suas chances de vitória’” (ROTHBERG, 2007, p. 4).

Também comum na cobertura política, o enquadramento estratégico tende a apresentar as ações e decisões dos mandatários, candidatos e pré-candidatos “como elementos de um cálculo – supostamente ocultado pelo próprio político, mas revelado pelo jornalista – efetuado como parte de uma estratégia que assume vários objetivos” (ROTHBERG, 2007, p. 4). Entre eles, destaca o autor, podem estar “a conquista da adesão de um indivíduo inconsciente dos meandros ‘obscuros da política’; a sinalização, aos competidores, dos termos em que se dará a negociação nos bastidores; a ocultação de supostas verdades incômodas; ou a simples busca por vantagens pessoais (poder, riqueza, prestígio etc.)” (ROTHBERG, 2007, p. 4).

Já o enquadramento episódico, particularmente caro à presente pesquisa, tende a narrar os fatos relevantes do percurso de definição e execução de políticas públicas de maneira superficial, mal tocando nas questões propriamente políticas do fato e que estão ligadas à complexidade das escolhas envolvidas em determinada opção a ser adotada ou rejeitada pela gestão pública. Nesse sentido, os enquadramentos episódicos apenas acentuam aspectos circunstanciais dos fatos enfocados (ROTHBERG, 2007).

Os enquadramentos de jogo, estratégico e episódico podem assumir a forma de *framing* de conflito. Nesse caso, a ênfase das matérias passa a ser o potencial de disputa que, em tese, está envolvido nos movimentos dos políticos. Os significados referentes à administração das políticas públicas (antecedentes, critérios e resultados) são negligenciados e o enfoque jornalístico recai sobre as consequências dos

supostos choques entre os “partidos, do parlamento (...) aliados e adversários” (ROTHBERG, 2007, p. 5).

“A cobertura política se torna a cobertura dos bastidores da política. Proliferam as fontes em *off* e anônimas, e o jornalismo diário vai sendo construído com base não no que deve ser de fato apreciado por um cidadão de uma democracia madura, mas sim naquilo que os políticos supostamente estariam tentando esconder de *sujeitos que, se não fosse a astúcia de jornalistas* sempre dispostos a revelar as verdades sob a mesa, *seriam inevitavelmente engabelados* (...) a substância política enquanto negociação democrática é subtraída, e o resultado [do enquadramento] tende a ser a *disseminação do ceticismo em relação à política e do descrédito generalizado nos mandatários*” [grifos nossos] (ROTHBERG, 2007, p. 5).

Em contraponto, os enquadramentos temáticos – vistos pelos estudiosos como um meio de superar a fragmentação e a superficialidade que os enquadres já expostos tendem a promover – devem explorar as relações entre antecedentes e consequências, segundo diferentes perspectivas, considerando as expectativas das pessoas afetadas e os resultados previstos. Devem ainda examinar influências macroestruturais, tendências históricas, alternativas, possibilidades, exemplos de outras regiões ou países, possíveis obstáculos etc.

“Enfim, o enquadramento temático *envolve pluralismo e equilíbrio*, que podem então ser considerados como elementos capazes de conduzir à superação da fragmentação, superficialidade e tendência ao entretenimento contidos nos [demais] enquadramentos (...) o pluralismo corresponde a um tratamento compreensivo de causas, consequências e da diversidade de fatores que concretamente influenciam a definição e a implementação de políticas públicas. Fatos e acontecimentos complexos e relevantes devem ser noticiados de maneira abrangente, verificando-se seus antecedentes e implicações, relações historicamente constituídas” [grifos nossos] (ROTHBERG, 2007, p. 6).

A noção de pluralismo extrapola o axioma simplista e estereotipado segundo o qual o jornalista deve sempre “ouvir” os vários lados de um mesmo assunto. Trata-se, antes, de apurar a diversidade de perspectivas ao exame de um acontecimento: “O procedimento não se resume a colher visões alegadamente contrárias, colocando umas diante das outras, simplesmente. Primeiro, porque onde o olhar apressado vê apenas oposições, pode haver matizes, contrastes e sintonias inesperadas. Segundo,

porque as diferenças entre as perspectivas relevantes precisam ser elucidadas, em aproximações refletidas” (ROTHBERG, 2007, p. 6-7). Já o equilíbrio é um critério de produção de pluralidade, que deve ser empregado tanto para identificar as visões que merecem expressão quanto para planejar como cada uma das perspectivas detectadas deve ser colocada na cobertura (ROTHBERG, 2007).

À medida que a cobertura jornalística não oferece enquadramentos temáticos e, conseqüentemente, não dá continuidade nem contextualiza os acontecimentos transformados em notícia, a mídia torna “mais difícil e menos provável que os cidadãos vejam as decisões relativas às políticas públicas como meios para melhorar suas comunidades, erodindo, assim, a fé nas instituições e processos democráticos e nos administradores eleitos (...) a mídia, mesmo sem desejá-lo, incentiva os cidadãos a se concentrarem em soluções individuais e não coletivas ou comunitárias, para os problemas sociais, econômicos e políticos” (Goidel, 2000, *apud* ROTHBERG, 2007).

A exposição dos principais pressupostos da *communication research* evidencia claramente a complexidade dos elementos em jogo e as determinações estruturais da cobertura jornalística e da representação da realidade social que os *mass media*, habitualmente, fornecem aos destinatários de suas mensagens (WOLF, p. 225).

4. METODOLOGIA

Apresentamos a seguir os aportes teóricos e metodológicos que sustentam a presente pesquisa, estudo de natureza qualitativa. Traçamos aqui os conceitos fundamentais que ancoram a análise realizada a partir do noticiário relativo à epizootia de febre amarela silvestre e a ocorrência de casos humanos, veiculado no jornal *Folha de S.Paulo* entre 21 de dezembro de 2007 e 29 de fevereiro de 2008.

Também foram pesquisados documentos de domínio público emitidos pela autoridade pública de saúde brasileira, divulgados no mesmo período pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Esses documentos foram utilizados como instrumento de complementação analítica.

O *corpus* desta pesquisa, entendido como documento de domínio público, foi analisado à luz dos conceitos basilares do marco teórico-metodológico de práticas discursivas e construção de sentidos no cotidiano.

4.1 LINGUAGEM, LUGAR DE SENTIDO

Para apreendermos os conceitos que fundamentam a abordagem das práticas discursivas é importante contextualizar o trajeto histórico do movimento que deu à linguagem um papel central nas ciências humanas e sociais, no Ocidente. Esses estudos constituíram-se no bojo da “virada linguística” (*linguistic turn*), que ganhou força a partir de meados do século XX (MAZIÈRE, 2001, p. 7-9). Também chamado de “giro linguístico”, este movimento foi antecedido pelos trabalhos desenvolvidos, nas primeiras décadas do século passado, por filósofos que estudaram pioneiramente a linguagem: Ferdinand de Saussure, que instituiu as bases da linguística moderna, seguido por Gottlob Frege e Bertrand Russel, que romperam com a tradição cartesiana da “filosofia da consciência”, centrada no “estudo da interioridade do sujeito” e com foco no “mundo interior e privado das entidades mentais”; com seus trabalhos, Frege e Russel deslocaram o olhar da filosofia para o “mundo público das produções discursivas” passível de ser objetivado (IBÁÑEZ GRACIA, 2005, p. 21).

Resultados e Discussão

A esses trabalhos seguiu-se o de Ludwig Wittgenstein, cujo livro *Tratado Lógico-filosófico*, publicado em 1921, influenciaria de forma definitiva os pensadores neopositivistas reunidos no “Círculo de Viena” (IBÁÑEZ GRACIA, 2005). Ancorado na escola lógica, esse pensamento filosófico tem na frase afirmativa sua unidade linguística fundamental, por meio da qual é possível descrever um fato, veicular uma informação, exprimir um conhecimento. Sobre esse paradigma assentaram-se as bases da filosofia analítica, que, em sua primeira fase, associa o sentido das palavras/expressões aos conceitos que elas conotam, permitindo, assim, identificar de forma única seus referentes. Mary Jane SPINK e Vera Mincoff MENEGON (2004, p. 265) ponderam que se tratava, ainda, de uma análise presa às descrições, em última instância, uma concepção cartesiana de significação das palavras.

No pós-guerra, sobretudo a partir da década de 1950, acentuou-se o afastamento dos filósofos analíticos da tradição cartesiana. Um grupo de pensadores, majoritariamente ligado à Universidade de Oxford, voltou então sua atenção para os enunciados linguísticos, no que ficou nominado como teorias da enunciação. Destaca-se, nesse cenário, a teoria dos atos de fala de John L. Austin, que a partir de um “(...) encontro com a tipologia dos atos de fala (dizer é fazer), iniciada pelos [seus] trabalhos sobre a linguagem comum (...)”, promove uma redefinição das funções da linguagem, entre as quais a função de comunicação (MAZIÈRE, 2001, p. 18). Austin postula que determinadas sentenças são, na verdade, ações. Ou seja, dizer é fazer, na medida em que, ao proferir algo, a pessoa está simultaneamente realizando uma ação.

Essa abordagem possibilitou a instituição de uma nova concepção de linguagem: ela não é mais tida apenas como o instrumento para nomear as coisas, sendo, portanto, exclusivamente reflexo e expressão dos sentidos. A linguagem é agora o *locus* onde os sentidos são construídos (MAZIÈRE, 2001). Dessa forma, a linguagem passa a ser “‘constitutiva’ das coisas, mais do que meramente ‘descritiva’ delas, deixando de ser palavra acerca do mundo para passar a ser ação sobre o mundo. A linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se

Resultados e Discussão

limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando da sua constituição” (IBÁÑEZ GRACIA, 2005).

4.1.1 Foco na Linguagem em Uso

Essa nova perspectiva deslocou o olhar de alguns pensadores para a linguagem em uso, qual seja, aquela utilizada no cotidiano, abrindo caminho para o estudo da “linguagem ordinária e dos fenômenos da comunicação” (SPINK e MENEGON, 2004, p. 265-6). Contrapondo-se à abordagem lógica dos primeiros filósofos analíticos, postulam essas autoras, os analíticos dessa segunda fase, focados na linguagem comum, buscaram demonstrar que, para além de informações factuais, os enunciados informam sobre o tipo de ato que podem efetuar. Dito de outra forma, os atos de enunciação – nomeados por Austin “performativos” – demandam o estudo não apenas dos conteúdos da frase, mas também da sua forma e das circunstâncias em que são utilizados.

Nas décadas seguintes, sob esse paradigma, emergem diferentes perspectivas teóricas que têm na análise do discurso e das práticas discursivas ferramentas metodológicas que permitem entender os fenômenos sociais que dão sentido ao mundo. Entre elas, a psicologia social crítica, a que está filiada a proposta teórico-metodológica em que se ancora a presente pesquisa.

Nessa perspectiva, o sentido é uma construção social, de caráter coletivo e interativo, “por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos” que lhes permitem compreender e lidar com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 42). Trabalhando na interface dos aspectos performáticos da linguagem e das condições de produção (tanto no que diz respeito aos contextos social e interacional, quanto no sentido foucaultiano de construções históricas), essa abordagem faz uma distinção entre discurso e práticas discursivas, elegendo esta última para referir-se à linguagem em uso, definida como “sempre em movimento e em constante dialogia” (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 42-3).

Resultados e Discussão

O discurso refere-se às regularidades linguísticas e à utilização institucionalizada da linguagem, que ocorrem no nível macro dos sistemas políticos e disciplinares, em diferentes domínios do saber e grupos sociais. Essa concepção aproxima-se da noção bakhtiniana que apresenta o meio social como o centro organizador da atividade linguística, “refutando a identidade do signo como mero sinal e desvincilhado do contexto histórico” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 15). A linguagem social, definida por Mikhail Bakhtin como o “discurso típico de estratos específicos” (por exemplo, o discurso médico), é contextual e historicamente localizada. Assim, de maneira mais ou menos estável, o contexto (a situação, a circunstância, os interlocutores presentes ou presentificados, o espaço, o tempo) molda a forma e o estilo ocasional das enunciações, nomeadas por Bakhtin como “gêneros de fala” (*speech genres*), caracterizados, sobretudo, por temas e situações típicas de comunicação: “um gênero de fala não é uma forma de linguagem, porém uma maneira típica de enunciado; assim, ao ser expresso, o gênero carrega uma tipicidade que lhe é inerente” (Bakhtin *apud* SPINK et al., 2008). Isso se aplica tanto às comunicações corriqueiras do cotidiano quanto às diversas formas de comunicação científica e gêneros literários. Embora sejam afetados pela diversidade e pelas não regularidades impostas pelas práticas cotidianas, os discursos tendem a permanecer no tempo, mantendo-se e se reproduzindo a partir de regularidades: “*Discurso, linguagem social* ou *speech genre* são conceitos que focalizam, portanto, o habitual gerado pelos processos de institucionalização” [ênfases das autoras] (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 45).

Contudo, observam esses dois autores, à medida que o foco do entendimento discursivo é deslocado para os “sentidos” que os termos adquirem no cotidiano das pessoas, passamos a lidar com a “linguagem em uso”. Desse modo, enquanto o discurso remete à idéia de regularidade da linguagem, focalizando os processos de institucionalização, o conceito de práticas discursivas conduz o pesquisador às ressignificações, rupturas, produção de sentidos, “(...) aos momentos ativos do uso da linguagem”, sendo possível, assim, definir “*práticas discursivas* como linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se

Resultados e Discussão

posicionam em relações sociais cotidianas” [ênfases dos autores] (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 45).

Nessa perspectiva, as práticas discursivas são constituídas por três elementos: a dinâmica, os gêneros de fala e os repertórios interpretativos. O primeiro elemento envolve os conceitos bakhtinianos de enunciados e vozes, por meio dos quais se desenvolve o processo de interanimação dialógica da linguagem em uma conversação. Ponto de partida para a compreensão da dialogia, os enunciados são expressões (palavras e sentenças) articuladas em situações situadas: “(...) os enunciados de uma pessoa estão sempre em contato com ou são endereçados a uma ou mais pessoas” (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 45-6). Entre essas pessoas se estabelece uma interanimação mútua, que ocorre mesmo quando os diálogos são internos.

À noção de enunciado associa-se o conceito de vozes (diálogos e negociações processados no momento da enunciação, envolvendo interlocutores presentes ou presentificados), que atribui à linguagem seu caráter social.

“Na perspectiva bakhtiniana, *linguagem* é, por definição, uma prática social. A pessoa não existe isoladamente, pois os sentidos são construídos quando duas ou mais vozes se confrontam (...) as vozes às quais um enunciado é dirigido podem estar espacial ou temporalmente distanciadas. Dessa forma, inclusive o pensamento é dialógico: nele habitam falantes e ouvintes que se interanimam mutuamente e orientam a produção de sentidos e enunciados” [ênfase dos autores] (SPINK e MEDRADO, p. 46).

Essa noção de *vozes* que se enfrentam em um mesmo enunciado, e que representam os diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos que atravessam a enunciação, sustenta o conceito bakhtiniano de dialogismo: “Como é sabido, as relações dialógicas que, segundo Bakhtin, definem o acontecimento da linguagem são relações de sentido que se estabelecem entre enunciados produzidos na interação verbal” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 111).

Como já dito, os gêneros de fala (*speech genres*) são formas típicas de enunciados, relativamente constantes. Formam o substrato compartilhado que possibilita a comunicação em determinados ambientes, sendo atravessados por

Resultados e Discussão

expressividade, por sua vez herdada de uma cultura específica. Há gêneros de fala típicos dos ambientes profissionais (escritório de advocacia, consultório médico, repartições públicas, equipes esportivas), educacionais (sala de aula) e dos eventos sociais (encontros informais, casamentos, funerais). Por exemplo, o enunciado típico de um velório é “Meus pêsames!” e não “Meus parabéns!”. Esses gêneros são apreendidos pelas pessoas ao longo do processo de socialização, e permitem que elas utilizem uma fala específica para cada situação, reconhecendo quando ela é formal ou informal (SPINK e MEDRADO, 2004; FREITAS, 2010).

O terceiro elemento constitutivo das práticas discursivas são os repertórios interpretativos, um conjunto de termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem utilizado no cotidiano (Potter e Wetherell *apud* MOREIRA e RASEIRA, 2010). São unidades que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, atuando como dispositivos que as pessoas utilizam para construir versões das ações, eventos e demais fenômenos à sua volta. Os repertórios interpretativos estão presentes em uma considerável variedade de produções linguísticas, sendo fundamentais para o estudo das práticas discursivas, uma vez que por meio deles é possível entender tanto a estabilidade das construções linguísticas quanto sua dinâmica e variabilidade. SPINK e MEDRADO (2004, p. 48) observam que esse conceito é particularmente útil ao entendimento da “variabilidade usualmente encontrada nas comunicações cotidianas, quando repertórios próprios de discursos diversos são combinados de formas pouco usuais, obedecendo a uma linha de argumentação, mas gerando, frequentemente, contradições”.

Desse modo, sob a perspectiva dos repertórios interpretativos, o foco dos estudos deixa de ser apenas a regularidade, o invariável, o consenso dos discursos, passando a incluir a própria variabilidade e a polissemia da linguagem, aqui entendida como a propriedade que as palavras têm de possibilitar às pessoas transitarem por inúmeros contextos e vivenciarem diferentes situações (SPINK e MEDRADO, 2004).

No contexto da circulação é possível identificar a inscrição dos repertórios interpretativos na história, o que demanda uma noção de tempo. Não o tempo cronológico, ressaltam SPINK e MEDRADO (2004), mas aquele que decorre da

Resultados e Discussão

“problemática dos contextos de sentido”. Ou seja, a temporalidade dos repertórios decorre da noção de sentido contextualizado, que institui o “diálogo contínuo entre sentidos novos e antigos (...) os sentidos passados, decorrentes de diálogos decorridos há muitos séculos, não são estáveis; são sempre passíveis de renovação nos desenvolvimentos futuros do diálogo” (p. 49).

Para compreendermos o modo pelo qual os sentidos circulam na sociedade é necessário considerar suas interfaces com três tempos históricos: o “tempo longo”, o “tempo vivido” e o “tempo curto”. Essa aproximação com os conteúdos históricos permite aos analistas das práticas discursivas trabalharem em diferentes níveis, com vistas a apreender a “cristalização em discursos institucionalizados, as posições socialmente disponíveis e as estratégias linguísticas” utilizadas pelas pessoas para se posicionarem na interação.

“Essa divisão tripartite possibilitou-nos abordar o paradoxo de enunciados que pertencem concomitantemente à ordem das regularidades – possibilitando visualizar as permanências que sustentam o compartilhamento – e à da polissemia dos repertórios, que sustenta as regularidades dos processos de produção de sentidos” [grifos nossos] (SPINK e MEDRADO, p. 51).

O “tempo longo” refere-se à construção social dos conteúdos culturais da humanidade ao longo da história. Diz respeito aos processos de formação e ressignificações continuadas dos discursos de uma dada época, permitindo, conseqüentemente, o acesso a múltiplos significados historicamente construídos. Espaço dos conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios de saber, o “tempo longo” permite a apreensão dos repertórios disponíveis moldados pelas contingências sociais de época, constituindo-se, assim, “as vozes de outrora que povoam nossos enunciados”.

“Uma amostra de como as construções do tempo longo permeiam o nosso cotidiano e nossas práticas discursivas são as obras de museu (...) a partir das quais podemos delinear a representação social de um tema [por exemplo] a paternidade (...) uma imagem de pai construída, digamos, na Renascença se faz presente em nosso cotidiano, ressignificada” [ênfase dos autores] (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 52).

Resultados e Discussão

O “tempo vivido” é definido como aquele em que se dá o processo de ressignificação dos conteúdos históricos, e a partir do qual ocorre a socialização das pessoas. Dito de outra forma, diz respeito às experiências e aprendizados que cada pessoa vive no curso de sua existência. No “tempo vivido” situa-se a memória afetiva, na qual estão enraizadas as narrativas pessoais e identitárias (SPINK e MEDRADO, p. 51-2).

Marcado pelo acontecimento e pela interanimação dialógica, o “tempo curto” refere-se às interações face a face, nas quais os interlocutores se comunicam diretamente. À medida que pauta a compreensão, a comunicação e a construção discursiva das pessoas, o “tempo curto” permite, concomitantemente, entender a dinâmica da produção de sentidos. Com acentuam SPINK e MEDRADO (2004), o “tempo curto” corresponde ao momento concreto da vida social como atividade de caráter interativo, em que estão presentes as possibilidades de combinação das vozes, por sua vez ativadas pelas memórias cultural e afetiva dos “tempos longo e curto”. Novamente, tem-se aqui a noção de dialogia e a ocorrência de múltiplos repertórios, utilizados pelas pessoas para dar sentido às experiências vividas. Em razão dessa multiplicidade de combinações, o “tempo curto” é igualmente polissêmico.

4.1.2 Documentos de Domínio Público

Na perspectiva das práticas discursivas, a produção de sentido não ocorre exclusivamente nas interações face a face. Ela se dá fortemente também na esfera dos documentos de domínio público. Peter SPINK nos informa sobre a natureza desses documentos: “São públicos porque não são privados. Sua presença reflete o *adensamento e ressignificação do tornar-se público e do manter-se privado*” [grifos nossos] (2004, p. 126). Esse processo tem seu foco na própria construção social do espaço público, sob o conceito habermasiano de esfera pública como lugar de formação das opiniões e das vontades políticas, do debate e do uso público da razão argumentativa, no qual são discutidas as questões práticas e políticas (SPINK P., 2004).

Resultados e Discussão

Os documentos de domínio público se constituem como práticas discursivas a partir de dois pontos: “como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo em relação àquilo que está impresso em suas páginas” (SPINK P., p. 126). Ou seja, são, ao mesmo tempo, artefato produtor de sentido e suporte em que estão impressas informações. Como práticas discursivas, comportam enunciados construídos intersubjetivamente, a partir da interação com um outro desconhecido, mas significativo e frequentemente coletivo, dialógico e polissêmico. Produtos em tempo e ubíquos, acentua o autor, esses documentos são significativos do cotidiano, complementando, completando e concorrendo com a narrativa e a memória. Por conseguinte, nos documentos de domínio público estão à disposição, simultaneamente, “traços de ação social e a própria ação social”, configurando-se, assim, como produtos sociais.

Do ponto de vista ético, esses documentos estão abertos para a análise exatamente por pertencerem ao espaço público e terem sido tornados públicos de forma a permitir a responsabilização:

“Podem refletir transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas” (SPINK, P., 2004, p. 136).

Os documentos de domínio público assumem diversas formas de registros: arquivos variados, diários oficiais, manuais de instrução, jornais e revistas, anúncios, publicidade, manuais de instrução e relatórios anuais. SPINK P. (2004, p. 136) acentua: “Tudo tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir.” De acordo com o autor, a escolha do material que formará o *corpus* pode ser feita a partir de uma análise inicial do campo ou emergir casualmente, segundo o que se apresenta ao pesquisador: “O acaso é um elemento importante e nunca deve ser descartado”; no campo da produção de sentidos os pesquisadores são “catadores permanentes de materiais possivelmente pertinentes” (SPINK, P., 2004, p. 137).

Resultados e Discussão

4.1.3 Jornais Diários, Terreno de Sentidos

Nessa perspectiva, os jornais diários configuram-se como “ótimas vitrines para as idas e vindas dos sentidos” no cotidiano. Neles, independente do estilo, é possível demonstrar que “o sentido se produz nas entrelinhas das práticas discursivas”. Peter SPINK chama a atenção para o fato de os grandes jornais tenderem a guardar suas edições por longos períodos, o que “permite aos pesquisadores voltarem a eles de forma mais ordenada, buscando compreender nas entrelinhas dos movimentos políticos, econômicos e sociais as sutis, e às vezes não tão sutis, alterações nas práticas discursivas” (SPINK P., p. 139).

O trabalho com mídia requer o reconhecimento das regras a partir das quais os textos são produzidos, além de disposição para ler e acompanhar o que é escrito dia após dia.

“Às vezes é possível identificar uma coluna regular ou parte do jornal que seja mais pertinente ao tópico em estudo, mas mesmo assim é necessário ampliar o olhar para ver o texto mais amplo dentro do qual o texto específico está sendo produzido (...) textos utilizados nos artigos são sempre apresentados em trechos mais amplos; *não é a frase que é importante, mas o discurso do qual faz parte*” [grifos nossos] (SPINK, P., p. 141).

MEDRADO (2004) aponta o poder da mídia para dar visibilidade a fenômenos sociais, destacando seu papel transformador nas práticas discursivas cotidianas, ou seja, “na forma como as pessoas produzem sentidos sobre fenômenos sociais e se posicionam” (2004, p. 245). Essas transformações são compreensíveis a partir da reconceituação de “interação” proposta por John Thompson, segundo a qual três modalidades interacionais caracterizam o cotidiano contemporâneo: a “face a face”; a “mediada” e a “quasi-mediada”.

Na interação “face a face” ocorre a conversa cotidiana, em um contexto de troca direta e co-participação no qual os participantes estão presentes e compartilham um sistema de referências espaciais e temporais comuns. A interação “mediada” refere-se ao uso de meios técnicos (cartas, telefone, celular e *e-mail*, entre outros) em

Resultados e Discussão

que os conteúdos linguísticos são transmitidos de uma pessoa a outra, necessariamente distantes espacial e/ou temporalmente (MEDRADO, 2004).

Já a interação “quasi-mediada” corresponde às relações sociais produzidas a partir do advento da comunicação de massa, rompendo também as barreiras espaciais e/ou temporais. Nela a comunicação não é dirigida especificamente a uma pessoa, mas a “um outro generalizado” – acrescentamos, atomizado –, em um fluxo de trocas entre os falantes não imediatamente recíproco. Nesse tipo de interação, ressalta MEDRADO, não há troca direta, mas uma expressiva lacuna temporal entre a emissão e a recepção. A partir dessa abordagem thompsoniana, o autor postula que a mídia não representa apenas um meio poderoso de criar e fazer circular repertórios, mas apresenta também um poder transformador de reestruturação dos espaços de interação, propiciando novas configurações à produção de sentidos: “O *espaço fluído* – sem fronteiras espaciais e temporais – *que a mídia propicia* leva, inevitavelmente, a *reconceituar a divisão* estabelecida na modernidade clássica *entre privado e público* (Spink, 1997b)” [grifos nossos] (MEDRADO, 2004, p. 247).

Sob a abordagem de MEDRADO, entendemos que a identificação de repertórios interpretativos que circularam no noticiário sobre febre amarela veiculado pelo jornal *Folha de S.Paulo* permitiu apreender os sentidos mediatizados sobre a febre amarela que circularam no cotidiano, que assumiram, no período estudado, novas significações entre os leitores, em suas práticas discursivas.

4.2 PROCEDIMENTOS

A escolha da *Folha de S.Paulo* deve-se ao fato de o jornal ter grande penetração em todo território paulista, sendo reconhecido também pela capacidade de

Resultados e Discussão

formação de opinião em âmbito nacional⁴⁰, muitas vezes servindo ele mesmo como fonte de informação para várias mídias (rádio, televisão, internet e jornais regionais) de todo o País. A exemplo do que ocorre com outros dois jornais diários de grande circulação e igualmente de abrangência nacional, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o noticiário veiculado pela *Folha de S. Paulo* influencia a definição da pauta e, conseqüentemente, as decisões de cobertura das equipes da mídia eletrônica e das grandes revistas semanais.

O jornal conta com duas edições impressas diárias: a SP, que circula na Grande São Paulo (excetuando-se a região do ABCD paulista), e a nacional, disponível nas demais regiões do Brasil. A *Folha de S. Paulo* dispõe ainda de cadernos locais, nos quais são abordados temas de interesse exclusivo dessas áreas de circulação. Esses cadernos são produzidos por equipes regionais, geralmente vinculadas à Agência Folha⁴¹. As matérias analisadas no presente estudo foram publicadas na Edição SP.

O acesso ao noticiário publicado pela Edição SP da *Folha de S. Paulo* deu-se exclusivamente por meio eletrônico, conteúdo restrito a assinantes⁴². Para localização das matérias que formaram o *corpus* da presente análise foi utilizado o termo “febre

⁴⁰ Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 2008 a *Folha de S. Paulo* tinha uma tiragem média de 311.287 exemplares/dia, considerando-se vendas avulsas e assinaturas, sendo então líder de circulação nacional entre os jornais pagos. Em 2010, a tiragem da *Folha* caiu para 294.498, ficando em 2º lugar no *ranking* nacional, atrás do jornal mineiro *Super Notícia*.

⁴¹ Agência de notícias do Grupo Folha (razão social Folhapress) que comercializa e distribui diariamente fotos, textos, colunas, ilustrações e infográficos sobre cotidiano, política, economia, cultura e esporte. Segundo o grupo, esse material abastece “centenas de jornais e revistas de todas as regiões” do Brasil (<http://www.folhapress.com.br/>). Em geral, quando o termo “Agência Folha” aparece sem indicação da cidade de origem, significa que o material foi produzido na sede da Folhapress, na cidade de São Paulo.

⁴² Além da versão impressa, exclusiva para assinantes do jornal ou do portal UOL, o Grupo Folha mantém em seu portal na internet a *Folha Online*, jornal eletrônico de acesso gratuito. Os conteúdos de ambos frequentemente são diversos.

Resultados e Discussão

amarela 2008”, no campo de busca disponibilizado no site do jornal⁴³. Todas as matérias localizadas sob esse termo foram arquivadas no programa Word, seguindo-se posteriormente à leitura de cada texto, procedimento que orientou a seleção dos textos analisados. É importante ressaltar que os recursos fotográficos não estão disponíveis em sua totalidade na versão eletrônica do jornal, sendo, por isso, a presente análise limitada à linguagem textual⁴⁴.

O termo “febre amarela” foi localizado em 120 matérias, publicadas em 48 edições e distribuídas por 10 editorias⁴⁵: “Capa”, “Opinião”, “Brasil”, “Ciência”, “Dinheiro”, “Cotidiano”, “Esporte”, “Ilustrada”, “Turismo” e “Ombudsman”⁴⁶. Desse total, dois registros foram descartados em razão de o termo não estar inserido no contexto do presente trabalho. Assim, as matérias efetivamente analisadas totalizaram 118, veiculadas em 47 edições e 9 editorias.

Para efeito de acompanhamento, observação e análise, selecionamos as matérias veiculadas pelo jornal no período de 21 de dezembro de 2007 a 29 de fevereiro de 2008. O recorte temporal permitiu localizar a notícia que deu início ao

⁴³ A pesquisa é iniciada pelo endereço <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm>. Edições publicadas a partir de 1998 são localizáveis através do campo “procurar por”, bastando para tanto proceder à digitação de palavras-chave referentes ao tema pesquisado. Já as edições entre 1994 e 1997 têm campos próprios de pesquisa. O material anterior a esse período deve ser solicitado ao Grupo Folha.

⁴⁴ Na versão eletrônica da *Folha de S.Paulo* apenas a capa é reproduzida fidedignamente (*fac-simile*), o que significa dizer que reproduz os recursos fotográficos. Mas, uma vez que a análise das imagens como formas discursivas (SPINK, 2006) não é escopo do presente estudo, as imagens publicadas junto com o texto de chamada de capa não serão analisadas.

⁴⁵ Nos periódicos impressos generalistas, as editorias são organizadas em cadernos e/ou suplementos, que são fascículos de encadernação que formam o conjunto denominado jornal. Cada editoria é responsável pela cobertura jornalística de uma área temática. No caso da *Folha de S.Paulo* um caderno pode reunir mais de uma editoria, como é o caso do primeiro caderno, que reúne as editorias “Capa”, “Opinião”, “Brasil” e, eventualmente, “Ciências”.

⁴⁶ É importante ressaltar que na versão eletrônica a editoria “Ombudsman” tem menu próprio, não aparecendo no “Índice Geral” da edição. Textos do *ombudsman* da *Folha de S.Paulo* devem ser pesquisados diretamente no menu “Ombudsman”. Por essa razão, a matéria não foi localizada pelo sistema de busca acima descrito, tendo sido enviado à pesquisadora por Ricardo Menezes.

Resultados e Discussão

fenômeno de agendamento midiático, a evolução do grau de noticiabilidade do tema e o seu desgaste como assunto de relevância.

Na primeira etapa do trabalho, utilizando instrumento de sistematização, o *corpus* foi submetido a uma análise quantitativa, o que nos permitiu mensurar a visibilidade que a *Folha de S.Paulo* deu ao tema. Para tanto, foi construído um primeiro quadro com o total das matérias localizadas, organizadas por data, título, editoria e autoria (Anexo 1)⁴⁷. Com isso, obtivemos uma visão de conjunto, o que nos possibilitou identificar o movimento do tema no noticiário, do momento em que o episódio se transformou em foco de interesse jornalístico até seu esgotamento como notícia. Esse quadro nos permitiu, ainda, identificar a frequência com que o tema foi abordado em cada uma das editorias da *Folha de S.Paulo*.

As 118 matérias analisadas foram veiculadas em nove diferentes gêneros/estilos jornalísticos: “reportagem”, “texto de opinião”, “nota em coluna de opinião”, “notícia”, “chamada de capa”, “destaque de página”, “entrevista”, “carta de leitor” e “editorial”. Para diferenciar os estilos “reportagem” e “notícia”, consideramos o número de palavras de cada um dos textos. Assim, definimos como “notícia” todos os textos com até 260 palavras e “reportagem”, aqueles a partir de 261 palavras⁴⁸.

A pesquisa envolveu, ainda, o levantamento dos documentos oficiais emitidos pela autoridade de saúde pública, que serviram de apoio à análise qualitativa. Entre 3 de janeiro e 28 de fevereiro, período que demarca o presente estudo, foram localizados 40 documentos, divididos em seis categorias de texto – “notícia no

⁴⁷ O quadro com esta primeira etapa do trabalho está disponível no Apêndice 1, no qual indicamos o endereço eletrônico de cada um dos textos publicados. Ressaltamos que o acesso ao material é restrito a assinantes do jornal *Folha de S.Paulo* e/ou do portal UOL.

⁴⁸ Em geral, nos estudos que envolvem jornais impressos a medida para estabelecer o espaço editorial ocupado por um tema é centímetro por coluna (cm/col). Contudo, como o suporte utilizado na presente análise (material eletrônico) não reproduz a diagramação da versão impressa, optamos pelo número de palavras como referencial para medir o espaço editorial, uma vez que essa medida também é referência para a produção do texto jornalístico.

Resultados e Discussão

portal”, “aviso de pauta”, “nota”, “comunicado”, “glossário”, “comunicado” e “boletim”, nomenclatura adotada pelo Ministério da Saúde (Apêndice 2)⁴⁹.

A análise qualitativa foi dividida em duas etapas. Na primeira, com base nos conceitos de *agenda-setting*, *newsmaking* e *framing*, realizamos um estudo exploratório que permitiu evidenciar o fenômeno de agendamento do tema febre amarela na *Folha de S.Paulo*.

Em um segundo momento, buscamos identificar os sentidos atribuídos à epizootia de febre amarela silvestre a partir da cobertura do jornal. Para tanto, definimos quatro categorias de repertórios interpretativos que circularam nas matérias e que possivelmente contribuíram para a construção desse sentido: nomeação, descrição epidemiológica, doença e discurso oficial. Com o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas foram construídos mapas de associação de ideias “em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentidos” (SPINK e LIMA, 2004, p. 107). Esses mapas são instrumentos de visualização que, ao mesmo tempo, subsidiam e facilitam a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo.

Optamos pela análise de quatro textos pertencentes aos gêneros “notícia”, “texto de opinião”, “reportagem” e “editorial” por entendermos que são representativos dos principais estilos jornalísticos veiculados durante a cobertura da *Folha de S.Paulo*, no período. Cada um dos textos foi apresentado em sua íntegra. Em seguida foi feita a análise à luz dos repertórios interpretativos definidos nesta pesquisa. Ao final de cada uma das análises das práticas discursivas apresentamos os enquadramentos (*framing*) a que esses textos foram submetidos.

⁴⁹ No Apêndice 2 publicamos quadro com todos os documentos emitidos pela autoridade de saúde pública, organizados por data, título e tipo de documento, bem como o endereço eletrônico de cada um deles. Os documentos e respectivos endereços foram obtidos junto à Assessoria de Comunicação Social/Divisão de Imprensa da Secretaria de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, por contato telefônico.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 FEBRE AMARELA E O SURTO “MIDIÁTICO”

Sob a perspectiva dos conceitos de *agenda-setting* e *framing*, apresentamos a primeira parte da análise da cobertura jornalística da *Folha de S.Paulo*, focando a visibilidade e o enquadramento do acontecimento febre amarela, a partir da investigação da frequência com que o tema foi apresentado no jornal e da análise do enquadramento a que foi submetida a mensagem. A segunda parte é baseada na análise das práticas discursivas e os possíveis efeitos de sentido que essas podem ter produzido, contribuindo para a construção de uma perspectiva epidêmica de grandes proporções da epizootia de febre amarela no verão 2007-2008.

5.1.1 “Este País tem Alarme/*Folha De S.Paulo*”⁵⁰

A análise da visibilidade da febre amarela na *Folha de S.Paulo* partiu da observação do número de matérias publicadas, sua distribuição e hierarquização por diferentes editorias⁵¹, demonstrando assim o processo de agendamento do acontecimento febre amarela no jornal.

⁵⁰ Slogan de campanha publicitária televisiva do jornal *Folha de S.Paulo*, criado pela agência W/Brasil (s/d).

⁵¹ Na *Folha de S.Paulo* a cobertura jornalística é dividida em editorias, responsáveis determinados campos temáticos e áreas de abrangência. O jornal também chama essas editorias de cardernos (*Novo Manual da Redação*, 1996). Nesta pesquisa, usaremos exclusivamente o termo “editoria”.

Resultados e Discussão

Criada a partir da fusão de três tradicionais periódicos paulistanos – *Folha da Noite*, fundado em 1921; *Folha da Manhã*, 1925, e *Folha da Tarde*⁵², 1949 –, a *Folha de S. Paulo* é um veículo de comunicação de massa, de natureza generalista, dirigido a um público marcadamente heterogêneo. Embora disponha de editorias especializadas, nas quais temas específicos (principalmente cultura, lazer e técnico-científicos) são pontualmente aprofundados, o jornal é caracterizado por uma linha editorial de amplo espectro, veiculando temas atuais que vão de política e economia a comportamento e entretenimento.

Formadora de opinião, a *Folha de S. Paulo* é lida por lideranças políticas, empresariais, sindicais e sociais. Diariamente, as notícias nela publicadas integram o *clipping*⁵³ elaborado “pelas assessorias de imprensa dos políticos e das grandes empresas, para circular entre seus quadros dirigentes” (KUCINSKI, 2003, p. 23-4). Dito de outra forma, esse jornais impressos⁵⁴ são definidores da *agenda-setting*.

⁵² Em outubro de 1967, o Grupo Folha, já sob o controle dos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, relançou a *Folha da Tarde*, que seria extinta novamente em 1999, quando a família Frias, que detém o controle acionário do grupo desde 1992, a substituiu pelo jornal *Agora São Paulo*.

⁵³ Anglicismo utilizado para definir o processo de seleção, recorte e colagem de notícias veiculadas em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, inclusive eletrônicos. No Brasil esse trabalho é, geralmente, realizado por assessorias de imprensa e/ou agências de comunicação especializadas, mediante contrato de prestação de serviços.

⁵⁴ É importante informar que em, sua obra, de 1998, Bernardo Kucinski inclui entre os periódicos de massa com capacidade de definir a agenda da mídia brasileira também o *Jornal do Brasil*. Contudo, nos últimos cinco anos, afetado por sérios problemas financeiros, o periódico carioca perdeu muito de seu prestígio. Em agosto de 2010, a crise determinou a suspensão de sua edição impressa e, atualmente, estando atualmente disponível exclusivamente em versão digital. Por isso, optamos por retirar o título da análise.

Resultados e Discussão

5.1.2 Caracterização das matérias analisadas

As 118 matérias analisadas foram veiculadas nas editorias de “Capa”, “Opinião”, “Brasil”, “Ciência”, “Dinheiro”, “Cotidiano”, “Esporte”, “Ilustrada” e “Ombudsman”, em 47 edições. Em 40 dessas edições, o tema febre amarela foi noticiado na editoria “Cotidiano”, reservada aos temas de interesse geral, com ênfase em questões da rotina das cidades e/ou comunidades em que o periódico circula (polícia, trânsito, saúde, educação, comportamento etc.). As editorias “Capa” (primeira página do jornal, em que são destacadas as principais notícias da edição e por meio das quais o jornal pretende atrair o leitor) e “Brasil”, na qual são publicados principalmente os textos de interesse político e econômico, de abrangência nacional e internacional, vêm em seguida, com 15 registros cada uma. Nas editorias “Ilustrada”, dedicada às notícias de cultura e entretenimento, “Opinião” – que ocupa as páginas 2 e 3 e expõe as opiniões dos proprietários do jornal, dos jornalistas que cobrem a área político-econômica, de personalidades de relevância em diversas áreas e dos leitores – e “Esporte” foram veiculados, respectivamente, 9, 8 e 3 textos sobre febre amarela. O tema foi abordado uma única vez na editoria “Ciência”, especializada em temas científicos e tecnológicos.

As matérias analisadas foram veiculadas em nove diferentes gêneros/estilos jornalísticos, que neste estudo servirão como categorias analíticas: reportagem, texto de opinião, nota em coluna de opinião, notícias, chamada de capa, destaque de página, entrevista, carta de leitor e editorial.

A reportagem, com 30 matérias, respondeu por 25,5% do total de registros. Considerado um dos gêneros mais nobres do jornalismo, a reportagem é definida como o relato ampliado de uma notícia, no qual predominam descrições, narrativas e citações sobre o acontecimento, comportando informação nova e atual, configuração que confere ao texto um caráter predominantemente noticioso (SOUSA, 2006). Em essência, a narrativa do repórter permite contextualizar cronológica e historicamente um acontecimento, suas interpretações, causas e efeitos sociais (BAHIA, 1999). A boa reportagem, ensinam os manuais jornalísticos, demanda a exposição do contraditório, por meio da publicização das diferentes versões sobre um mesmo fato.

Resultados e Discussão

Para tanto, os textos devem ser baseados em fontes de informação primárias (testemunhos/depoimentos) e secundárias (documentos, livros, relatórios etc.) e em argumentos de autoridade, recolhidos durante o trabalho de campo (apuração, no jargão profissional). O grande número de textos desse gênero indica o esforço da *Folha de S. Paulo* em aumentar a exposição do tema no jornal.

Em tese, a reportagem é o espaço da “isenção” jornalística, da apresentação da “verdade factual”, ou seja, da verdade fincada exclusivamente nos fatos, sem interpretação. Contudo, é importante ressaltar que, ainda que o processo de produção de uma reportagem esteja assentado sobre critérios objetivos, o resultado do trabalho é invariavelmente crivado pela “bagagem” subjetiva do autor do texto. Dito de outra forma, a versão da história reportada é subjetivada pelo repórter, que acaba por produzir um texto a meio caminho entre a não ficção (jornalismo) e a ficção (literatura). E é essa realidade recriada que molda, e muitas vezes cristaliza, a opinião do público sobre o acontecimento noticiado.

O número de matérias opinativas veiculadas pelo jornal indica o enquadramento interpretativo dado ao tema. Somadas as categorias texto e nota⁵⁵ de opinião, 21 e 16 matérias, respectivamente, os textos opinativos responderam por 31,7% de todos os registros publicados no período. A observação desse dado permite mensurar o grau de subjetivação por que passou a febre amarela, uma vez que, mais do que informativos, esses gêneros são interpretativos, argumentativos, de natureza não jornalística, ainda que a maior parte deles seja produzida por jornalistas. Os textos de opinião, que nesta análise reúnem artigos e colunas⁵⁶, são mais a

⁵⁵ Para facilitar a análise dos textos, as notas publicadas em colunas formaram uma categoria autônoma, tendo como critério exclusivo o tamanho do texto e sua localização na coluna. Como regra geral, são textos curtos, com no máximo 100 palavras, inseridos pelos colunistas após o texto principal. Essa hierarquia das notas na coluna é uma decisão exclusiva do profissional que a assina.

⁵⁶ Os artigos são escritos por articulistas, geralmente especialistas, intelectuais, autoridades públicas e lideranças políticas, empresariais e comunitárias que escrevem esporadicamente a convite do veículo de comunicação; em geral, não são remunerados. Por definição, os artigos não refletem necessariamente a opinião da empresa jornalística, e essa ressalva costuma ser destacada ao final do

Resultados e Discussão

manifestação de um juízo de valor, de percepções sobre fatos e acontecimentos, e menos a exposição da verdade factual. Geralmente, não trazem informação nova, debruçando-se sobre dados conhecidos que servem, por si mesmos, de base à interpretação e argumentação. Em síntese, expressam reações pessoais e impressionistas ao acontecimento noticiado (SOUSA, 2006).

Em contraste com o grande volume de textos opinativos, as notícias, gênero mais sintético e focado na informação objetiva, responderam por 13,5% (16 registros).

Embora tenha sido manchete⁵⁷ apenas em uma edição, a febre amarela foi destaque em 15 capas (12,7%) da *Folha de S.Paulo*. Considerando-se que a primeira página é das mais nobres da mídia impressa e o limitado número de assuntos nela destacados, esse total demonstra a relevância editorial dada ao tema, no período analisado: entre 9 e 21 de janeiro de 2008, a doença recebeu 12 chamadas de capa consecutivas, não sendo destacada, nesse intervalo, apenas no dia 18.

O assunto recebeu 7 (6,8%) destaques de página, 6 publicados no escopo das reportagens publicadas na editoria “Cotidiano” e 1 na editoria “Brasil”. Recurso gráfico característico do estilo reportagem, os destaques, segundo o *Novo Manual da Redação* (1996), são utilizados com o objetivo de “criar um caminho de leitura segundo a hierarquia dos assuntos *determinada pelo editor (...)* [que procura] *criar destaques e contrastes* entre os elementos visuais da página *para torná-la jornalisticamente eficaz e plasticamente agradável*” [grifos nossos]. No caso dos

texto. Já as colunas são espaços permanentes, com periodicidade determinada, produzidas, em regra, por profissionais contratados pelo jornal, o que implica dizer que, frequentemente, esses textos espelham a ideologia da empresa. De modo geral, as colunas são assinadas pelos jornalistas mais experientes, com bom trânsito em diversas áreas, notadamente política e econômica. Destaque-se que dos 21 textos opinativos, 18 foram publicados por colunistas.

⁵⁷ Manchete é o título/chamada principal de uma edição. O assunto mais importante do dia, na avaliação dos editores do jornal, ganha a manchete da primeira página (*Novo Manual da Redação*, 1996. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm).

Resultados e Discussão

jornais diários, o recurso gráfico é utilizado, sobretudo, em matérias de página inteira.

Já a categoria entrevista “pingue-pongue” respondeu por 4,2% (5) do total. Em função de seu formato – transcrição fiel das perguntas e respostas e exposição do perfil do entrevistado, com destaque para a sua especialização – as entrevistas dão sempre grande credibilidade às informações nelas fornecidas. Todas as entrevistas foram publicadas no escopo das reportagens na editoria “Cotidiano”.

No período, a *Folha de S.Paulo* publicou 4 cartas de leitores⁵⁸ (3,4%) e 2 (1,7%) editoriais alusivos à febre amarela. Nos dois gêneros, o foco é o posicionamento do autor em relação a determinado acontecimento, com os editoriais expressando e explicitando a opinião da empresa jornalística. São escritos pelo próprio dono da empresa ou pelos chamados editorialistas (jornalistas especializados no gênero), e, em regra, são parciais e subjetivos. Ocupam espaço privilegiado, normalmente as primeiras páginas do jornal. Na *Folha de S.Paulo* os editoriais abrem a edição, sendo normalmente publicados à página 2, em espaço fixo (primeira coluna à esquerda); contudo, dependendo da relevância e do impacto que determinado fato tem para o Grupo Folha, o editorial pode ser publicado na capa do jornal. No caso da versão eletrônica, o editorial aparece como o primeiro texto, aquele que abre a edição. Do ponto de vista analítico, cartas e editoriais têm a mesma natureza: são textos predominantemente argumentativos, de natureza não informativa.

Considerando as definições acima, é possível observar um desequilíbrio entre textos subjetivos e objetivos. Somadas as categorias nota e texto opinativos (18,7% e 13,5%, respectivamente), cartas de leitor (3,4%) e editoriais (1,7%), as matérias de caráter efetivamente subjetivo totalizam 37,3% da cobertura sobre febre amarela,

⁵⁸ Na mídia impressa a seção de cartas, além de funcionar como espaço de manifestação de opiniões dos leitores, frequentemente também serve para esclarecimento/correção de informações de fontes (pessoas e instituições) citadas na notícia.

Resultados e Discussão

enquanto as notícias, de caráter essencialmente objetivo, respondem por apenas 9,5%. Deslizando entre a objetividade e a subjetividade, o gênero reportagem respondeu 25,7% (Gráfico).

Gráfico 1 - Matérias sobre febre amarela (silvestre e urbana), por categoria analítica, publicadas do jornal *Folha de S. Paulo*, no período de 21/12/007 a 29/02/2008.

5.2 O PROCESSO DE AGENDAMENTO DA FEBRE AMARELA

21 de dezembro de 2007 – A Edição SP jornal publica a primeira notícia sobre a febre amarela, destacando a ocorrência de morte de macacos em nove Estados. O texto é assinado por repórter da Agência Folha, o que indica que foi produzido por editoria regional, provavelmente a que é responsável pela cobertura do Centro-Oeste brasileiro, e distribuído para diferentes veículos de comunicação de todo o país. Trata-se de um texto sintético (253 palavras), essencialmente técnico, baseado nas informações fornecidas pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades de saúde da região de Goiás:

SAÚDE

Morte de macacos por febre amarela intensifica vacinação
FELIPE BÄCHTOLD
 DA AGÊNCIA FOLHA

Resultados e Discussão

Mortes de macacos em razão de febre amarela em 52 cidades de nove Estados neste ano fizeram o Ministério da Saúde intensificar a vacinação contra a doença (...) A morte de animais por febre amarela é um indício da presença do vírus causador e do conseqüente risco de transmissão para humanos. Na região de Goiânia (GO), 43 macacos foram achados (...) o que provocou corrida aos postos de saúde para vacinação (...) Em Aparecida de Goiânia (...) 30 mil pessoas foram vacinadas na última semana – a média de atendidos por ano é de 4.000 (...) Goiás é o Estado com mais municípios com notificações de animais mortos neste ano (...) Duas pessoas já morreram no interior do Estado (...) A morte dos animais em regiões próximas a áreas urbanas preocupa as prefeituras. A versão urbana da febre amarela está erradicada do país desde 1942 (*Folha de S.Paulo*, 21/12/07).

02 de janeiro de 2008 – O tema só retorna ao noticiário do jornal 12 dias depois, com a publicação, na editoria “Cotidiano”, de uma notícia curta (218 palavras), produzida na sucursal de Brasília. A informação foca a reabertura do Parque Nacional de Brasília, interditado, por determinação da Secretaria de Vigilância do Distrito Federal, em razão de 11 óbitos entre os macacos por suspeita de febre amarela. Descartada essa hipótese, as autoridades de saúde locais liberaram a visitação para os frequentadores já vacinados contra a doença, que, segundo a notícia, respondiam por cerca de 90% do público: “A partir de domingo, o parque poderá ser visitado pelas 150 mil pessoas que tomaram a vacina nos últimos dias” (“Parque fechado por febre amarela reabre”, *Folha de S.Paulo*, 02/01/08).

Nesse texto, chama atenção um grave erro de informação quanto à etiologia da febre amarela que infecta a população símia nas Américas, incluindo o Brasil: “A subsecretaria de Vigilância à Saúde do DF já descartou a febre amarela como causa de morte dos 11 macacos encontrados nas últimas semanas. *O animal é o hospedeiro definitivo do vírus amarílico*, causador da doença. *A transmissão ocorre pelo mosquito ‘Aedes aegypti’*, também vetor da dengue” [grifos nossos]. Diferentemente do que ocorre na África, onde os mosquitos do gênero *Aedes* são os principais transmissores da febre amarela, no continente americano a transmissão do vírus aos macacos se dá, basicamente, pela picada dos mosquitos *Haemagogus* e do *Sabethes*, sendo o *Aedes aegypti* responsável exclusivamente pela transmissão da febre amarela urbana nas Américas (VASCONCELOS, 2003; GOMES et al., 2010).

Resultados e Discussão

03 de janeiro de 2008 – Há um único registro de febre amarela no jornal: uma carta no “Painel do leitor” (editoria “Opinião”) comenta a notícia sobre os óbitos de macacos. A carta é assinada por um morador de Florianópolis (SC), curiosamente região indene para febre amarela.

05 de janeiro de 2008 – O tema retorna ao jornal em uma notícia publicada na editoria “Cotidiano”. O texto “Trabalhador rural com suspeita de febre amarela é internado” informa sobre a internação de uma pessoa em estado grave em um hospital de Goiânia (GO). Nem a vítima nem a unidade hospitalar são identificadas. Mais uma vez, trata-se de um texto assinado pela Agência Folha (provavelmente produzido pela equipe da região do Centro-Oeste), um registro curto (137 palavras) que tem como fontes as autoridades de saúde do Estado de Goiás e do Distrito Federal. A notícia destaca o fato de o paciente trabalhar na cidade de Uruaçu, a 273 quilômetros de Goiânia, entre as 39 cidades que haviam registrado mortes de macacos, em 2007, e localizada em zona endêmica para febre amarela.

06 de janeiro de 2008 – O jornal noticia a morte do trabalhador rural, cuja internação havia sido divulgada na véspera. Trata-se do primeiro óbito humano possivelmente relacionado ao ciclo silvestre da doença. Em 131 palavras o texto, novamente creditado à Agência Folha, é basicamente técnico e se apóia nas informações da Secretaria da Saúde de Goiás. Destaca o vínculo entre o caso humano e a morte de macacos e identifica a vítima e o hospital em que ela faleceu, até então anônimos. De maneira breve, relatada a trajetória do paciente: “Ele havia sido hospitalizado no município [Uruaçu] no dia 30 de dezembro e, com a piora do estado de saúde, foi transferido para Goiânia” (“Morre paciente com suspeita de febre amarela”, *Folha de S.Paulo*, 06/01/08).

Embora conciso, entendemos que esse registro agrega um alto grau de noticiabilidade, considerando que a morte e a negatividade funcionam como critérios de importância (valor-notícia) na seleção de acontecimentos a serem transformado em notícia (SOUSA, 2006).

Resultados e Discussão

5.2.1 Qual Febre Amarela?

É importante observar que, embora essas três notícias façam referência à epizootia de febre amarela, indicativo de que o vírus amarílico estava circulando ativamente na região em que os óbitos (de macacos e um humano) ocorreram, em nenhuma delas é usado o termo “silvestre”, essencial para identificação epidemiológica do agravo que estava em curso naquele momento. Ao contrário, já na primeira (“Morte de macacos por febre amarela intensifica vacinação”, *Folha de S.Paulo*, 21/12/07) é feita referência ao ciclo urbano.

A ausência da informação de que se tratava da forma silvestre impede a caracterização do evento como uma ocorrência geograficamente localizada, informação que havia sido destacada na primeira notícia publicada no portal do Ministério da Saúde (“Vacinação contra febre amarela previne doença no DF”, no dia 3 de janeiro de 2008. Ao descuramento da informação sobre o ciclo silvestre da doença soma-se a ênfase da notícia no ciclo urbano, formando um pacote interpretativo segundo o qual o leitor da área urbana, público alvo da edição aqui analisada, pode ser levado a sentir-se diante de um evento prestes a eclodir na porta de sua casa.

Sob a perspectiva da *agenda-setting*, a notícia do dia 06/01/08 (“Morre paciente com suspeita de febre amarela”) é a que desencadeia o processo de agendamento da febre amarela na *Folha de S.Paulo*. A partir dela, a abordagem ganha então nova dimensão.

08 de janeiro de 2008 – O jornal publica a primeira reportagem dedicada ao tema, tendo como gancho⁵⁹ a ocorrência do segundo óbito suspeito. O espaço dedicado ao assunto é consideravelmente aumentado: são publicados dois textos com 460 e 252

⁵⁹ Expressão usada pelo jornalista para se referir a fatos de um determinado acontecimento que desencadeiam/permitem novas abordagens sobre aquele tema. Os assuntos são desdobrados ao máximo, até que o “gancho” não tenha mais pertinência, ou seja, esgota-se como pauta de interesse.

Resultados e Discussão

palavras, respectivamente. Ao contrário das duas primeiras notícias, que traziam a assinatura da Agência Folha, o texto principal da reportagem, sob o título “Mais uma pessoa morre com suspeita de febre amarela”, é assinado por dois jornalistas da sucursal da *Folha de S.Paulo* em Brasília. Este é um indicativo de que, do ponto de vista das decisões editoriais, o tema extrapolara os interesses regionais, ganhando destaque nacional. A presença de repórteres no local de ocorrência dos eventos privilegia uma “*visão autóctone* sobre o acontecimento”, demonstrando, ao mesmo tempo “o peso do critério de *proximidade* na seleção das fontes e, por outro, a influência do fator *acesso*” [ênfases do autor] (SOUSA, 2006, p. 177). Segundo esse autor, o índice de polifonia nas notícias depende das condições de acesso às fontes: “o posicionamento de um jornal no terreno de um acontecimento dá mais-valia polifônica à cobertura” jornalística (SOUSA, 2006, p. 177).

Além do foco nos dois óbitos, a matéria destaca o número “crescente” de casos suspeitos no Distrito Federal e em Goiás, e ressalta os sintomas apresentados pelos doentes internados em hospitais da região. Pela primeira vez, de maneira concisa, há referência às formas urbana e silvestre da doença:

**Mais uma pessoa morre com suspeita de febre amarela
Outros dois pacientes estão internados em Brasília com suspeita da doença**

Dengue hemorrágica é outra hipótese para morte de doente de São Sebastião, cidade-satélite de Brasília, ocorrida no último sábado

**JOHANNA NUBLAT
ANGELA PINHO**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um paciente morreu e outros dois estão internados em Brasília com suspeita de febre amarela (...) Outro paciente com a suspeita da doença (...) estava internado ontem em estado grave no hospital Santa Luzia (...) o hospital informou que ele chegou à emergência com relato de febre de 39 graus, dores no corpo, dor de cabeça, diarreia e náuseas. Os sintomas, clássicos de febre amarela, mas que não eram severos, teriam começado dois dias antes. Foram descartadas dengue hemorrágica e hepatite.

Resultados e Discussão

O outro caso com suspeita da doença no DF é de *uma mulher de 29 anos que está internada (...) chegou ao hospital com sintomas mais amenos e seu quadro permanecia estável, sem agravamento (...)*

Nos três casos, a suspeita é de febre amarela silvestre. *Há dois tipos da doença: a urbana, que é transmitida pelo mesmo mosquito da dengue – o Aedes aegypti –, e a silvestre, que tem como vetor outros dois mosquitos.* Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil não registra um caso de febre amarela urbana desde 1942 (...) [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 08/01/08).

O segundo texto da reportagem, assinado pela Agência Folha, destaca os casos suspeitos ocorridos nos Estados do Mato Grosso e Tocantins.

Com suspeita da doença, mulher é internada em Mato Grosso

AFONSO BENITES
DA AGÊNCIA FOLHA

Uma mulher de 22 anos está internada em Barra do Garças (509 km de Cuiabá) com suspeita de febre amarela (...) A mulher passou o mês de dezembro em uma fazenda na cidade de Caiapônia (GO), região em que macacos morreram com suspeita de febre amarela (...) estava com febre, cefaléia (dor de cabeça), vômitos e calafrios.

Segundo o superintendente interino da Vigilância Epidemiológica (...) “*sintomas mostram que ela pode estar com febre amarela, dengue ou outra doença (...)*” De 1992 a 2006 foram 22 casos de febre amarela em Mato Grosso – 13 mortes. No Tocantins, o governo do Estado também *intensificou a vacinação*. O Estado foi o segundo com mais cidades com registros de macacos mortos por suspeitas da doença em 2007 (...) (*Folha de S.Paulo*, 08/01/08).

Ao colocar o foco no crescimento do número de casos e na sintomatologia da febre amarílica, a leitura sequencial dos dois textos parece induzir o leitor à conclusão de que a doença está se alastrando pelo Brasil.

09 de janeiro de 2008 – Até então, o noticiário sobre a febre amarela estava basicamente restrito à editoria “*Cotidiano*”. Mas destaque-se que no dia 09/01 o tema ganha sua primeira chamada de capa. Localizada no centro da primeira página, abaixo da chamada da edição, anuncia: “*Suspeita de febre amarela provoca corrida a postos no DF*”. Fica evidente que as informações sobre a febre amarela foram consideradas importantes e “quentes” no horizonte de atualidade jornalística projetado pela *Folha de S.Paulo* (SOUSA, 2006).

Resultados e Discussão

A reportagem dessa edição está estruturada sob três textos, que totalizam 1.466 palavras, mais do que o dobro do número registrado no dia anterior (08/01). “Governo alerta as agências de viagens sobre vacina” (427 palavras); “Suspeita de febre amarela lota postos de vacinação no DF” (701 palavras); e “Risco de epidemia urbana é remoto, dizem especialistas” (338 palavras). Na assinatura das reportagens nota-se também a crescente mobilização da redação da *Folha de S.Paulo* em torno do tema: a cobertura contou com jornalistas da sucursal de Brasília, da Agência Folha em São Paulo e em Belo Horizonte e da reportagem local (equipe da própria da editoria “Cotidiano” que atua na capital paulista).

Nos dois primeiros textos, ao mesmo tempo em que é enfatizada a vacinação como única forma de prevenção da doença, é relatado o início da “corrida” pela vacina da população da região afetada por mortes de macacos e registro de casos humanos suspeitos, informação destacada no olho⁶⁰ da segunda matéria: “Na segunda-feira, 30 mil pessoas procuraram postos de vacinação; em média, apenas cem costumam se vacinar em Brasília por dia” [grifos nossos] (“Suspeita de febre amarela lota postos de vacinação no DF”, *Folha de S.Paulo*, 09/01/08).

Diferentemente das primeiras notícias veiculadas pelo jornal, que apenas citavam a forma urbana, nessa reportagem é introduzida a tese de que a reurbanização da febre amarela não só é factível como, do ponto de vista epidemiológico, a forma urbana é sensivelmente mais grave do que a silvestre. Os textos permanecem não informando com clareza sobre a forma de febre amarela que estava em curso (a silvestre), embora essa informação constasse dos pronunciamentos oficiais da autoridade de saúde pública, feitos no mesmo período. É o que se depreende dos documentos “Saúde intensifica vacinação contra febre amarela no DF e GO” e “Turistas e diplomatas serão alertados sobre febre amarela

⁶⁰ Pequeno trecho e/ou resumo da notícia, diagramado em corpo maior do que o restante da matéria, em geral colocado logo abaixo do título.

Resultados e Discussão

em áreas de risco”, divulgados pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde nos dias de 7 e 8 de janeiro, respectivamente.

Esses enquadramentos da notícia dão ao discurso da reurbanização contornos hegemônicos. Para se ter uma idéia da sua preponderância, ao longo dos três textos da reportagem a palavra urbana é citada oito vezes e o *Aedes aegypti*, responsável exclusivamente pela transmissão da forma urbana, três. Em contrapartida, a palavra silvestre é referida uma única vez ao longo de toda a reportagem, no segundo texto (“Suspeita de febre amarela lota postos de vacinação no DF”), para contextualizar um surto amarílico ocorrido no Distrito Federal no ano 2000: “Não há notificação da doença no DF desde 2000, quando houve 85 casos no país, o maior número dos últimos 12 anos. Todos os registros foram de *febre amarela silvestre*” [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 09/01/08).

O terceiro texto da reportagem é dedicado exclusivamente à tese da reurbanização da doença. Embora tanto o título da matéria – “*Risco de epidemia urbana é remoto, dizem especialistas*” [grifos nossos] – quanto o seu *lead*⁶¹ descartem a possibilidade de ocorrência da forma urbana, é exatamente essa a hipótese central da matéria. Das 338 palavras do texto, 217 são destinadas à exposição de argumentos que justificam a possibilidade de transmissão urbana da febre amarela, feita por dois especialistas reconhecidos pela comunidade médico-científica como autoridades no assunto: “Para os infectologistas, a preocupação [de reurbanização] reside no fato de que muitas pessoas no país não são vacinadas contra a febre amarela – mesmo as que vivem em áreas de contágio”. Depois de elencar uma série de riscos da reurbanização, com destaque para “a grande circulação, em várias regiões do país, do mosquito *Aedes aegypti* – que, além da dengue, também transmite febre amarela em áreas urbanas”, e as variáveis epidemiológicas e

⁶¹ *Lead* é a abertura de texto, na qual o assunto é apresentado de forma sucinta. O *lead* clássico deve responder às seguintes perguntas do acontecimento: Quem está envolvido? O que aconteceu? Como? Onde? Por quê?

Resultados e Discussão

científicas que reduzem as chances dela ocorrer, o texto expõe a opinião do infectologista Luiz Jacintho da Silva: “*Ninguém* pode dizer que a gente não corre esse risco” [grifo nosso]. Também consultado pela reportagem, o infectologista Vicente Amato Neto, que é apresentado pelo jornal como membro do conselho permanente de assessoramento de imunizações, corrobora a tese. Depois de assegurar que o “caminho para evitar a transmissão da febre amarela urbana passa pela erradicação do *Aedes aegypti* e pela vacinação das pessoas”, Amato afirma que “se os casos continuarem aumentando, o país terá de avaliar uma vacinação em massa” para evitar a forma urbana da doença.

Entre as falas dos especialistas, é apresentado o contra-argumento do Ministério da Saúde: “Anteontem, o secretário de Vigilância em Saúde, Gerson Penna, afirmou que o risco de febre amarela em áreas urbanas ‘está descartado’ (‘Risco de epidemia urbana é remoto, dizem especialistas’, *Folha de S.Paulo*, 09/01/08). Condensada em uma frase de apenas 21 palavras, a declaração de Penna foi retirada de uma nota oficial à imprensa, de 644 palavras, divulgada no dia anterior (‘Saúde intensifica vacinação contra febre amarela, SVS/MS, 08/01/08).

A opinião do especialista em infectologia e o lacônico discurso oficial da autoridade de saúde pública são destacados graficamente na reportagem:

FRASES

“Ninguém pode dizer que a gente não corre esse risco”

LUIZ JACINTO DA SILVA

infectologista, sobre o risco de febre amarela em áreas urbanas

“[Risco] está descartado”

GERSON PENNA

secretário de Vigilância em Saúde, anteontem, sobre o risco de febre amarela em áreas urbanas (destaque de página sobre a febre amarela, *Folha de S.Paulo*, 09/01/08)

Resultados e Discussão

5.2.2 A Politização da Doença

Até o dia 21 de janeiro, a febre amarela figurou como um dos temas mais frequentes nas páginas da *Folha de S.Paulo*, sendo localizada em até cinco editorias, inclusive na cultural “Ilustrada”. Destacamos que à medida que o tema foi ganhando importância avançou para as editorias de “Opinião” e “Brasil”, numa clara indicação de que a febre amarela entrava também na agenda política da *Folha de S.Paulo*.

10 de janeiro de 2008 – Além de ser dos principais destaques da editoria “Cotidiano” – que dedicou ao tema quatro textos que totalizam 1.846 palavras, envolvendo equipes da sucursal de Brasília e de quatro editorias da Agência Folha (São Paulo, Goiânia, Ribeirão Preto e Londrina) –, a febre amarela foi abordada também pela colunista Eliane Cantanhêde. Radicada em Brasília e apresentada como uma das mais influentes do *staff* do jornal, a jornalista cobre basicamente a área política.

Em seu texto “Eu descarto, tu descartas...”, publicado na editoria “Opinião”, Cantanhêde enquadrou o tema febre amarela sob os dois aspectos já então centrais na cobertura da *Folha de S.Paulo*: o risco de reurbanização da febre amarela, subjacente à tese de que o “surto” da doença caminhava a passos largos para uma configuração epidêmica, e a vacinação como única medida eficaz para o seu controle.

Na véspera (09/01), em sua coluna Pensata, publicada exclusivamente na *Folha Online*, a jornalista havia publicado o texto “Alerta amarelo!”⁶². Nele, ela é enfática na conclamação da população brasileira para se vacinar contra a febre amarela: “Com sua licença, vou usar este espaço para fazer *um apelo* para você que mora no Brasil, não importa onde: vacine-se contra a febre amarela! Não deixe para

⁶² Embora a cobertura da *Folha Online* não esteja contemplada no presente estudo, o texto publicado na coluna Pensata é considerado, pontualmente, para efeito de análise da inserção do tema febre amarela na agenda política da *Folha de S.Paulo*.

Resultados e Discussão

amanhã, depois, semana que vem... *Vacine-se logo!*” [grifos nossos]. Depois de acentuar a gravidade da doença, descrevendo seus principais sintomas, sugere a possibilidade do retorno da forma urbana: “Desde 1942 a febre amarela urbana *era* considerada extinta no Brasil, onde ainda ocorrem casos esporádicos de febre amarela silvestre, ou seja, originada nas matas e florestas. O *vírus* causador, os *sintomas* e os *riscos* são praticamente *iguais nas duas formas*, que se distinguem apenas pela área geográfica da contaminação” [grifos nossos] (“Alerta amarelo!”, *Folha Online*, 09/01/08). Chamamos atenção para o tempo do verbo “ser” na frase “Desde 1942 a febre amarela urbana *era* considerada extinta no Brasil”. Ele dá a ideia de que a forma urbana da doença, a partir dos novos casos relatados, não “está” mais extinta.

Embora mais contida no texto da versão impressa de sua coluna na *Folha de S.Paulo* (10/01), Cantanhêde mantém o foco no risco de reurbanização da febre amarela e faz referência à redução do estoque da vacina no Distrito Federal.

ELIANE CANTANHÊDE

Eu descarto, tu descartas...

BRASÍLIA - Ontem foi o dia do verbo “*descartar*” em Brasília. O ministro da Saúde, José Temporão, *descartou a volta da febre amarela urbana*, erradicada no Brasil desde 1942, e *deseestimulou uma corrida aos postos de saúde* para vacinação. *As doses rareiam*.

Enquanto isso, o mesmo Temporão *pediu ao Turismo e ao Itamaraty que visitantes sejam orientados a tomar a vacina* antes de ir a áreas de risco de febre amarela silvestre. Com mortes suspeitas em Brasília e em Goiás, sabe como é: “Eu não creio em bruxas, mas....” (...) [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 10/01/08).

11 de janeiro de 2008 – Nesta edição, além da chamada de capa e de quatro textos na reportagem publicada na editoria “Cotidiano”, que totalizaram 1.461 palavras, a febre amarela foi discutida pelo senador José Sarney. Assim como a colunista fizera na edição do dia 10/01, o político também enquadra o tema sob as perspectivas centrais da cobertura da *Folha de S.Paulo*: o risco de reurbanização da doença e a vacina como única medida efetiva de controle da doença.

Resultados e Discussão

Narrando sua fracassada tentativa de se vacinar contra a febre amarela, no Distrito Federal, Sarney salienta as falhas de reabastecimento nos postos de vacinação. A exemplo de Cantanhêde, o senador Sarney também abraça a tese de reurbanização da doença.

JOSÉ SARNEY

Só nos faltava essa!

“(…) Viajo para Brasília e minha mulher, *alarmada*, recomenda: “Ao saltar, vacine-se. Em Brasília há uma epidemia de febre amarela”. Não fiz outra coisa e fui atrás da vacina. Ao chegar ao posto médico, disseram-me que havia acabado, mas, no dia seguinte (hoje), chegaria nova remessa. Começo a matutar: esse mundo é mesmo cheio de vai e volta. Quando pensamos que haveríamos de nos preocupar em Brasília – Capital da Esperança, na expressão de Malraux – com essa epidemia, que era o terror das cidades nos séculos passados? *E logo nos vem à memória da Revolta da Vacina*, no Rio de Janeiro (…)

Em 1685, a febre amarela surgiu no Recife, em 1686 fez 900 mortes em Salvador, em 1749 se espalhou pelo país, em 1849 atacou no Rio e foi uma grande epidemia (…). Até Napoleão foi derrotado por essa doença, perdendo um exército de 40.000 homens. Em 1928, depois de Oswaldo Cruz, ainda tivemos um pico de 436 mortes. Mas todo ano continuamos registrando umas dezenas de *óbitos*, *que precisamos evitar*.

E agora, aqui em Brasília, onde não tem mata, os macacos tomaram conta, multiplicam-se sem predadores, protegidos pela Polícia Ambiental, e fazem graça em toda orla do lago Paranoá. *E eu, sem ouvir Rui Barbosa, quero e não tenho vacina. Só nos faltava essa!*” (*Folha de S.Paulo*, 11/01/08).

No texto, chama atenção a exposição de um sintético percurso histórico da doença no Brasil. SOUSA (2006, p. 192) observa que na rotina da cobertura jornalística a interpretação de acontecimentos novos se dá pela mobilização e evocação de velhos enquadramentos: “encaixamos o novo no que é velho porque interpretamos sucessivamente o mundo em função da nossa experiência e conhecimento”. A retórica baseada na longa história (“tempo longo”) da febre amarela, resgatada pelo senador José Sarney, constitui-se, desse modo, em “vozes de outrora” que povoam os enunciados do “tempo vivido” (SPINK e MEDRADO, 2004).

Resultados e Discussão

Na mesma edição (11/01), o tema também chega à tradicional coluna de política Painei, assinada pela jornalista Renata Lo Prete, que publica duas notas que totalizam 69 palavras (“Alerta” e “Mico”). Na primeira, ao questionar uma ação do governo federal, a colunista sugere que a própria ação indica a gravidade do evento: “*Embora* o ministro José Temporão (Saúde) e o governador José Roberto Arruda (DEM) *neguem* riscos de epidemia de febre amarela, foram *destacados cem soldados* do Exército para mutirão contra o mosquito transmissor na periferia do DF” (“Mico”, *Folha de S.Paulo*, 11/01/08).

5.2.3 Epidemia Mediada

Àquela altura, enquadrando a notícia sob a perspectiva de uma iminente “epidemia de grandes proporções”, que as autoridades de saúde pública insistiam em negar, as matérias veiculadas pela *Folha de S.Paulo* até 17 de janeiro destacaram a vacinação contra a febre amarela como o limite entre a vida e a morte.

14 de janeiro de 2008 – A edição é o ápice desse enquadramento, sendo o tema febre amarela manchete da capa e destaque principal da editoria “Cotidiano”, que publica seis textos (total de 2.844 palavras) e um destaque de página.

No título do primeiro texto é anunciada a posição do poder público frente ao episódio: “Ministro vai à TV *negar* epidemia de febre amarela” [grifo nosso]. Alinhando-se título e texto de abertura – “No dia em que o *número de notificações* de casos suspeitos de febre amarela *subiu* de 15 para 24, o ministro José Gomes Temporão (Saúde) *foi à TV* fazer um pronunciamento em cadeia nacional para dizer que ‘*não existe risco de epidemia*’ [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 14/01/08) – tem-se uma relativização do discurso oficial, resultando em um enquadre interpretativo que remete à ideia de que a principal autoridade em saúde pública do país recusa-se a aceitar um acontecimento consumado, qual seja, a febre amarela trilhando, naquele momento, um caminho inexoravelmente epidêmico.

Resultados e Discussão

Uma frase retirada do pronunciamento do ministro foi utilizada como destaque gráfico da página:

Frase

Os casos suspeitos estão localizados e restritos a áreas onde algumas pessoas não vacinadas entraram em florestas e matas nas últimas semanas

José Gomes Temporão
ministro da Saúde

Dos seis textos, dois foram publicados no formato entrevista “pingue-pongue”. O primeiro, com 796 palavras, tem como entrevistado o infectologista Vicente Amato Neto, que utiliza o espaço para fazer uma defesa veemente da vacinação obrigatória de todas as pessoas que vivem ou viajam para regiões endêmicas de febre amarela⁶³. No olho do texto, destaca-se a seguinte afirmação de Amato: “Ninguém pode dizer que não existe risco [de febre amarela urbana] quando doentes vêm de áreas silvestres para lugares com ‘Aedes’”. Numa das falas do repórter, chama a atenção o direcionamento para que o especialista anuncie os riscos de ocorrência da forma urbana da doença. O discurso de Amato extrapola as proposições científicas e se finca em um postulado moral, segundo o qual, na falta de assertividade do poder público para evitar a “tragédia” iminente, o bRASIL depende de deliberações divinas:

“(...) FOLHA – O sr. acredita na possibilidade de uma epidemia urbana da doença, causada pelo ‘Aedes’?”

AMATO NETO – *Pois é, de repente vemos uma situação como essa, que sempre foi motivo de preocupação. Temos ‘Aedes’ sobrando no Brasil, uma disseminação enorme. É um temor que sempre tivemos, pacientes que adquiriram a doença em lugares silvestres, que viessem a ser tratados em uma área urbana onde existe o ‘Aedes’. Temos esse*

⁶³ O programa brasileiro de imunizações é focado na recomendação e não na obrigatoriedade da vacinação, como medida de controle de doenças preveníveis por vacina (BRASIL, 1999).

Resultados e Discussão

*caso em São Paulo. Deve haver um isolamento muito rigoroso da paciente. Vamos almejar que esse caso fique por aí. Mas não podemos dizer que esse risco [febre amarela urbana] não exista. Ninguém pode dizer que não existe risco [de febre amarela urbana] em uma situação em que doentes vêm de áreas silvestres e vão para lugares com "Aedes". Rezemos para que isso não aconteça (...)" [grifos nossos] ("Infectologista defende vacina obrigatória", *Folha de S.Paulo*, 14/01/08).*

Em seguida é apresentada uma entrevista com o médico Dráuzio Varella, em texto com 812 palavras. Contrário à tese da epidemia, Varella, ele mesmo infectado pelo vírus amarílico, quatro anos antes da entrevista, descarta o surto amarílico e responsabiliza a mídia pela criação do sentido epidêmico da doença, no que ele chama de “fenômeno de imprensa”. No trecho reproduzido abaixo é possível identificar, na fala do especialista, as origens desse fenômeno: um histórico consenso entre os jornalistas brasileiros, e da *Folha de S.Paulo* em particular, já citado na presente pesquisa, de que o poder público tem por regra negar a ocorrência de eventos epidêmicos:

“(...) FOLHA – Dá para falar em surto?”

DRAUZIO VARELLA – Acho que não. O que acontece é um *fenômeno de imprensa*. E isso é clássico na história das epidemias. Toda vez que surge uma, *os governos negam*. E a imprensa vai atrás, no rastro da doença. Estamos vivendo uma *situação normal*. As pessoas achavam que a febre amarela havia saído do repertório. E agora volta. Acho importante voltar para que se tenha idéia de que existe.

FOLHA – O senhor não vê esses casos como um alerta?

DRAUZIO – Não vejo mesmo. O problema dessas *fases de pânico* é que muita gente que não precisa vai tomar a vacina. O sujeito está em São Paulo e vai ao Guarujá e quer se vacinar. Aí cria-se um problema social, engrossam-se as filas. E o sujeito que precisa não vai tomar. Eu acho até que essa preocupação com a febre amarela silvestre vai aumentar o número de casos porque os médicos vão fazer mais o diagnóstico (...)" [grifos nossos] (“É uma situação normal”, diz Drauzio Varella, *Folha de S.Paulo*, 14/01/08).

Entre as duas entrevistas são apresentados os argumentos dos especialistas que contradizem a hipótese de ocorrência da forma urbana da doença e descartam a vacinação em massa, apresentados em texto de 135 palavras:

Resultados e Discussão

Para médicos, não há motivo para alarde COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Os casos de febre amarela confirmados até agora *não são motivo para alarme* na opinião de infectologistas do Incor, da Unicamp e do Fleury (...) “*A gente precisa ter a responsabilidade de baixar a bola agora e não causar pânico*”, diz o infectologista David Uip, (...) Instituto do Coração. Diretor de pesquisas clínicas do Fleury (...) diz que *o risco* da doença chegar a São Paulo *é pequeno*. “*Não recomendo a vacinação em massa*, mas só para quem vai viajar.” (...) Infectologista da Unicamp, Luiz Jacinto da Silva acompanha a situação com “preocupação”, mas diz que “*não é o caso de desespero*”. (CINTHIA RODRIGUES) [grifos nossos] (*Filha de S.Paulo*, 14/01/08).

15 de janeiro de 2008 – O jornal publica seu primeiro editorial (“Não-epidemia”/editorial “Opinião”) sobre a febre amarela, indicando a relevância do tema para os seus proprietários. A doença é abordada em outras quatro editoriais (“Capa”, “Brasil”, “Cotidiano” e “Ilustrada”). Na nota “Em ano eleitoral”, na coluna Toda Mídia, assinada por Nelson de Sá, o primeiro indício de que o tema febre amarela começava a se desgastar na mídia eletrônica:

EM ANO ELEITORAL

A febre amarela saiu da manchete dos telejornais e dos sites, para dar lugar às enchentes que chegaram à cidade de São Paulo. “Jornal da Record” e outros da rede deram imagens de toda a capital, algumas ao vivo e exasperantes. Já o “Jornal Nacional”, depois de abrir longamente com Peruíbe e outras cidades do litoral, deu algumas cenas de alagamento na Marginal Pinheiros – e daí para o trânsito. O dia todo, foi o destaque do agregador Google Notícias [grifos nossos] (Coluna Toda Mídia, *Folha de S.Paulo*, 15/01/08).

Não era, ainda, o caso da própria *Folha de S.Paulo*. Naquela edição, a editorial “Cotidiano” trouxe reportagem de seis textos, que totalizam 1.975 palavras. Entre eles, destacamos a entrevista “pingue-pongue” com a professora Mary Elizabeth Wilson, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Harvard (EUA). A especialista descarta a vacinação em massa como medida de controle da febre amarela, defendida na edição anterior do jornal (14/01) pelo médico Vicente Amato Neto, e elenca, didaticamente, as ações que as autoridades de saúde pública devem adotar para controlar a doença:

Resultados e Discussão

“(...) FOLHA – O que fazer?”

WILSON – O que o sistema de saúde e o governo têm é que *montar é um bom sistema de vigilância*, para *saber em que região está o vírus e quantos casos*. É necessário um ótimo *sistema laboratorial*, porque apenas centros especializados conseguem identificar o vírus. Também é preciso haver reservas de vacina para fazer chegar aonde é necessário.

FOLHA - É comum a febre amarela parecer controlada e reaparecer?

WILSON - É comum. O *principal erro é não responder rapidamente*. A maior preocupação é que o vírus chegue a uma grande cidade (...)” [grifos nossos] (“Principal erro é não responder rapidamente”, diz médica de Harvard”, *Folha de S.Paulo*, 15/01/08).

É importante ressaltar que as recomendações feitas pela especialista norte-americana são a base do Programa Nacional de Vigilância da Febre Amarela do Ministério da Saúde, e foram reafirmadas em extensa nota oficial à imprensa, sob o título “Temporão descarta epidemia de febre amarela”, divulgada pela Secretaria de Vigilância em Saúde/MS em 9 de janeiro, portanto, seis dias antes da referida entrevista. No texto oficial é descrito o sistema brasileiro de vigilância de febre amarela, ressaltando-se, entre outras ações, a identificação e a notificação de epizootias e de casos humanos; a intensificação da vacinação da população residente e de viajantes dessas regiões; orientação aos serviços de saúde para a notificação imediata dos casos atendidos; e combate ao *Aedes aegypti* nas áreas urbanas limítrofes àquelas de ocorrência de morte de macacos. Conforme a rotina do sistema de comunicação do Ministério da Saúde, o texto foi disponibilizada para a mídia em geral pela assessoria de imprensa da SVS, por *mailing* e no site da instituição.

Ao não informar/divulgar as ações adotadas pelo poder público e veicular recomendações de uma especialista que não integra o quadro governamental, o jornal coloca em perspectiva uma “ausência” de medidas. Dito de outra forma, para os leitores da *Folha de S.Paulo* o agente responsável pelo controle da doença, o governo federal, não só não estava agindo para controlar a epidemia anunciada, como não

Resultados e Discussão

atendia às recomendações do principal centro formulador de políticas sanitárias, os Estados Unidos.

5.2.4 Questão de Estado

16 de janeiro de 2008 – A febre amarela é assunto do texto principal da coluna de Elio Gaspari, renomado jornalista político, tido como dos mais influentes formadores de opinião do Brasil. Sob o título “O jogo do contente é um veneno”, o texto de 566 palavras dá à febre amarela a dimensão de um problema de Estado.

Gaspari faz uma reflexão crítica sobre o comportamento do governo federal diante dos problemas nacionais, a febre amarela incluída. Tendo como gancho os 40 anos da Ofensiva do Tet, na guerra do Vietnã, ocorrida durante o governo de Lyndon Johnson, o colunista escreve: “Boa oportunidade para que Nosso Guia [*metonímia usada pelo jornalista para se referir ao então presidente da República, Lula*] e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, reflitam sobre os riscos que o jogo do contente traz aos governantes. Um [Lula] cuida da crise de energia mandando calar o presidente da Aneel. O outro [Temporão] trata os *casos de morte* por febre amarela como se o problema estivesse nas pessoas que buscam *vacinas*, e não *nos mosquitos* que a transmitem. *As filas* nos postos de vacinação de aeroportos e rodoviárias são tratadas como *produto da fantasia* da choldra.” A comparação se dá, segundo Gaspari, na negação de ambos os governos (o dos Estados Unidos de 1968 e o do Brasil de 2008) dos fatos: “Deve-se *desconfiar* de um governo que faz o jogo do contente em vez de reconhecer a existência do problema.” E conclui ambigualmente acrescentando que a Ofensiva do Tet mostra, também, que “se deve desconfiar de quem não acredita em nada do que o governo diz” (*Folha de S.Paulo*, 16/01/08).

Na editoria “Cotidiano”, essa dimensão do problema como uma questão de Estado é realçada com a inclusão do presidente da República no centro da reportagem sobre a febre amarela (seis matérias que totalizam 2.151 palavras). No último texto – “Em Cuba, *Lula* e Temporão *negam* haver surto no país” [grifos nossos] –, novamente o efeito de sentido do verbo “negar” é relativizar as ações do

Resultados e Discussão

poder público, agora na figura de seu principal mandatário, que não admite o risco iminente de uma epidemia amarílica. O olho, inserido logo abaixo do título, amplia esse efeito de sentido: “Afirmções foram feitas *antes dos anúncios de novas mortes*; para presidente, não há risco de “febre amarela urbana” [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 16/01/08). Em texto anterior, na mesma editoria, a posição da ministra do Turismo de então, Marta Suplicy, é destacada em título: “Horas antes de anúncios [de novos casos suspeitos], Marta diz que país vive ‘epidemia de fofocas’”.

A ênfase continua sobre a importância da vacina na prevenção da doença, mas, pela primeira vez desde o início da cobertura, um pequeno texto da reportagem, de 101 palavras, alerta para os riscos da febre amarela vacinal, que entre 1999 e 2001 fizera quatro vítimas fatais no Brasil.

5.2.5 Afogando em Números, o Fenômeno em Evidência

17 de janeiro de 2008 – A politização do tema ainda é mantida, sendo a febre amarela abordada na principal nota da coluna Painei, editoria “Brasil”. No texto “Index do mosquito”, a jornalista que assina a nota informa que políticos e empresários estariam se mobilizando para evitar a divulgação, pelo Ministério da Saúde, dos municípios com risco de transmissão da doença, hipótese negada pelo ministro Temporão, segundo a própria nota. O texto é concluído com a seguinte frase: “Diz [o ministro Temporão] que foi ‘pesquisar’ e que em 2000 houve muito mais casos, com 26 mortes, e o então ministro José Serra teve de ir três vezes à TV para dizer que não havia risco de epidemia nem motivo para alarme” (*Folha de S.Paulo*, 17/01/08). É interessante observar que a palavra pesquisar aparece entre aspas, o que pode sugerir que a autora do texto questiona o tipo de pesquisa realizada pelo governo.

Contudo, no principal dos quatro textos da reportagem publicada na editoria “Cotidiano”, “Mortes por febre amarela já superam 2007”, a ênfase é no aumento do número de casos e no registro de óbitos em 2008, destacando o curto período em que eles ocorreram: 16 dias. Para efeito de comparação, a matéria utiliza os números

Resultados e Discussão

oficiais de 2007, 2006, 2004 e 2003, sem qualquer menção ao caráter cíclico da febre amarela silvestre (VASCONCELOS, 2003): “O número de casos (...) neste ano *já subiu* para dez (...) *Já são* sete os mortos pela doença em 2008. *Outros* 12 registros estão sob investigação (...) passados *apenas* 16 dias, *já superam* os de todo o ano passado. Em 2007, foram registradas cinco mortes (...) entre seis casos. Desde 2003 não havia nem *tantos* casos nem *tantas* mortes por febre amarela no país. Naquele ano, o país registrou 64 casos e 23 mortes. Em 2004, foram *cinco* registros, com *três* mortes. No ano seguinte [2005], foram confirmados *três* casos e *três* mortes. Em 2006, houve *dois* casos e *duas* mortes e, no ano passado, *seis* casos e *cinco* mortes” (*Folha de S.Paulo*, 17/01/08). Independente da ordem de grandeza (10 casos confirmados, 7 óbitos e 12 suspeitas em um país com pouco mais de 190 milhões de habitantes), a ênfase nos número foca o crescimento. HERZLICH e PIERRET, em estudo sobre o papel da mídia francesa na construção social da aids, observaram que quando os números de uma doença aparecem em crescimento não apenas se estabelece a importância do fenômeno em si, como evidencia-se o “caráter irreversível daquilo que até então podia ser apenas um acidente fadado a desaparecer” (1992).

Paralelamente, a reportagem mantém, ainda, a ênfase na vacinação, retomando, em um dos textos (“Com filas nos postos de saúde, Rio vive agora “revolta pela vacina”), a memória da centenária “Revolta da vacina”⁶⁴. Na alusão ao episódio, destaca-se a troca da preposição “da” por “pela”: “O Rio de Janeiro, cidade em que houve a Revolta *da* Vacina há 103 anos, agora assiste à “revolta *pela* vacina”: parte dos cariocas quer ser imunizada contra a febre amarela (apesar de a última ocorrência da doença na cidade datar de sete anos atrás), enfrenta filas nos postos de saúde e sai *revoltada* se não consegue” [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 17/01/08). Temos, mais de um século depois, a evocação de um velho

⁶⁴ Levante popular, ocorrido no Rio de Janeiro, contra a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, imposta por Oswaldo Cruz.

Resultados e Discussão

enquadramento, a “desorganização do poder público” no atendimento às demandas da população, para ressignificar o novo acontecimento.

5.3 A DOENÇA VACINAL, ESGOTAMENTO DA AGENDA

18 de janeiro de 2008 – Pela primeira vez desde 09/01/08 a febre amarela não foi destacada na capa da *Folha de S.Paulo*. Nos dois primeiros textos que fazem referência ao tema, publicados na editoria “Opinião”, que abre a edição, um indício de que a cobertura jornalística sobre a doença teria novo tratamento. No editorial “Reserva de energia”, anuncia-se o enquadramento por vir: “NEGAR a ocorrência de surtos e epidemias ou a possibilidade de racionamentos de energia constitui um reflexo condicionado para governantes. O problema está em *discernir* quando a negação encontra fundamento em *razões objetivas* – como no caso da febre amarela – e quando não.” [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 18/01/08). O foco do texto é uma eventual crise energética, mas vale ressaltar que essa afirmação indica que o discurso dos donos do jornal sobre o comportamento do poder público no evento da febre amarela é, agora, entendido como “adequado”.

No texto seguinte, no artigo “De águas e micos”, também publicado na editoria “Opinião”, a colunista Eliane Cantanhêde volta ao assunto, mas apresentando uma mudança radical em relação aos primeiros enquadres dados à notícia: “(...) Algo está mudando no mundo, no Brasil, no centro do país, e *convém ampliar as discussões sobre a febre amarela, focadas só na Saúde* (...) Vale polemizar: e quanto ao *desmatamento*?” Cantanhêde, que colaborara na reportagem “Destruição do cerrado favorece a doença, dizem especialistas”, veiculada na edição do dia anterior (17/01/08), propõe a despolitização da questão e lança a tese de que o problema da febre amarela talvez esteja ligado à destruição do meio ambiente: “(...) Não há certezas, mas talvez esteja aí uma das explicações para a volta do *Aedes aegypti*, o recrudescimento da febre amarela.” (*Folha de S.Paulo*, 18/01/08).

Na mesma edição, no principal dos quatro textos da reportagem sobre a doença, publicada na editoria “Cotidiano”, o problema da revacinação se sobrepõe ao

Resultados e Discussão

enquadre anterior dado à vacina, qual seja, o imunobiológico amarílico como única alternativa para a população sobreviver à febre amarela. Agora, o foco da matéria é a ameaça que a busca indiscriminada pela vacina representa à produção e aos estoques da vacina: “Para os governos estaduais, a atitude pode levar à falta de vacina no país. O Ministério da Saúde diz ver o fato com “preocupação”, mas não acredita que os estoques possam terminar em breve. Ainda assim, a Fiocruz, que fabrica a vacina, teve que cortar as exportações e criar um novo turno de trabalho para dobrar a produção e atender à demanda atual” (“Revacinação ameaça estoques em Estados”, *Folha de S.Paulo*, 18/01/08). Em nenhum dos textos há qualquer referência aos riscos da vacina à saúde das pessoas.

19 de janeiro de 2008 – A doença volta a ser destacada na capa. O enfoque ainda é a expansão do número de casos e de áreas atingidas pela epizootia. Na nota “Progressão”, na coluna política Painel, é informado o total de municípios atingidos: “A lista oficial de áreas consideradas de risco de contaminação por febre amarela tem cerca de 90 municípios. O Ministério da Saúde, *no entanto*, detém outra, cujo mapa soma 120 cidades. Os técnicos da pasta avaliam que o número pode *subir* ainda mais até o fim do mês” [grifos nossos]. O foco das reportagens também é o mesmo, com destaque para a confirmação de mais um caso no Estado de Goiás. Apesar da chamada na primeira página do jornal, há uma sensível redução do espaço dedicado ao tema: três textos que totalizam 862 palavras.

20 de janeiro de 2008 – Embora seja possível identificar um esgotamento do tema na sua forma noticiosa, a febre amarela ainda é abordada por jornalistas de política. Dito de outra forma, enquanto o tema caminha para o esgotamento como notícia calcada na atualidade, ainda aparece com força nos textos opinativos, indicando uma dicotomia editorial. A colunista Eliane Cantanhêde retoma o assunto em texto que trata das dúvidas político-econômicas do cenário brasileiro e mundial, naqueles primeiros dias de 2008. Note-se que, ao contrário do primeiro texto, publicado pela jornalista em 09/01/08 (“Alerta amarelo!”, *Folha Online*), que colocava a vacinação como medida preventiva a ser adotada rápida e voluntariamente pelo leitor, agora a

Resultados e Discussão

questão desloca-se para a importância da autoridade de saúde na arbitragem do tema: “As pessoas devem ou não se vacinar contra a febre amarela, que já fez pelo menos 11 vítimas, com sete mortes, em menos de um mês?” (“Perguntar não ofende”, *Folha de S.Paulo*, 20/01/08).

Na coluna Painei duas notas fazem referência à febre amarela; uma delas, “Não custa”, comenta a recomendação do Conselho Nacional de Educação de que os seus membros sejam vacinados antes de ir para Brasília, a despeito da orientação contrária do “ministro José Temporão (Saúde) de que quem não for para *regiões de mata*” (*Folha de S.Paulo*, 20/01/08). É importante observar que, ao contrário do que sustenta a nota, não houve, em quaisquer dos comunicados oficiais do Ministério da Saúde ou pronunciamentos e entrevistas do ministro Temporão, ora analisados, recomendação para que apenas quem viajasse para “*regiões de mata*” tomasse a vacina. Os discursos oficiais reproduziram as recomendações do programa de controle de febre amarela, que são claras quanto às áreas de risco de transmissão que demandam vacinação de moradores e visitantes: aquelas em que são registradas epizootias, incluindo seus limites urbanos (BRASIL, 2005).

Na mesma edição, na nota “Febre de poder”, o colunista Elio Gaspari volta ao assunto, afirmando que o ministro da Saúde “atravessou o espelho e culpou os doentes de febre amarela. Ele diz o seguinte: ‘Todas as pessoas que viajam para essas áreas sabem que têm de se vacinar’. Erro. Sugere que o cidadão, sabendo que devia se vacinar, decidiu não fazê-lo, o que não é exato nem educado. Ninguém o acusa de ter permitido as cinco mortes de febre amarela. Durante a campanha de 2002, Nosso Guia [presidente Lula] disse que o tucanato, por desleixado, acabou ‘permitindo que tivéssemos quase 150 mil casos’ de dengue.” Essa nota destoa da entrevista “pingue-pongue” feita com o próprio ministro Temporão, publicada na mesma edição (editorial “Cotidiano”). No principal texto da reportagem, Temporão credita à mídia a responsabilidade pelo aumento desenfreado da procura pela vacina, avaliando que a cobertura jornalística instalara no Brasil “um clima de irresponsabilidade”, que induziu a população a uma “interpretação equivocada” da doença.

Resultados e Discussão

“(…) FOLHA – O sr. disse que houve uma interpretação errada da população sobre a necessidade da vacina. Onde acha que houve a desinformação?”

TEMPORÃO – Fui em cadeia de rádio e televisão e posso confirmar que muitos analistas políticos e jornalistas continuam ignorando de maneira *irresponsável* a determinação das autoridades sanitárias. Não quero generalizar, mas *o governo fala uma coisa e parte da imprensa estimula outra coisa* e isso é muito ruim. É preciso ter mais cuidado no trato das questões de saúde pública e abstrair um pouco a questão dos governos e da política com "p" pequeno e pensar na política de saúde.

FOLHA – Quando o sr. fala de "política com "p" pequeno" se refere à imprensa ou a outros tipos de pressão?

TEMPORÃO – Foi *principalmente* no caso de parte da mídia (...) Não quero generalizar, mas a imprensa paulista e carioca pautam muito a imprensa regional, e isso leva para o interior uma *percepção da realidade que pode induzir as pessoas a um comportamento errático, inseguro, emocional*. São seres humanos.

FOLHA – A responsabilidade é só da imprensa? A população não foi surpreendida pelos primeiros casos, que foram aumentando dia-a-dia?

TEMPORÃO – Quando você lê na manchete de um jornal "Mais um caso de febre amarela", quando é um caso suspeito, mais uma morte onde não havia morte, e *sem dizer que é silvestre*, o que você acha que o cidadão fará? Imediatamente levanta e *vai se vacinar*.

FOLHA – Há duas pessoas internadas em Brasília por causa de revacinação. O que acontece?

TEMPORÃO – Essas pessoas internadas são, provavelmente, resultado desse *clima de irresponsabilidade* que se criou” [grifos nossos] (“Tendência é que casos de febre amarela se reduzam”, *Folha de S.Paulo*, 20/01/08).

Na mesma edição, na coluna Plantão Médico (“Cotidiano”), é publicado texto que ressalta que nem toda a população precisa ser vacinada. Em linguagem clara, o colunista Julio Abramczyk também explica o que é a febre amarela, o seu agente causador e o ciclo silvestre da doença. É interessante observar que, apesar de consultar diversas fontes/autoridades especializadas nas reportagens e notícias publicadas até então, nenhum dos textos de opinião (notas e artigos) fora assinado por especialista. O texto de Abramczyk foi o primeiro e único opinativo (“Nem todos

Resultados e Discussão

precisam de vacina”, *Folha de S.Paulo*, 20/01/08) publicado por um especialista da área médica, no período estudado.

A partir daí, o movimento do noticiário indica que o agendamento da febre amarela na *Folha de S.Paulo*, novamente confinada à editoria “Cotidiano”, começa a caminhar inexoravelmente para o seu encerramento. Entre os dias 21 e 25 de janeiro, o espaço destinado à doença foi sendo paulatinamente diminuindo. A despeito de ter sido destacado em duas capas, em 21 e 24/01, o assunto passou a ser abordado em espaços cada vez menores, indicando um deslocamento progressivo da febre amarela do gênero reportagem para o gênero notícia: em 21/01, foram dois textos, com 996 palavras no total; em 22/01, dois textos com 696 palavras, e uma lista com os municípios confirmados como epizooticos; em 23/01, apenas um texto, de 538 palavras; 24/01, um texto (695 palavras); e em 25/01, três textos (totalizando 881 palavras). No dia 26/01, a editoria “Cotidiano” publica apenas uma notícia de 78 palavras.

27 de janeiro de 2008 – Chama a atenção o texto do *ombudsman* Mário Magalhães. Em 482 palavras, o jornalista faz uma dura crítica à cobertura jornalística da febre amarela em geral, e da *Folha* em particular: “Se crianças começam a *assuntar* sobre a vacinação contra a febre amarela, é sinal de que o *temor* da doença – e da injeção – se *disseminou*. Não é para menos: no princípio do ano, *parcela expressiva do jornalismo* sugeriu que o mal ameaça o país. A **Folha** não ficou de fora. Como se vê ao lado, do dia 8 até a quinta-feira passada o assunto *ganhou espaço na primeira página*, 14 presenças em 17 dias” [grifos nossos] (“Jornalismo febril”, *Folha de S.Paulo*, 27/01/02).

A divulgação sistemática do número de casos humanos suspeitos da doença no noticiário, como mecanismo para a configuração simbólica da febre amarela silvestre como uma realidade epidêmica, também é enfatizada no texto de Magalhães. Para ele, a perspectiva numérica, com grande destaque para os óbitos, foi particularmente explorada nos títulos das chamadas de capa: até aquela data, de um total de 15, 9 faziam referência direta ao número de mortes suspeitas.

Resultados e Discussão

“(…) Sob uma manchete, o jornal [*Folha de S.Paulo*] *relativizou* a opinião do ministro da Saúde: “No dia em que o número de notificações de casos suspeitos de febre amarela no país subiu de 15 para 24, (...) José Gomes Temporão foi à TV fazer um pronunciamento (...) para dizer que não há risco de epidemia”. Não cabe ao jornalismo sabujar autoridades, mas não é seu papel alarmar” (“Jornalismo febril”, *Folha de S.Paulo*, 27/01/08).

Contabilizando os óbitos na forma de escalada – “*primeira morte*”, “*2ª morte*”, “*5ª morte*”, “*7 mortes*”, “*8 o total de mortes*”, “*9ª morte*”, “*mata mais 2*” (*Folha de S.Paulo*, 11, 15, 16, 17, 20 e 24/01/2008) – as capas produziram efeitos de sentido que salientaram a negatividade, a dramaticidade e a inevitabilidade do acontecimento, conferindo ao registro jornalístico um enquadramento mais emotivo do que informativo (SOUSA, 2006).

O uso político dos números também é apontado pelo *ombudsman*. Os óbitos foram apresentados pelo jornal em uma perspectiva histórica, com a comparação dos casos de 2008 com os de 2007, 2006, 2004 e 2003 (“Mortes por febre amarela já superam 2007”, *Folha de S.Paulo*, 17/01/08). É importante observar que o período refere-se exclusivamente à gestão do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sem considerar os dados de 2001 (último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso), quando a febre amarela silvestre apresentou, em comparação com o primeiro trimestre de 2008, números significativamente maiores⁶⁵. Omitindo essa informação, o texto dá ao acontecimento ora analisado um caráter de excepcionalidade, circunscrito a um governo em particular:

“(…) *O exagero da Folha em 2008 contrasta com outro, o de 2001*, quando os 22 óbitos se concentraram no primeiro trimestre. Em

⁶⁵ Segundo a SVS/MS, ao longo de todo ano de 2008 foram registrados 46 casos e 23 óbitos. Em 2001, foram registrados 41 casos com 22 óbitos. Na série histórica 2000-2010, a maior ocorrência da doença foi registrada em 2000, quando 85 pessoas foram acometidas pelo agravo amarílico, das quais 40 morreram. Esse dado evidencia, ainda, que o comportamento da doença, em 2008, estava em consonância com os discursos epidemiológico e oficial, segundo os quais a forma silvestre apresenta tendência cíclica, manifestando-se com maior intensidade a cada 5 ou 7 anos (Manual de vigilância epidemiológica de febre amarela, 1999).

Resultados e Discussão

nenhum dia daquele ano a primeira página se referiu à moléstia [febre amarela]. Em março, notinha de rodapé com oito linhas noticiou: "Morre a 15ª vítima da febre amarela". Outra nota anunciara semanas antes as 39 mortes do ano anterior [2000] (mais uma se somaria à estatística). Os registros não trouxeram a opinião do então ministro da Saúde, José Serra. Em 2000, nenhum título da capa falou em morte pela doença.

A Redação discorda⁶⁶: 'Os números dos anos recentes justificam a cobertura que a **Folha** vem dando à febre amarela. Em 2004 e 2005, houve três mortes confirmadas em cada ano; em 2006, foram duas mortes; em 2007, cinco'. 'Em 2008, apenas no primeiro mês do ano, já há dez mortes confirmadas (uma delas ocorrida em 30 de dezembro, mas só confirmada agora). Acresce que a Folha tem dado amplo espaço a autoridades e especialistas, com diferentes visões sobre a dimensão do problema. E a única manchete relativa ao tema tratou do pronunciamento do ministro da Saúde em que ele procurava tranquilizar a população.'

Não entendi por que os números de 2000 e 2001 não 'justificaram' (...) Sobre isso, minhas perguntas não mereceram respostas." ("Jornalismo febril", *Folha de S.Paulo*, 27/01/08).

Essa reflexão permite-nos inferir que o recorte histórico, que salientou os dados relativos ao período do governo Lula e omitiu aqueles registrados na gestão de FHC, permitiu ao jornal enquadrar o acontecimento politicamente. Esse enquadramento pode ser mensurado no grande volume de notas e textos opinativos (18,7% e 13,5%, respectivamente), majoritariamente publicados em "Opinião" e "Brasil", editorias de excelência da cobertura política. Considerando as postulações de SOUSA (2006), entendemos que estes espaços, ao privilegiar a interpretação (a "voz editorial") em detrimento da informação objetiva (a "voz noticiosa"), orientaram o discurso da *Folha de S.Paulo* para uma direção específica. Nessa perspectiva, entendemos ainda que esse enquadramento politizou a discussão, produzindo efeitos de sentido que deslocaram a febre amarela da instância discursiva

⁶⁶ Considerando o *modus operandi* do trabalho do *ombudsman*, supomos que Mário Magalhães reproduza a explicação formal dada pelos editores responsáveis pela reportagem "Mortes por febre amarela já superam 2007", publicada na editoria "Cotidiano", em 17/01/08, que faz uma comparação dos óbitos ocorridos nos primeiros 16 dias de 2008 com os 12 meses dos anos de 2007, 2006, 2004, 2003.

Resultados e Discussão

baseada em princípios técnico-científicos do campo da saúde para a instância político-ideológica.

Na mesma edição, apenas mais uma referência ao tema, na coluna de José Simão, que utiliza a doença e seu mosquito transmissor como pretexto para fazer humor. Não há qualquer outra referência ao termo.

5.3.1 Óbitos Vacinais: Noticiabilidade Involuntária

Parecia que o episódio esgotara-se. Mas a suspeita do primeiro óbito por febre amarela vacinal, fato que não era registrado no Brasil desde 2001, deu novo fôlego à noticiabilidade do acontecimento amarílico. Na edição de 30 de janeiro foram publicados dois textos na editoria “Cotidiano”: “Mulher em coma tem suspeita de febre amarela vacinal” e “Homem morre com suspeita de reação à vacina”, que totalizam 463 palavras. A reportagem do dia 31 de janeiro, um texto com 479 palavras, traz informações detalhadas, e surpreendentes, sobre a mulher internada com suspeita de febre amarela vacinal: uma enfermeira com três contraindicações à vacina amarílica.

Vítima tinha contra-indicações para vacina

Enfermeira que entrou em coma após imunizar-se contra febre amarela tem doença auto-imune e usa corticóides continuamente

Marizete Borges de Abreu, enfermeira-chefe da UTI do Hospital Geral de São Mateus, respira com o auxílio de aparelhos

CLÁUDIA COLLUCCI
A REPORTAGEM LOCAL

A enfermeira (...) 43 [anos], que está em coma em um hospital de São Paulo com suspeita de febre amarela vacinal, *tinha ao menos três contra-indicações para a vacina: é portadora de lúpus – uma doença autoimune –, usa corticóide continuamente e não pretendia viajar para áreas de risco.*

(...) enfermeira-chefe da UTI do Hospital Geral de São Mateus (zona leste), foi vacinada no dia 17, em uma unidade básica de saúde da zona leste. Segundo o pai, (...) não foi perguntado à filha se ela tinha alguma contra-indicação.

Resultados e Discussão

A Secretaria Municipal da Saúde informou ontem que orienta os funcionários das unidades de saúde a questionar sobre possíveis contra-indicações, mas, se a pessoa que será vacinada não as relata, não há como impedir a vacinação. (Folha de S.Paulo, 31/01/08).

Àquela altura, o Brasil registrava 43 casos de reações adversas à vacina contra a febre amarela, mais do que o dobro do total de casos confirmados da doença, até aquele momento, pelo Ministério da Saúde – 19 casos entre dezembro de 2007 e 31 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008a). O óbito da paciente recolocou a febre amarela na capa da *Folha de S.Paulo*, nos dias 1º e 2 de fevereiro, chamando atenção para as reportagens na editoria “Cotidiano”, com 766 e 460 palavras, respectivamente.

No dia 03/02, na editoria “Cotidiano”, o jornal fez apenas uma referência à febre amarela, ao informar sobre as fantasias de foliões de bloco carnavalesco. Um artigo do cientista Marcelo Leite (“Revolta pela vacina”) coloca a febre amarela, pela primeira vez, na editoria “Ciência”, e uma nota na coluna Painel ainda foca na vertente política do tema.

No dia 5 de fevereiro, é publicada uma reportagem sobre a febre amarela na editoria “Cotidiano”. São dois textos: um de 115 palavras, que informa serem 25 os casos confirmados desde o início da epizootia de febre amarela, e outro de 417, que destaca nova avaliação do ministro da Saúde sobre a cobertura jornalística da doença.

Temporão acusa mídia de alardear a febre amarela

ELVIRA LOBATO
DA SUCURSAL DO RIO

(...) [Temporão] criticou a atuação da imprensa na cobertura dos casos de febre amarela, e defendeu que a saúde pública seja tratada como questão de segurança nacional. (...) “Um número pequeno de casos de febre amarela silvestre foi tratado por alguns veículos como ameaça de epidemia. Isso é muito perigoso. Não se pode tratar uma matéria com tantas implicações como qualquer fato”, afirmou Temporão (...) Segundo o ministro, milhares de pessoas se vacinaram sem necessidade porque a mídia pôs em dúvida as declarações das autoridades sanitárias (...)

Para ele, cabem comentários, reflexões e análise na cobertura jornalística, mas, questionar a seriedade da autoridade sanitária sobre a necessidade de vacinação é “perigosíssimo”. “Vamos aos fatos: o governo colocou com clareza o que devia ser feito, mas criou-se um

Resultados e Discussão

questionamento Ouvi gente no rádio, com irresponsabilidade brutal, questionando abertamente *se o governo estava falando a verdade*. A população, *desorientada*, se vacinou desnecessariamente, e gente morreu. Pessoas adoeceram, e aí? (...) [grifos nossos] (*Folha de S.Paulo*, 05/02/08).

Entre os dias 6 e 8 de fevereiro, todas as referências sobre febre amarela são publicadas no gênero notícia, com foco na atualização do número de casos. No dia 09/02, em razão do terceiro caso suspeito registrado em Minas Gerais, o tema é publicado no formato reportagem. Volta a merecer uma nota (coluna Painel) e uma notícia (“Cotidiano”) em 10/02; no dia 11/02 o jornal publica apenas uma nota, na coluna de Mônica Bérnago, na editoria “Ilustrada”. No dia 12/02, é publicada a última reportagem do período analisado, sobre a segunda morte suspeita por febre amarela vacinal, no Estado de São Paulo. Nos dias 15 e 17 são publicados os últimos textos de opinião: um artigo de Luis Favre e uma coluna de Carlos Heitor Cony. As últimas notas de opinião são veiculadas nos dias 20 e 24 de fevereiro, na coluna Painel. Nos dias 13, 16, 19, 23 e 29 de fevereiro a febre amarela foi veiculada apenas como notícia. A agenda febre amarela estava definitivamente encerrada.

5.3.2 A Febre Amarela no Cotidiano

A partir da análise do processo de agendamento é possível perceber que a febre amarela foi construída como evento que fazia parte do cotidiano das pessoas e, portanto, a elas cabia desenvolver estratégias para lidar com a doença. Curioso notar que essa inserção do termo febre amarela no dia a dia do leitor da *Folha de S.Paulo* tenha ocorrido majoritariamente na editoria “Cotidiano”, que é o espaço dedicado aos acontecimentos marcados pela atualidade e que interferem na rotina da população das regiões onde o jornal circula. Tanto assim que o noticiário dessa editoria é produzido majoritariamente por equipes locais, abrigadas nas Agências Folha.

Não por acaso, na editoria “Cotidiano” é possível observar a mudança de *status* da febre amarela da categoria notícia para a categoria reportagem e vice-versa (Apêndice 3), no período analisado. Os primeiros quatro textos são veiculados como

Resultados e Discussão

notícia em razão de ter o evento um caráter meramente informativo: a morte de macacos, a intensificação da vacinação e o primeiro caso suspeito entre humanos. O grau de noticiabilidade aumenta à medida que surgem novos casos e é registrado o primeiro óbito. Neste momento, é produzida a primeira reportagem sobre o evento, em 08/01/08, que desencadeia o agendamento da febre amarela. Nota-se, ainda, que a noticiabilidade da doença é mantida até 25/01/08.

O primeiro sinal de desgaste da febre amarela na *Folha de S.Paulo* surge em 26/01, data em que o jornal dedica ao tema apenas uma pequena notícia, de 80 palavras, na editoria “Cotidiano”, depois de 17 edições consecutivas em que o tema foi destaque (entre 8 a 25 de janeiro). Somente nos dias 27, 28 e 29 de janeiro o assunto não é abordado na editoria “Cotidiano”, retornando como reportagem nos dias 30 e 31 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro em função de um novo acontecimento: a febre amarela vacinal. No dia 03/02, há um pequeno registro em forma de notícia; no dia 04/02, nenhuma referência à doença. Volta a ser apresentada no gênero reportagem no dia 05/02. O jornal veicula reportagens nos dias 9, 12, 16⁶⁷ e 19 de fevereiro (com 447, 458, 453 e 339 palavras, respectivamente); nas edições dos dias 13, 23 e 29 de fevereiro são publicados dois textos do gênero notícia e uma reportagem, respectivamente.

Ao longo dos meses seguintes, em razão da atualização dos dados da epizootia de febre amarela de 2008, por parte do Ministério da Saúde, o jornal publicaria regularmente textos sobre o tema. Contudo, em nenhum momento naquele ano o assunto voltaria a ter, na *Folha de S.Paulo*, o mesmo grau de noticiabilidade observado no período de estudo. A doença estava definitivamente fora da agenda.

⁶⁷ O fato gerador dessas reportagens foi a ocorrência de casos de febre amarela urbana no vizinho Paraguai.

Resultados e Discussão

5.4 PRÁTICAS DISCURSIVAS, POSSÍVEIS EFEITOS DE SENTIDO

Nesta segunda etapa da análise qualitativa, buscamos entender o processo de produção de sentidos no episódio da febre amarela silvestre a partir das práticas discursivas presentes nos textos veiculados durante a cobertura jornalística da *Folha de S.Paulo* sobre febre amarela, no verão 2007/2008. Nosso objetivo foi entender como essas práticas contribuíram para deslocar o evento da perspectiva epidemiológica silvestre (especialmente restrita e de gravidade delimitada) para a urbana (de caráter fundamentalmente epidêmico, especialmente generalizado e de grandes proporções).

A partir da leitura e identificação de todas as matérias veiculadas pelo jornal, no período estudado, optamos por realizar a análise de quatro textos, pertencentes aos gêneros jornalísticos notícia, texto de opinião, reportagem e editorial. Entendemos que tal procedimento permitiu a identificação dos repertórios interpretativos que possivelmente contribuíram para o sentido atribuído à febre amarela na cobertura da *Folha de S.Paulo*, quais sejam, nomeação, descrição epidemiológica, caracterização da doença e discurso oficial.

Ao final de cada uma das análises das práticas discursivas, apresentamos os enquadramentos (*framing*) a que os textos foram submetidos, segundo abordagem teórica apresentada no capítulo 3.

5.4.1 Estilo Jornalístico: Notícia – Matéria Publicada em 05/01/08 – Editoria “Cotidiano”

GOIÁS

Trabalhador rural com suspeita de febre amarela é internado

DA AGÊNCIA FOLHA

Um trabalhador rural está internado em estado grave em Goiânia (GO) com suspeita de febre amarela. O Estado e o Distrito Federal estão em alerta após uma sequência de mortes de macacos por causa da doença.

Resultados e Discussão

A morte de animais por febre amarela indica a presença do vírus causador e o risco de transmissão para humanos. Na semana passada, um parque em Brasília foi fechado após a morte de macacos.

O homem tem 31 anos e trabalha como lenhador em Uruaçu (273 km de Goiânia). A cidade é zona endêmica da doença e está entre as 39 onde houve registro de mortes de macacos no Estado no ano passado. Em 2007, duas pessoas morreram em Goiás, na cidade de Jataí, em decorrência da febre amarela.

NOMEAÇÃO

Neste texto, o terceiro registro encontrado sobre o tema na Edição SP da *Folha de S.Paulo*, o termo “febre amarela” é empregado três vezes (uma referência em cada um dos três parágrafos). Contudo, em nenhuma das citações o agravo é nomeado (qualificado). Assim, o leitor é informado sobre a ocorrência de uma doença transmissível no país, mas não sobre a sua forma epidemiológica.

DESCRIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

Embora não qualifique o ciclo, a notícia apresenta uma descrição epidemiológica da forma silvestre da febre amarela: “*O Estado e o Distrito Federal estão em alerta após uma sequência de **mortes de macacos** por causa da doença. A morte de animais por febre amarela indica a **presença do vírus** causador e o risco de **transmissão para humanos**”*. A notícia é encerrada com mais um dado do repertório epidemiológico: “*A cidade [Uruaçu] é **zona endêmica** da doença e está entre as 39 onde houve registro de mortes de macacos no Estado no ano passado*” [grifos nossos].

É importante ressaltar, contudo, que o entendimento de que esta descrição refere-se ao ciclo silvestre da febre amarela é, *a priori*, acessível majoritariamente a profissionais e pesquisadores da área da saúde, em especial da saúde pública. Considerando-se a heterogeneidade do público dos jornais de massa, é de se supor que tal linguagem seja, por isso, compreendida apenas por um número reduzido de leitores da *Folha de S.Paulo*.

Resultados e Discussão

CARACTERIZAÇÃO DA DOENÇA

Desde o título da matéria, é possível observar que o jornal busca dar ênfase à dimensão da febre amarela como doença, destacando a internação de um trabalhador suspeitamente afetado pela febre amarílica. O texto é iniciado com destaque ao quadro de saúde: “*Um trabalhador rural está **internado em estado grave** em Goiânia (GO)*”. Em seguida, afirma que já foram registradas mortes de macacos por febre amarela. Esse cenário evidencia que há, portanto, na região, a ocorrência da doença febre amarela e, conseqüentemente, o risco de sua disseminação também está presente, tanto assim que o poder público (Estado de Goiás e o Distrito Federal) está em “*estado de alerta*”.

Essa construção da doença como uma patologia grave e, eventualmente fatal, é ampliada ao final da notícia, com a afirmação de que no ano anterior (2007) “***duas pessoas morreram** em Goiás, na cidade de Jataí, em decorrência da febre amarela*” [grifos nossos].

DISCURSO OFICIAL

O discurso oficial sobre febre amarela não aparece explicitamente, porém é indicada uma medida de controle por uma autoridade local: “*Na semana passada, um **parque em Brasília foi fechado** após a morte de macacos*” [grifos nossos]. O fechamento do parque, espaço público e aberto, gerido pelo poder público, indica que houve uma preocupação oficial com uma possível exposição dos frequentadores à febre amarela silvestre e, também, com a propagação da doença, que poderia assim tornar-se um problema de caráter coletivo. Essa perspectiva ficou evidente na expressão “*Estado e DF estão em alerta*”, inserida no início da notícia.

PERSPECTIVA COLETIVA

Essa notícia parece ser o que no jargão jornalístico convencionou-se chamar de “cozinha”⁶⁸. A assinatura (Agência Folha) indica ainda que o texto pode ter sido condensado a partir de matéria mais extensa, provavelmente publicada na edição do jornal que circulou região Centro-Oeste⁶⁹, onde teve início a epizootia de febre amarela silvestre, sendo, por isso, tema de maior interesse dos leitores daquela área. Considerando que estamos analisando a Edição SP da *Folha de S.Paulo*, que circula na capital paulista e na Grande São Paulo, excetuando-se o ABCD paulista, o assunto não tinha adquirido ainda grau de noticiabilidade para a equipe de redação responsável pela editoria “Cotidiano” que circula exclusivamente nesta edição. Esse contexto justificaria o estilo conciso do texto, que é centrado na divulgação de informações básicas.

Entendemos que o enquadramento da notícia, que apresenta exclusivamente argumentos das autoridades de saúde de Goiás e Distrito Federal e descreve um acontecimento espacialmente distante do cotidiano do leitor paulista, colocou a febre amarela em uma perspectiva coletiva. Dito de outra forma, o enquadre provocou um distanciamento deste leitor em relação à doença, configurando-se como um problema que, naquela notícia, afetava exclusivamente o outro, entendido como o brasileiro do “distante” Centro-Oeste.

5.4.2 Estilo Jornalístico: Texto de Opinião – Publicado em 10/01/08 – Editoria “Opinião”

⁶⁸ Trabalho de reescrever, de forma condensada/resumida, matéria do próprio veículo ou de outro. Em geral, a “cozinha” é feita quando um tema tem grau de noticiabilidade incipiente.

⁶⁹ Não tivemos acesso às edições da *Folha de S.Paulo* que circularam na região Centro-Oeste.

Resultados e Discussão

ELIANE CANTANHÊDE

Eu descarto, tu descartas...

BRASÍLIA - Ontem foi o dia do verbo "descartar" em Brasília. O ministro da Saúde, José Temporão, descartou a volta da febre amarela urbana, erradicada no Brasil desde 1942, e desestimulou uma corrida aos postos de saúde para vacinação. As doses rareiam.

Enquanto isso, o mesmo Temporão pediu ao Turismo e ao Itamaraty que visitantes sejam orientados a tomar a vacina antes de ir a áreas de risco de febre amarela silvestre. Com mortes suspeitas em Brasília e em Goiás, sabe como é: "Eu não creio em bruxas, mas....".

O ministro (interino há meses) de Minas e Energia, Nelson Hubner, também descartou a possibilidade de um novo apagão ou racionamento de energia. Enquanto isso, o mesmo Hubner admitia que, eventualmente, quem sabe, talvez, se tenha de usar térmicas a diesel e óleo combustível, muito mais caras. Solução prima-irmã do racionamento -que o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, considerou que "não é impossível".

Pois não é que, bem no meio dessa confusão, Lula deverá anunciar o senador Edison Lobão (PMDB-MA) como substituto de Hubner? O que ele entende de energia? Bulhufas. Mas é amigão do Sarney. Por fim, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, descartou que haja o que cortar na sua área, pois a FAB enfrentou uma crise área braba em 2007 e só pensa naquilo: reequipamento e aumento dos soldos. Enquanto isso, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, passou o dia discutindo justamente como, onde e quanto cortar nas três Forças Armadas, inclusive na FAB, claro. Hoje, deve reunir os três comandantes de tesoura na mão.

Tomara que a febre amarela urbana não esteja de volta, que haja energia para dar e vender e que Exército, Marinha e Aeronáutica sejam preservados dos cortes. Mas, se eu fosse Temporão, Hubner ou Saito, ficaria com um pé atrás.

NOMEAÇÃO

A qualificação do termo febre amarela parece servir para evidenciar a ambiguidade da fala do principal responsável pela saúde pública brasileira. Dito de outra forma, a colunista parece usar o argumento da nomeação para demonstrar que o ministro da Saúde ora diz uma coisa, ora diz outra. Quando a doença assume a forma

Resultados e Discussão

urbana, a autora sugere que José Gomes Temporão fala exclusivamente aos brasileiros: “*O ministro da Saúde, José Temporão, descartou a volta da febre amarela **urbana**, erradicada no Brasil desde 1942, e desestimulou uma corrida aos postos de saúde para vacinação. As doses rareiam*” [grifos nossos]. Em contraponto, ao referir-se à forma silvestre, na opinião da autora, o ministro parece reconhecer a existência de um sério problema de saúde potencialmente perigoso para os visitantes estrangeiros: “*Enquanto isso, o mesmo Temporão pediu ao Turismo e ao Itamaraty que visitantes sejam orientados a tomar a vacina antes de ir a áreas de risco de febre amarela **silvestre***” [grifos nossos].

Em nenhum dos dois argumentos há uma distinção entre as duas formas da doença. Contudo, a qualificação da febre urbana é retomada ao final do texto: “*Tomara que a febre amarela **urbana** não esteja de volta*”.

DESCRIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

Apesar de não haver no texto uma descrição epidemiológica explícita, há uma apropriação dos termos do campo da epidemiologia que parecem buscar indicar o risco iminente do agravamento da epidemia: “*Temporão pediu ao Turismo e ao Itamaraty que visitantes sejam orientados a tomar a vacina antes de ir a **áreas de risco de febre amarela silvestre***” [grifos nossos].

DISCURSO OFICIAL

Ao expor uma recomendação baseada no discurso oficial⁷⁰, o texto parece reafirmar a ambiguidade do poder público diante da questão: “*Enquanto isso, o mesmo Temporão pediu ao Turismo e ao Itamaraty que **visitantes** sejam orientados a*

⁷⁰ O programa brasileiro de controle da febre amarela prevê a vacinação de todo viajante que se desloca para áreas de transmissão endêmica, seja ele brasileiro ou estrangeiro (BRASIL, 2008b).

Resultados e Discussão

tomar a vacina antes de ir a áreas de risco de febre amarela silvestre” [grifos nossos]. Em articulação com o primeiro parágrafo do texto, essa frase passa a mensagem de que, enquanto o poder público privilegia ações voltadas aos visitantes estrangeiros, a população brasileira é negligenciada.

CARACTERIZAÇÃO DA DOENÇA

A colunista encerra o primeiro terço do texto inserindo um argumento irrefutável sobre os riscos da doença: “Com *mortes suspeitas* em Brasília e em Goiás, sabe como é: ‘Eu não creio em bruxas, mas...’” [grifo nosso]. A inevitabilidade do agravamento do cenário da febre amarela, sugerido pela mensagem, confirma-se exatamente na ocorrência de “*mortes suspeitas*”.

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

O argumento central deste texto não é o acontecimento febre amarela, mas uma opinião sobre o desempenho do governo federal, a partir da análise político-administrativa de três áreas distintas: Saúde, Minas e Energia e Forças Armadas. Porém, como a autora inclui com destaque o tema, ele integra a presente análise.

A febre amarela é enfocada com destaque no primeiro terço do texto, no qual aparecem sequencialmente a nomeação (urbana e silvestre) e discurso oficial. Ao fechar esse período, a autora encerra a questão da febre amarela da seguinte maneira: “*Eu não creio em bruxas, mas...*”, fazendo referência ao provérbio popular de origem espanhola “Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay!”. O seu uso passa a mensagem de que a “desconfiança” é o antídoto para a população se proteger de riscos reais, não admitidos pelos governantes. Dito de outro modo, o uso do provérbio serve como um alerta da autora a seus leitores: a despeito dos argumentos oficiais, que refutam a existência de um evento epidêmico da febre amarela, a possibilidade de propagação e agravamento da doença é real.

É esse o mote que a autora retoma ao final do texto, construindo um sentido de dúvida sobre o discurso oficial: “*Tomara que a febre amarela urbana não esteja*

Resultados e Discussão

de volta, que haja energia para dar e vender e que Exército, Marinha e Aeronáutica sejam preservados dos cortes” [grifos nossos]. E conclui, chamando a atenção dos ministros, que, ao descartarem os problemas apontados pela jornalista, parecem não estar alertas aos riscos: “**Mas, se eu fosse Temporão, Hubner ou Saito, ficaria com um pé atrás**” [grifos nossos]. O uso da interjeição “tomara” na primeira frase expressa um desejo genuíno da autora de que o evento amarílico realmente esteja dentro da normalidade propagandeada pelo governo. Contudo, o emprego da conjunção adversativa na frase seguinte – “**Mas, se eu fosse Temporão (...)**” – elimina a possibilidade mesma de realização do desejo da autora. Ao mesmo tempo, remete o leitor ao provérbio espanhol utilizado no início do texto, agora completando o seu sentido: a jornalista gostaria de não acreditar nos riscos de uma epidemia de febre amarela, mas que eles existem, existem!

À medida que as ações e decisões dos mandatários do país tendem a ser apresentadas como elementos de um cálculo – os fatos confirmam a probabilidade de uma ocorrência de epidemia de febre amarela, de racionamento de energia e de cortes no orçamento da área militar –, que só a jornalista é capaz de revelar, o texto recebe um enquadramento estratégico. Por este enquadre, a febre amarela surge como um evento de alto risco e com o qual o ministro da Saúde não é capaz de lidar, já que ele próprio (Temporão) descarta essa possibilidade, sem levar em conta os apontamentos revelados pela mídia. A argumentação da inabilidade do poder público está sinalizada na frase: “*As doses rareiam.*”

Resultados e Discussão

5.4.3 Estilo Jornalístico: Reportagem – Publicada em 14/01/08 – Editoria “Cotidiano”⁷¹

**Ministro vai à TV negar epidemia de febre amarela
Durante pronunciamento em cadeia nacional, Temporão pediu
calma à população**

**Ele também garantiu que o ministério tomou todas as medidas
preventivas, montando uma barreira sanitária nas áreas de risco**

MARIA CLARA CABRAL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

ANA PAULA RIBEIRO
DA FOLHA ONLINE EM BRASÍLIA

No dia em que o número de notificações de casos suspeitos de febre amarela subiu de 15 para 24, o ministro José Gomes Temporão (Saúde) foi à TV fazer um pronunciamento em cadeia nacional para dizer que "não existe risco de epidemia".

O ministério confirmou que, dos 24 casos suspeitos notificados pelas secretarias estaduais de saúde, 5 foram descartados e outros 2, confirmados.

O ministro ressaltou que as suspeitas estão localizadas e restritas a áreas de matas e florestas. "Estou aqui para tranquilizar a população brasileira sobre um assunto que está preocupando os brasileiros nos últimos dias. O temor de que esteja ocorrendo uma epidemia de febre amarela no país. Não existe risco de epidemia."

Na TV, Temporão disse que desde 2003 a ocorrência de febre amarela silvestre "vem caindo gradativamente". "Os casos suspeitos estão localizados e restritos a áreas onde algumas pessoas não vacinadas entraram em florestas e matas nas últimas semanas."

Ele garantiu que o ministério tomou todas as medidas preventivas para evitar que casos da doença aparecessem, montando uma barreira sanitária nas áreas de risco e protegendo Estados e municípios contra a

⁷¹ Este texto foi selecionado por representar o pico do agendamento do tema na *Folha de S.Paulo*, conforme análise realizada na primeira parte deste capítulo. Trata-se do texto principal da reportagem sobre febre amarela, que traz ainda outras cinco matérias, das quais duas entrevistas pingue-pongue, e um destaque, tendo sido capa do caderno “Cotidiano”. O foco está centrado no pronunciamento do ministro da Saúde, enfatizando as medidas de controle adotadas pelo poder público para controlar a epizootia de febre amarela.

Resultados e Discussão

febre amarela. "E, de imediato, convocamos as pessoas que vão viajar ou moram em áreas de mata para tomar a vacina."

"Se você não mora ou não viaja para essas regiões, não precisa se vacinar. Quem já se vacinou pode ficar tranquilo: o efeito da vacina protege as pessoas durante dez anos. Portanto, só procure os postos de saúde se morar ou for visitar as áreas de risco e nunca se vacinou ou foi vacinado antes de 1999", disse.

O Ministério da Saúde recomenda que sejam vacinadas todas as pessoas que irão viajar para matas ou áreas rurais das regiões consideradas "endêmicas", de "transição" ou "risco potencial" de febre amarela (veja quadro ao lado). Se a visita ficar restrita às áreas urbanas, não há necessidade da vacina. No pronunciamento, o ministro afirmou que todos os postos de saúde estão abastecidos e que as autoridades sanitárias estão preparadas.

O Ministério da Saúde reforçou o envio de vacinas para os postos de saúde de todo o país. Em janeiro foram distribuídas 3.238.500 doses de vacina. A média mensal de envio em 2007 era de 961 mil doses por mês (11,5 milhões no ano). O pronunciamento para TV e rádio foi gravado, em Brasília, na última sexta-feira. A decisão de divulgá-lo foi tomada ontem. Segundo a assessoria de imprensa, a iniciativa de ir a público foi do próprio ministro e não houve um pedido da Presidência da República para que essa providência fosse tomada.

Os dois casos confirmados de febre amarela foram o de Graco Carvalho Abubakir, 38, que morreu no último dia 8, e uma mulher de 42, que contraiu a doença em Mato Grosso do Sul e está internada em São Paulo. O ministério aguarda resultados dos exames do espanhol Salvador Perez, 41, que morreu no sábado em Goiânia (GO) com suspeita da doença.

Dos casos suspeitos ou confirmados, 15 passaram por matas na região de Goiás. Nos demais, as pessoas estiveram em Mato Grosso do Sul, Pará, Minas Gerais ou Rondônia. Em 2007, o Brasil registrou seis casos de febre amarela, sendo que cinco morreram.

NOMEAÇÃO

A primeira referência ao termo febre amarela é feita no olho principal, que antecede o texto: "*Ministro vai à TV negar epidemia de **febre amarela***" [grifos nossos]. O termo reaparece no primeiro parágrafo: "*No dia em que o número de notificações de casos suspeitos de **febre amarela** subiu de 15 para 24, o ministro José Gomes Temporão (Saúde) foi à TV fazer um pronunciamento (...)*"; e na fala do próprio ministro: "*Estou aqui para tranquilizar a população brasileira sobre um assunto que está preocupando os brasileiros nos últimos dias. O temor de que esteja ocorrendo uma epidemia de **febre amarela** no país*" [grifos nossos]. O termo volta a

Resultados e Discussão

ser empregado no terço final e no último parágrafo do texto: “*Os dois casos confirmados de febre amarela foram o de (...)*”; e “*Em 2007, o Brasil registrou seis casos de febre amarela, sendo que cinco morreram*” [grifos nossos]. Contudo, ao longo de toda a matéria há apenas uma única referência explícita à forma silvestre da doença: “*Na TV, Temporão disse que desde 2003 a ocorrência de febre amarela silvestre ‘vem caindo gradativamente’*”.

DESCRIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

Uma diferenciação entre os ciclos silvestre e urbano é apresentada quando a reportagem faz referência à área de ocorrência da epizootia, em dois momentos: “*O ministro ressaltou que as suspeitas estão localizadas e restritas a áreas de matas e florestas*”; e “*Se a visita ficar restrita às áreas urbanas, não há necessidade da vacina*” [grifos nossos].

Ressaltamos, porém, que as referências geográficas indicadas nesses dois trechos não servem, de forma direta, como sinalizadores de que a febre amarela ocorre epidemiologicamente de forma distinta. Dito de outra forma, no contexto em que essa distinção entre as formas urbana e silvestre é dada não é possível ao leitor leigo entender que a matéria abordava, naquele momento e especificamente, a febre amarela silvestre.

DOENÇA

Na reportagem, a doença aparece com maior ênfase no terço final do texto: “*Os dois casos confirmados de febre amarela foram o de Graco Carvalho Abubakir, 38, que morreu no último dia 8, e uma mulher de 42, que contraiu a doença em Mato Grosso do Sul e está internada em São Paulo*” [grifos nossos]. Seguem-se mais informações sobre outros pacientes: “*O ministério aguarda resultados dos exames do espanhol Salvador Perez, 41, que morreu no sábado em Goiânia (GO) com suspeita da doença*” [grifos nossos]. E é concluído com a frase: “*Em 2007, o Brasil registrou seis casos de febre amarela, sendo que cinco morreram*” [grifos

Resultados e Discussão

nossos]. Ao informar o nome e idade dos doentes e o período de ocorrência dos casos, o texto dá ao acontecimento uma concretude que aproxima o leitor do jornal das vítimas: podia ser com ele.

É interessante observar que, à medida que o tema não guarda vínculos com o enfoque principal da matéria (a descrição epidemiológica e o discurso oficial), a sua introdução parece ser feita de forma aleatória, quase repentina. Assim colocada, a estratégia discursiva parece indicar que, apesar das medidas sanitárias e do discurso oficial, a febre amarela segue como uma doença perigosa, letal, dedução explicitada no número crescente de casos.

DISCURSO OFICIAL

É importante ressaltar que, em função de a reportagem focar basicamente o discurso do ministro, há fidedignidade na reprodução de termos do campo epidemiológico: *“Ele [Temporão] também garantiu que o ministério tomou todas as medidas preventivas, montando uma barreira sanitária nas áreas de risco”* [grifos nossos]. Ao longo do texto são empregados termos como *“... número de notificações de casos suspeitos...”*; *“... casos suspeitos estão localizados e restritos...”*; *“Não existe risco de epidemia...”*; e *“... para matas ou áreas rurais das regiões consideradas “endêmicas”, de “transição” ou “risco potencial” de febre amarela...”*. A vinculação ao repertório oficial é marcada pela constante indicação da fonte das informações reproduzidas: o próprio ministro da Saúde e/ou o Ministério que ele dirige. Ao longo do texto são utilizadas expressões como *“o ministério confirmou”* e *“o ministro ressaltou”*. Essa estratégia discursiva transfere para a fonte a total responsabilidade sobre o que está sendo informado e, em certa medida, evita que o repórter, leia-se o próprio jornal, seja responsabilizado pelo que está sendo dito.

Vale reproduzir o trecho sobre a política nacional de imunização: *“Ministério da Saúde recomenda que sejam vacinadas todas as pessoas que irão viajar para matas ou áreas rurais das regiões consideradas “endêmicas”, de “transição” ou “risco potencial” de febre amarela (...) Se a visita ficar restrita às áreas urbanas, não há necessidade da vacina.”* É interessante observar que a construção do texto

Resultados e Discussão

parece sugerir que essa recomendação da vacina amarílica para viajantes é uma iniciativa circunscrita àquele momento específico, quando ela é parte do programa nacional de controle de febre amarela (BRASIL, 2008b). O leitor é levado a concluir que a excepcionalidade da recomendação é, em si, um indicativo do perigo real de expansão da febre amarela, que o governo, por seu turno, não quer admitir.

ENQUADRAMENTO EPISÓDICO

Ao não discutir as questões de fundo do pronunciamento do ministro da Saúde (por exemplo, o significado das barreiras sanitárias montadas pelo governo federal, seus impactos sobre o controle da doença nas áreas de transmissão e fora delas), o texto da reportagem finca seus marcos interpretativos exclusivamente nos aspectos circunstanciais dos fatos enfocados, recebendo por isso um enquadramento do tipo episódico. Dito de outra forma, ao não explorar as motivações das complexas questões que embasam e justificam as escolhas dos gestores públicos da saúde, a reportagem negligencia o percurso contextual e histórico que sustenta a elaboração e a execução das políticas públicas.

Por esse enquadramento, o pronunciamento do ministro da Saúde parece estar confinado e orientado exclusivamente pela emergência de um evento episódico e não sobre uma política pública, concordemos ou não com ela. Ou seja, pela reportagem apenas não é possível identificar o contexto que sustenta a política governamental de controle da febre amarela, tampouco analisar os fatores envolvidos nas decisões tomadas pelo poder público.

5.4.4 Estilo Jornalístico: Editorial – Publicado em 15/01/08 – Editoria “Opinião”

Não-epidemia

Reconhecer que os casos da febre amarela estão dentro da normalidade não implica ignorar os perigos da moléstia

HÁ UMA BOA dose de exagero na "epidemia" de febre amarela (FA). O número de casos confirmados nos últimos dias, que é de

Resultados e Discussão

apenas três, está rigorosamente dentro da normalidade para um país que tem mais de dois terços de seu território como área endêmica. Em termos históricos, pode-se até falar numa tendência de recuo. Até 2003, os casos anuais de FA silvestre se contavam às dezenas -com pico de 85 em 2000. Desde 2004, entretanto, o total de ocorrências não ultrapassa a marca de uma dezena.

O que tem ocorrido, isto sim, é um aumento nas notificações de casos suspeitos, que, de domingo para cá, saltaram de 15 para 26. Esse, contudo, é provavelmente um fenômeno mais ligado à inquietude que tomou conta da população ao longo das últimas semanas do que a uma eventual irrupção de novos focos da moléstia. Médicos não são imunes a rumores nem ao vírus da suspeita.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, cumpre o seu papel ao convocar cadeia nacional de rádio e TV para tentar frear a corrida aos postos de vacinação. Sua afirmações, entretanto, tendem a ser recebidas com reserva, senão com descrédito, pela simples razão de que governos costumam negar epidemias, mesmo quando elas são reais.

Assim, não parece exagero qualificar a atual "epidemia" como uma manifestação de temor coletivo magnificada pela mídia. Reconhecer que o perfil epidemiológico da moléstia está dentro da normalidade não implica fechar os olhos para os perigos de uma epidemia de febre amarela urbana, que são reais e demandam ações concretas das autoridades e da população.

A FA é, como a dengue, provocada por um vírus da família Flaviviridae. Também como sua prima mais comum, a FA é transmitida pela picada de mosquitos, inclusive o *Aedes aegypti*. Só que a FA é uma moléstia muito mais grave que a dengue. Cerca de 15% das pessoas infectadas pela FA desenvolvem a forma mais perigosa da doença (fase tóxica), fatal em 50% dos casos. Em relação à dengue, apenas um em cada 500 casos (0,2%) evolui para a forma hemorrágica, que, no Brasil, tem sido letal para 10% dos pacientes (contra menos de 1% em países desenvolvidos).

Uma eventual reurbanização da FA -situação em que as poucas dezenas de casos anuais contraídos em áreas de floresta saltariam para a casa dos milhares- seria desastrosa. E, infelizmente, as condições teóricas para que ela volte a ocorrer estão presentes. Em tese, basta que uma pessoa infectada seja picada por um mosquito do gênero *Aedes*, que desde finais dos anos 90 infesta boa parte das cidades brasileiras, para dar início a um ciclo urbano de transmissão. Em nosso favor está o fato de que a FA não se transmite com a mesma facilidade da dengue e de que existe, desde a década de 30, uma vacina efetiva e já produzida no Brasil contra a moléstia.

Que a onda de pânico em torno da FA ao menos sirva para que a população redobre seus esforços para combater o mosquito, e que as autoridades reforcem o sistema de vigilância sanitária. As mortes por dengue mostram que os serviços médicos não estão prontos para reconhecer e tratar rapidamente viroses graves.

NOMEAÇÃO

Febre amarela silvestre

Resultados e Discussão

*“Até 2003, os casos anuais de **FA silvestre** se contavam às dezenas – com pico de 85 em 2000. Desde 2004, entretanto, o total de ocorrências não ultrapassa a marca de uma dezena.”* [grifos nossos]. Neste trecho do texto, fica evidente que a nomeação da febre amarela como silvestre é utilizada para se referir a casos anteriores ao período analisado no editorial (15/01/08). Somente ao final do texto, é retomada a ideia de que alguns casos de febre amarela foram contraídos em florestas, mas para destacar que esses têm potencial de risco muito menor dos que ocorrem em área urbana. Apesar de utilizar muitos conceitos do discurso epidemiológico, o editorial continua não diferenciando as duas formas da doença: *“Uma eventual **reurbanização da FA** – situação em que as poucas dezenas de casos anuais contraídos em áreas de **floresta** saltariam para a casa dos milhares – seria desastrosa”* [grifos nossos].

Febre urbana

A febre amarela urbana é nomeada apenas uma vez, com o objetivo de contestar a ideia de que a normalidade do perfil epidemiológico dos casos que estavam ocorrendo naquele momento não eliminava a hipótese de reurbanização da doença. Na opinião do autor do texto, não há uma relação direta entre normalidade do perfil epidemiológico e o risco de urbanização da febre amarela: *“Reconhecer que o perfil epidemiológico da moléstia está dentro da normalidade não implica fechar os olhos para os perigos de uma epidemia de **febre amarela urbana**, que são reais e demandam ações concretas das autoridades e da população”* [grifos nossos]. Ao longo do texto, o autor utiliza o termo “urbano” isoladamente para colocar em discussão a tese de reurbanização da doença, embora concorde que o perfil epidemiológico da febre amarela não indicasse essa possibilidade: *“Em tese, basta que uma pessoa infectada seja picada por um mosquito do gênero *Aedes*, que desde finais dos anos 90 infesta boa parte das cidades brasileiras, para dar início a um **ciclo urbano** de transmissão.”* [grifos nossos].

DESCRIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

O discurso epidemiológico é utilizado pelo autor com três objetivos distintos:

1) Sustentar a argumentação inicial de que não existe uma epidemia de febre amarela: *“HÁ UMA BOA dose de exagero na “epidemia” de febre amarela (FA). O número de casos confirmados nos últimos dias, que é de apenas três, está rigorosamente dentro da normalidade para um país que tem mais de dois terços de seu território como área endêmica”* [grifos nossos]. O texto prossegue nessa mesma linha argumentativa quando cita dados estatísticos da doença: *“Até 2003, os casos anuais de FA silvestre se contavam às dezenas – com pico de 85 em 2000. Desde 2004, entretanto, o total de ocorrências não ultrapassa a marca de uma dezena. O que tem ocorrido, isto sim, é um aumento nas notificações de casos suspeitos, que, de domingo para cá, saltaram de 15 para 26”* [grifos nossos]. Vale ressaltar que a fonte da qual foram retirados esses dados não é informada. Essa argumentação está toda centrada na constatação de que o Brasil não vive uma epidemia de febre amarela.

2) Para argumentar que existe um risco real de epidemia de febre amarela, o texto contradiz os discursos epidemiológicos, que o autor reconhece como dentro da normalidade. Ou seja, utiliza o discurso da epidemiologia exatamente para dizer que esse ele não é garantia de que a epidemia não vá ocorrer: *“Reconhecer que o perfil epidemiológico da moléstia está dentro da normalidade não implica fechar os olhos para os perigos de uma epidemia de febre amarela urbana, que são reais e demandam ações concretas das autoridades e da população”* [grifos nossos].

3) Faz um recorte do discurso epidemiológico para enfatizar que a febre amarela é uma doença fatal e que, portanto, a população, de acordo com as estatísticas, estaria em risco: *“A FA é, como a dengue, provocada por um vírus da família Flaviviridae. Também como sua prima mais comum, a FA é transmitida pela picada de mosquitos, inclusive o Aedes aegypti. Só que a FA é uma moléstia muito*

Resultados e Discussão

mais grave que a dengue. Cerca de 15% das pessoas infectadas pela FA desenvolvem a forma mais perigosa da doença (fase tóxica), fatal em 50% dos casos. Em relação à dengue, apenas um em cada 500 casos (0,2%) evolui para a forma hemorrágica, que, no Brasil, tem sido letal para 10% dos pacientes (contra menos de 1% em países desenvolvidos)” [grifos nossos]. Nesta mesma linha argumentativa, o editorial afirma: “*Uma eventual reurbanização da FA – situação em que as poucas dezenas de casos anuais contraídos em áreas de floresta saltariam para a casa dos milhares – seria desastrosa*” [grifos nossos]. O autor volta a questionar a capacidade do discurso epidemiológico de fazer previsões teóricas e probalísticas sobre a febre amarela e enfatiza a periculosidade da forma urbana, utilizando para isso um exemplo hipotético de propagação da forma silvestre nas áreas urbanas: “*E, infelizmente, as condições teóricas para que ela volte a ocorrer estão presentes. Em tese, basta que uma pessoa infectada seja picada por um mosquito do gênero Aedes, que desde finais dos anos 90 infesta boa parte das cidades brasileiras, para dar início a um ciclo urbano de transmissão*” [grifos nossos]. Sem expor as ações públicas de vigilância e controle da doença, o autor do editorial afasta essa hipótese com base exclusivamente no comportamento do mosquito e na existência da vacina contra a febre amarela: “*Em nosso favor está o fato de que a FA não se transmite com a mesma facilidade da dengue e de que existe, desde a década de 30, uma vacina efetiva e já produzida no Brasil contra a moléstia*” [grifos nossos].

DOENÇA

No editorial, a questão da doença/moléstia aparece de duas maneiras:

1) O autor chama a atenção para a dimensão subjetiva da febre amarela, referindo-se ao “pânico” gerado entre a população em razão da suspeita de uma configuração epidêmica da doença. De certo modo, responsabiliza alguns discursos médicos por propagarem essa “suspeita”: “*Esse, contudo, é provavelmente um fenômeno mais ligado à inquietude que tomou conta da população ao longo das*

Resultados e Discussão

últimas semanas do que a uma eventual irrupção de novos focos da moléstia. Médicos não são imunes a rumores nem ao vírus da suspeita” [grifos nossos]. Ainda nesta linha argumentativa, responsabiliza a mídia por ampliar as dimensões do risco percebido pela população: *Assim, não parece exagero qualificar a atual "epidemia" como uma manifestação de **temor coletivo** magnificada pela mídia.*”

2) O argumento seguinte, contraditoriamente, retira essa dimensão subjetiva do evento, referindo-se à febre amarela como uma ameaça real, perigosa e fatal. Para tanto, o texto utiliza novamente o discurso epidemiológico que demonstra a sua gravidade: *“FA é, como a dengue, provocada por um **vírus** da família *Flaviviridae*. Também como sua prima mais comum, a FA é **transmitida** pela picada de **mosquitos**, inclusive o *Aedes aegypti*. Só que a FA é uma moléstia **muito mais grave** que a dengue. Cerca de 15% das pessoas infectadas pela FA desenvolvem a forma **mais perigosa** da doença (fase tóxica), **fatal** em 50% dos casos. Em relação à dengue, apenas um em cada 500 casos (0,2%) evolui para a **forma hemorrágica**, que, no Brasil, tem sido **letal** para 10% dos pacientes (contra menos de 1% em países desenvolvidos)”* [grifos nossos]. Assim colocado, o foco do discurso desloca-se radicalmente de um “temor coletivo” de caráter subjetivo para um acontecimento factível, fincado em dados estatísticos, próximo do cotidiano da população.

DISCURSO OFICIAL

No texto, o autor refere-se ao discurso oficial do governo brasileiro sobre epidemia em dois momentos diferentes. Logo no início, cita o ministro da Saúde de modo ambíguo: por um lado, reconhece a importância de Temporão para desmistificar oficialmente e publicamente a vacina contra a febre amarela, que àquela altura era buscada pela população de forma indiscriminada; ao mesmo tempo, desqualifica este mesmo discurso ao afirmar que o senso comum não acredita na postura oficial diante de epidemias: *“O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, **cumpr**e o seu papel ao convocar cadeia nacional de rádio e TV para **tentar frear** a **corrida aos postos de vacinação**. Suas afirmações, entretanto, **tendem a ser***

Resultados e Discussão

recebidas com reserva, senão com descrédito, pela simples razão de que governos costumam negar epidemias, mesmo quando elas são reais” [grifos nossos].

Ao final do texto, faz uma cobrança explícita às autoridades governamentais para que estas desenvolvam ações efetivas em relação ao controle da febre amarela, argumentando que o governo brasileiro não tem conseguido lidar de forma eficaz com as viroses: *“Que a onda de pânico em torno da FA ao menos sirva para que a população redobre seus esforços para combater o mosquito, e que as autoridades reforcem o sistema de vigilância sanitária. As mortes por dengue mostram que os serviços médicos não estão prontos para reconhecer e tratar rapidamente viroses graves*” [grifos nossos]. Parece que o autor, estrategicamente, escolhe se referir ao discurso oficial, no início e ao final do texto, para que fique claro que está endereçando uma mensagem diretamente para o poder público, que, porém, será lida por todos os leitores do jornal, eles mesmos também responsabilizados pelo combate ao mosquito, conforme exposto em trecho anterior: *“Reconhecer que o perfil epidemiológico da moléstia está dentro da normalidade não implica fechar os olhos para os perigos de uma epidemia de febre amarela urbana, que são reais e demandam ações concretas das autoridades e da população*” [grifos nossos].

ENQUADRAMENTO DE CONFLITO

Nesse editorial, ao associarmos as quatro categorias analíticas, notamos que a ênfase do texto recai sobre a disputa (luta simbólica) entre o discurso oficial, que reafirma o padrão de normalidade do evento amarílico, e as teses sustentadas pelo jornal, que desembocam no sentido de agravamento do episódio. A frase *“Reconhecer que o perfil epidemiológico da moléstia está dentro da normalidade não implica fechar os olhos para os perigos de uma epidemia de febre amarela urbana, que são reais e demandam ações concretas das autoridades e da população*” sintetizada essa disputa.

Tal cobertura, centrada na luta simbólica do discurso oficial *versus* as teses defendidas pelo jornal, negligencia os significados mais gerais das ações históricas do poder público que embasam as políticas de controle e prevenção da febre amarela.

Resultados e Discussão

Privilegiando as consequências de uma suposta ineficiência desse mesmo poder público em controlar doença de reconhecida gravidade e letalidade, o editorial dá ao material jornalístico um enquadramento de conflito, essencializado na frase do último parágrafo do texto: *“Que a onda de pânico em torno da FA ao menos sirva para que a população redobre seus esforços para combater o mosquito, e que as autoridades reforcem o sistema de vigilância sanitária. As mortes por dengue mostram que os serviços médicos não estão prontos para reconhecer e tratar rapidamente viroses graves.”* Assim, essa “voz editorial” constitui um significativo indicador dos repertórios que argumentam a favor da tese central que permeou a cobertura da *Folha de S.Paulo*: o risco real de um cenário epidêmico.

Conclusões e Considerações Finais

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

(...)

Não importa a má notícia
Mas vale a boa versão
Na nota um toque de astúcia
E faça-se a opinião
De outra feita, quando seja
Desejo editorial
Faça-se sujo o que é limpo
Troque-se o bem pelo mal

(...)

Um jornal é tanta gente
Um jornal é tanta gente
Tudo frio, tudo quente
Tudo preso à corrente
É tanta gente um jornal

(trecho da canção *O jornal*, de Gilberto Gil)

O noticiário sobre febre amarela veiculado pela *Folha de S.Paulo*, entre 21 de dezembro de 2007 e 29 de fevereiro de 2008, deslocou a doença de seu sentido epidemiológico silvestre, qual seja, um evento de ocorrência espacialmente localizada e de gravidade delimitada, para o urbano, caracteristicamente epidêmico e consideravelmente mais grave.

Apoiando-se fortemente em fontes contrárias às postulações de normalidade da febre amarela sustentadas pelos gestores da saúde pública, as matérias produzidas pela redação do jornal deram intensa visibilidade (saliência) às informações que visavam relativizar a instância discursiva oficial. Esta, por sua vez, embora tenha realizado, ao longo de todo o período estudo, esforços permanentes de comunicação, a fim de minimizar os efeitos que deslocavam a doença para uma forma epidêmica, não conseguiu impor-se ao fluxo discursivo midiático. O motivo dessa ineficácia

Conclusões e Considerações Finais

comunicativa por parte do poder público não foi objeto da presente pesquisa, mas pode ser norteador de futuros estudos, de modo a contribuir para o equilíbrio da complexa e conflituosa relação entre a mídia privada e os gestores da saúde pública.

Entendemos ainda que o foco do noticiário na vacinação como a única estratégia capaz de impedir a ocorrência da doença foi responsável pela busca indiscriminada da população pela vacina amarílica. Sobre este aspecto, chama atenção a ênfase discursiva dada ao caráter de imunidade permanente conferida pela vacina, o que acabou alçando o imunobiológico, simbolicamente, à categoria de “poção mágica”. Na cobertura da *Folha de S.Paulo*, à saliência deste repertório que exaltava os benefícios da vacina contrapõe-se a pequena relevância que o noticiário deu às informações acerca das medidas de controle sanitário e, sobretudo, dos riscos inerentes ao uso de imunobiológicos. Esse descaramento das informações sobre o risco potencial das vacinas, que não raro relativizou o discurso oficial, tirou de foco o fato de que, como todo e qualquer produto farmacêutico, as vacinas não são isentas de efeitos adversos graves, algumas vezes letais.

Finalmente, as análises dos esquemas interpretativos da cobertura da *Folha de S.Paulo* nos permitiram entender como se deu a construção e a internalização dos sentidos acerca da febre amarela: o jornal fez existir uma realidade epidêmica.

Sob a perspectiva do *agenda-setting*, entendemos que o deslocamento de sentidos no caso da febre amarela 2007-2008 está fortemente vinculado aos processos de produção (*newsmaking*) típicos dos meios de comunicação de massa, sobretudo os “efeitos cumulativos”. Norteados pelos conceitos de acumulação e consonância, esses efeitos estruturam a imagem da realidade social que é construída pelos veículos de comunicação. Em nossa análise, pudemos constatar que, a partir do momento em que o acontecimento amarílico ganhou relevância na agenda do jornal, a construção desse sentido se deu em razão da forte presença de dois conceitos: “acumulação”, uma vez que o assunto foi abordado continuamente em seguidas edições e por um longo período de tempo, e de “onipresença”, sendo exposto em diversas editoriais, notadamente naquelas que dedicam maior espaço aos textos opinativos (editorias “Opinião” e “Brasil”).

Conclusões e Considerações Finais

Esse direcionamento editorial crivou o acontecimento de subjetividade, como demonstra a análise quantitativa dos gêneros jornalísticos veiculados ao longo da cobertura: enquanto 37,3% do total de matérias sobre febre amarela foram de natureza interpretativa/argumentativa, apenas 9,5% tiveram caráter essencialmente objetivo. Nessa construção, a *Folha de S.Paulo* ao mesmo tempo em que impôs a febre amarela à agenda cotidiana dos seus leitores, determinou a maneira como a doença deveria ser interpretada: um evento potencialmente epidêmico, perigoso e letal.

A ênfase na divulgação sistemática no noticiário do jornal do número de casos humanos suspeitos, com destaque para os óbitos, representou outro importante mecanismo para a configuração simbólica da febre amarela silvestre como uma realidade epidêmica. A perspectiva numérica é observada na maioria das categorias analisadas, mas é particularmente explorada nos títulos das chamadas de capa. Os enquadramentos das capas produziram efeitos de sentido que salientaram a negatividade, a dramaticidade e a inevitabilidade do acontecimento, tipo de enquadre que confere ao registro jornalístico uma natureza mais emotiva do que informativa (SOUSA, 2006).

Além disso, a publicização numérica das doenças coloca em evidência a extensão do fenômeno no cotidiano, dando ao que poderia ser um evento passageiro um caráter irreversível.

“... o crescimento [do número de casos] impõe, por si só, a imagem de um fenômeno de alto risco, dificilmente controlável. Naquilo que diz respeito à vida biológica, é quase *inevitável* que a ele se associe, qualquer que seja o mecanismo de difusão, a *noção de epidemia*, que constitui então o *único modelo inteligível* do acontecimento (...) as informações passam a misturar continuamente a avaliação do *estado atual* da doença com a antecipação daquilo que ela *pode tornar-se* [grifos nossos] (HERZLICH e PIERRET, 1992).

Os números também expressaram o confronto simbólico entre a instância discursiva oficial (epidemiologia e poder público) e a instância discursiva midiática, cada uma das quais tentando legitimar e impor a sua perspectiva, em uma clara luta simbólica. Nessa disputa, o enquadre jornalístico deu aos números uma espécie de “autonomia” de sentidos (“os números falam por si”), que teve como efeito central a

Conclusões e Considerações Finais

desqualificação do discurso institucional, então centrado no argumento epidemiológico que definia o episódio como “dentro da normalidade”.

A análise das matérias permitiu identificar o surgimento dos primeiros casos de reação grave e de óbitos por febre amarela vacinal como o fato que mais contribuiu para o desgaste do tema na pauta do jornal. Mas àquela altura o noticiário acerca da epizootia amarílica já havia impactado todo o sistema público de imunização – da produção, inclusive com repercussões no cenário mundial, à distribuição da vacina antiamarílica pelo território brasileiro – e exposto a população aos riscos inerentes ao imunobiológico.

Todas as construções discursivas implicam um fazer cotidiano, inclusive a do jornalismo. A bandeira da liberdade de expressão, reconhecida e legitimada nas sociedades ocidentais como instrumento fundamental à cidadania, não pode servir de salvo conduto ao fazer jornalístico. Ao contrário, como construtor de significação, ele também deve ter em perspectiva as complexidades dos processos do adoecimento humano e os limites do conhecimento no tratamento das doenças.

No caso da febre amarela, as repercussões que os sentidos mediatizados tiveram sobre os processos saúde/enfermidade vivenciados pelas pessoas no cotidiano e seus impactos sobre o sistema público de saúde demandam uma discussão crítica sobre o papel do jornalismo generalista na propagação da informação em saúde. É esse o olhar que permite a articulação do biológico, do político, e do social nas construções simbólicas. Sobretudo, permite, como postulam HERZLICH e PIERRET (1992), que “uma doença permaneça apenas... uma doença”.

7 REFERÊNCIAS

DE ARAÚJO, I. S. Mapa da comunicação. **RADIS, Comunicação em Saúde**. Rio de Janeiro, n. 100, p. 35, dez. 2010.

BAHIA, J. O que é reportagem. In: _____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.

BARROS, J. W. O Exercício do poder de polícia na vigilância sanitária do Distrito Federal. In: DELDUQUE, M.C. (org.). **Questões Atuais de Direito Sanitário**. Brasília, DF: Edições MS, 2006.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 7-16. Disponível em: http://api.ning.com/files/Svnx3GcSbjFTk5wFWevbxTGVwFqtd1ARdswUpDA8a njRgkqvFZs1erjHHu*McJjy45p9RQbFn7DlATXI63jLw4R7MQf-*0/Bourdieu_Pierre__Sobre_o_poder_Simblico.pdf. Acesso em: 21 abr. 2011.

BRASIL. MS - Ministério da Saúde. FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Museu da Funasa. **Cronologia histórica: uma visão histórica da saúde brasileira**. Brasília, DF, s/d. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/museuCronHis.asp>. Acesso em: 27 jan. 2011.

BRASIL. MS - Ministério da Saúde. SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde. **Recomendação de vacinação contra febre amarela para viajantes com destino ao Brasil**. Brasília, s/d. Disponível em: http://www.conbrasil.org.ar/CONSBRASIL/files/febre_amarela.pdf.

BRASIL. MS - Ministério da Saúde. Funasa - Fundação Nacional de Saúde. **Manual de vigilância epidemiológica de febre amarela**. Brasília, DF, 1999. Disponível em:

Referências

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu_feam.pdf. Acesso em: 9 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Situação da prevenção e controle das doenças transmissíveis no Brasil**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de vigilância de epizootias em primatas não humanos**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Situação da febre amarela no Brasil, 2007 e 2008**. Boletim epidemiológico, Brasília, 22 fev. 2008a. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletimfa_220208.pdf. Acesso em: 9 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Vigilância da Febre Amarela**. Brasília, DF, 2008b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Ações transversais da vigilância em saúde: promoção, integração, e análise: gestão 2007-2008**. Brasília, 2009.

CARRETA, J. A. Os médicos e a Revolta da Vacina. 05/2008, ESOCITE - VII Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, v. 1, p.1-3, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/35735.doc>. Acesso em: 13 jun. 2009.

CARVALHEIRO, J. R. et al. A construção da saúde pública no Brasil no século XX. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. (Org). **Saúde pública: bases conceituais**. São Paulo: Atheneu; 2008. p. 1-14.

Referências

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COLLING, L. *Agenda-setting e framing*: reafirmando os efeitos limitados. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abr. 2001.

DA COSTA, J. Z. A. Da luta à pauta: o agendamento do movimento sindical na imprensa diária. In: GOMES, A. (org.). **Além da notícia**. Natal: EDUFRN, 2006.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FLECK, L. **La génesis y del desarrollo de um hecho científico**: introducción a la teoria del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

FRANCO, O. **História da febre amarela no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.

FREITAS, T. R. O uso de argumentos sobre verdade e esperança em campos controversos: um estudo sobre a veiculação de pesquisas com células-tronco na mídia. 2010. 13-44 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GOMES, A. C. et al. Ecologia de *Haemagogus* e *Sabethes* (Díptera: Culicidae) em áreas epizooticas do vírus da febre amarela, no Rio Grande do Sul, Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 19, n. 2, abr./jun. 201.

GOMES, A. Formas alternativas de agendamento social: um estudo sobre literatura de cordel. In: _____. **Além da notícia**. Natal: Edufrn, 2006. p. 67-82.

Referências

HERZLICH, C.; PIERRET J. Uma doença no espaço público: a AIDS em seis jornais franceses. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000300005. Acesso em: 27 jul. 2009.

IBÁÑEZ GRACIA, T. O “giro lingüístico”. In: IÑIGUEZ, L. (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 19-49.

KUCINSKI, B. Jornalismo, saúde e cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu-SP, n. 1, p. 181-186, 2000.

KUCINSKY, B. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. 3. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, V. A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LÖWY, I. Representação e intervenção em saúde pública: vírus, mosquitos e especialistas da Fundação Rockefeller no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 3, nov. 1998/fev. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100006&lng=en&nrm=iso.

LÖWY, I. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MACHADO, K. **Febre amarela na mídia**. Rio de Janeiro: Radis, mai. 2008. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/radis/69/07.html>. Acesso em: 6 out. 2008.

Referências

MARECO, R. T. M.; PASSETTI, M. C. C. Greve dos professores do Estado de São Paulo: efeitos de (im)parcialidade em manchetes de dois jornais paulistas. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, p. 119-131, ago./dez. 2010.

MAZIÈRE, F. **Análise do discurso**: história e práticas. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

McCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MEDRADO, B. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 243-271.

MOREIRA, R. L. C. A.; RASERA, E. F. Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. **Psicologia & Sociedade**; v. 22, n. 3, p. 529-537, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a13.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2011.

PELICIONI, M. C. F.; PELICIONI, A. F.; TOLEDO, R. F. A educação e a comunicação para a promoção da saúde. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. (Org.). **Saúde pública**: bases conceituais. São Paulo: Atheneu; 2008. p. 165-268.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, A. P. G. A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos. **Pauta Geral - Revista de Jornalismo**, n. 9, p. 17-32, 2007. Disponível em:

Referências

http://74.125.155.132/scholar?q=cache:rBljTHbeifEJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 13 fev. 2011.

ROSADO, C. A. E. Hunos da nova espécie: um caso “bárbaro” de agendamento. In: GOMES, A. (org.). **Além da notícia**. Natal: Edufrn, 2006. p. 57-69.

ROTHBER, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5., 2007, Aracaju, **Anais...** Aracaju: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2007.

SHAW, E. F. Shaw. and Mass Communication Theory. **International Communication Gazette**, v. 25, p. 96-105, may 1979. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/22925642/1944236267/name/Shaw-++and+Mass+Communication+Theory.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

SOUSA, J. P. O dia depois: a reacção da imprensa portuguesa ao atentado de 11 de marco de 2004 em Madrid. In: GOMES, A. (org.). **Além da notícia**. Natal: Edufrn, 2006. p. 159-207.

SPINK, M. J. et al. A construção da AIDS-notícia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 1-10, p. 851-862, jul./ago., 2001.

SPINK, M. J. et al. Usos do glossário do risco em revistas: contrastando "tempo" e "públicos". **Psicol. Reflex. Crit.**, vol.21, n.1, Porto Alegre 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722008000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 23 mar. 2011.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e reprodução de sentidos no cotidiano**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Referências

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; MENEGOM V. M. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: IÑIGUEZ, L. (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 258-303.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 63-92.

SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 123-151.

STEPAN, N. **Gênese e evolução da ciência brasileira**: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova/Fiocruz. 1976.

TARGINO, M. G. Caminhos metodológicos rumo ao *gatekeeping* e *newsmaking* na esfera do jornalismo cidadão. In: _____. **Jornalismo cidadão: informa ou deforma?** Brasília: Ibict /UNESCO, 2009. p. 129-168.

TAUIL, p. l. Aspectos críticos do controle da febre amarela no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 555-558, 2010.

VASCONCELOS, P. F. C. Febre amarela. **Rev Soc Bras Med Trop**, v.36, n. 2, p.275-293, mar./abr. 2003

Referências

WOLF, M. Teorias da comunicação. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

WHO - World Health Organization. Global Alert and Response - GAR. **Yellow fever in Brazil**. Geneva, 5 fev. 2008. Disponível em:

http://www.who.int/csr/don/2008_02_07/en/index.html. Acesso: 13 abr. 2011.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Matérias* sobre febre amarela publicadas no jornal *Folha de S.Paulo*, de acordo com a ordem cronológica, título, tipo de editoria, autoria e endereço de acesso.

Data	Título	Editoria	Autoria	Disponível em
21/12/2007	Morte de macacos por febre amarela intensifica vacinação	Cotidiano	Felipe Bächtold Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2112200734.htm
02/01/2008	Parque fechado por febre amarela reabre	Cotidiano	Da sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0201200804.htm
03/01/2008	Febre amarela	Painel do leitor	Carlos Brisola Marcondes (leitor de Florianópolis, SC)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0301200810.htm
05/01/2008	Trabalhador rural com suspeita de febre amarela é internado	Cotidiano	Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0501200825.htm
06/01/2008	Morre paciente com suspeita de febre amarela	Cotidiano	Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0601200839.htm
08/01/2008	Mais uma pessoa morre com suspeita de febre amarela	Cotidiano	Johanna Nublat Angela Pinho, Da sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0801200818.htm
08/01/2008	Com suspeita da doença, mulher é internada em Mato Grosso	Cotidiano	Afonso Benites Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0801200819.htm
09/01/2008	Suspeita de febre amarela provoca corrida a postos do DF	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp09012008.htm
09/01/2008	Governo alerta as agências de viagens sobre vacina	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília Da Agência Folha Da Agência Folha, em Belo Horizonte	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0901200815.htm
09/01/2010	Suspeita de febre amarela lota postos de vacinação no DF	Cotidiano	Angela Pinho Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0901200816.htm
09/01/2008	Risco de epidemia urbana é remoto, dizem especialistas	Cotidiano	Da reportagem local (Cláudia Collucci)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0901200818.htm
09/01/2008	Frases	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0901200819.htm
10/01/2008	Ministério da Saúde descarta ameaça de febre amarela urbana	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp10012008.htm
10/01/2008	Eu descarto, tu	Opinião	Eliane	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao

ANEXOS

	descartas...		Cantanhêde	ao/fz1001200804.htm
10/01/2008	Ministro descarta risco de febre amarela em cidades	Cotidiano	Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1001200815.htm
10/01/2008	Já faltam vacinas em postos de Goiás e do Distrito Federal	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília Da Agência Folha, em Goiânia	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1001200816.htm
10/01/2008	Prevenção: passageiros rumo a Goiânia não são avisados sobre febre	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1001200817.htm
10/01/2008	Goiano morre com suspeita de febre amarela no Paraná	Cotidiano	José Maschio Da Agência Folha, em Londrina Afonso Benites Da Agência Folha Jorge Soufen Jr Da Folha Ribeirão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1001200818.htm
11/01/2008	Governo confirma primeira morte por febre amarela	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp11012008.htm
11/01/2008	Só nos faltava essa!	Opinião	José Sarney	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1101200806.htm
11/01/2008	Base do governo pretende recriar imposto do cheque	Brasil	Fábio Zanini Luciana Otoni Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1101200802.htm
11/01/2008	Alerta	Brasil – Coluna Paineis	Renata Lo Prete	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1101200801.htm
11/01/2008	Mico	Brasil – Coluna Paineis	Renata Lo Prete	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1101200801.htm
11/01/2008	Ministério confirma morte por febre amarela	Cotidiano	Johanna Nublat Angela Pinho Da Sucursal de Brasília Colaborou a Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1101200821.htm
11/01/2008	PM é acionada para controlar vacinação em GO	Cotidiano	Da Agência Folha, em Caldas Novas	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1101200822.htm
11/01/2008	Minas Gerais: exame descarta doença em pecuarista internado em BH	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1101200823.htm
11/01/2008	No aeroporto de Congonhas, espera foi maior que 3 horas	Cotidiano	Ricardo Viel Colaboração para a Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1101200824.htm
12/01/2008	Saúde confirma febre amarela em moradora	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp12012008.htm

ANEXOS

	de SP			
12/01/2008	Saúde	Brasil – Painel do leitor	Vanderlei França, assessor de imprensa da Secretaria de Estado da Saúde (São Paulo, SP)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1201200810.htm
12/01/2008	Férias frustradas	Brasil – Coluna Painei	Renata Lo Prete	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1201200801.htm
12/01/2008	Mulher é internada em São Paulo com febre amarela	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília Da reportagem local (Angela Pinho, Johanna Nublat, Cláudia Collucci e Ricardo Westin)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1201200826.htm
12/01/2008	Argentina: turistas formam filas para vacinação	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1201200827.htm
12/01/2008	Aeroporto e postos de SP têm filas de vacinação	Cotidiano	Colaboração para a Folha (Ricardo Viel)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1201200828.htm
12/01/2008	Aposentada de Mogi das Cruzes morre com suspeita da doença em Goiás	Cotidiano	Talita Bedinelli Da Agência Folha, em Goiânia Colaborou José Maschio, da Agência Folha, em Londrina	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1201200829.htm
12/01/2008	Goiás: suspeitas de febre afetam turismo local	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1201200830.htm
12/01/2008	Socorro! Chegou o mosquitoflex!	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1201200803.htm
13/01/2008	Vacinação contra febre amarela gera filas de 4 horas	Capa	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp13012008.htm
13/01/2008	Fizeram marquetagem com a febre amarela	Brasil	Elio Gaspari	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1301200809.htm
13/01/2008	O porquinho Lobão	Dinheiro	Vinicius Torres Freire	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1301200810.htm
13/01/2010	SP tem fila de até 4 h para vacina contra febre amarela	Cotidiano	Vinicius Queiroz Galvão Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301200830.htm
13/01/2010	Espanhol morre com suspeita da doença em GO	Cotidiano	Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301200831.htm
14/01/2008	Ministro vai à TV e nega epidemia de febre amarela	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp14012008.htm
14/01/2008	Ministro vai à TV negar	Cotidiano	Maria Clara	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidi

ANEXOS

	epidemia de febre amarela		Cabral Da Sucursal de Brasília Ana Paula Ribeiro Da Folha Online Em Brasília	an/ff1401200801.htm
14/01/2008	Frase	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200802.htm
14/01/2010	Infectologista defende vacina obrigatória	Cotidiano	Cláudia Collucci Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200803.htm
14/01/2008	Para médicos, não há motivo para alarde	Cotidiano	Colaboração para a Folha(Cinthia Rodrigues)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200804.htm
14/01/2008	"É uma situação normal", diz Drauzio Varella	Cotidiano	Vinícius Queiroz Galvão Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200805.htm
14/01/2008	Na rodoviária Tietê, agente faz triagem na fila da vacina	Cotidiano	Maria Carolina Nomura Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200806.htm
14/01/2008	Suspeita fecha parque e zôo em Cascavel, no PR	Cotidiano	Rodrigo Vargas Da Agência Folha, em Campo Grande DF	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200807.htm
15/01/2008	GO confirma 2ª morte por febre amarela neste ano no Brasil	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp15012008.htm
15/01/2008	Não-epidemia	Opinião	Opinião dos proprietários do jornal	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1501200801.htm
15/01/2008	Em ano eleitoral	Brasil – Coluna Toda Mídia	Nelson de Sá	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1501200822.htm
15/01/2008	Confirmada 2ª morte no ano por febre amarela	Cotidiano	Felipe Bächtold Da Agência Folha Angela Pinho Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1501200810.htm
15/01/2008	Brasil fez alerta internacional sobre doença	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1501200811.htm
15/01/2008	Imunização: Serra diz que só deve se vacinar quem for para área de risco	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1501200812.htm
15/01/2008	Vacinas: Fiocruz dobra a produção anual de vacinas contra febre	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1501200813.htm

ANEXOS

	amarela			
15/01/2008	Em breve: mulher internada em SP com febre amarela deve ter alta	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1501200814.htm
15/01/2008	"Principal erro é não responder rapidamente", diz médica de Harvard	Cotidiano	Fernando Barros de Mello Da redação	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1501200815.htm
15/01/2008	Socorro! Vou sair no Bloco do Repelex!	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1501200803.htm
16/01/2008	Brasil já registra 5ª morte por febre amarela no ano	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp16012008.htm
16/01/2008	O jogo do contente é um veneno velho	Brasil	Elio Gaspari	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1601200813.htm
16/01/2008	Alarme e os tamborins	Brasil – Coluna Toda Mídia	Nelson de Sá	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1601200821.htm
16/01/2010	Mortes por febre amarela já chegam a 5	Cotidiano	Da Agência Folha Da Agência Folha, em Londrina Da Sucursal de Brasília De Genebra (Felipe Bächtold, José Maschio, Johanna Nublat, Angela Pinho e Marcelo Ninio)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1601200819.htm
16/01/2008	Número insuficiente: faltam postos de vacinação em 34 cidades de Goiás	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1601200820.htm
16/01/2008	Febre amarela: apesar de ser raro, vacina já matou ao menos 4 no país	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1601200821.htm
16/01/2008	Horas antes de anúncios, Marta diz que país vive "epidemia de fofocas"	Cotidiano	Rodrigo Vargas Da Agência Folha, em Bonito	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1601200822.htm
16/01/2008	Não podemos exigir vacina, diz secretária de GO	Cotidiano	Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1601200823.htm
16/01/2008	Em Cuba, Lula e Temporão negam haver surto no país	Cotidiano	Letícia Sander Da enviada a Havana	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1601200824.htm
16/01/2008	Frases	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1601200825.htm

ANEXOS

16/01/2008	Dentinho comanda reservas, é elogiado e pode ser titular	Esportes	Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1601200819.htm
16/01/2008	Buamba! Quero rodízio de alojamento!	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1601200803.htm
17/01/2008	Saúde confirma 10 casos de febre amarela, com 7 mortes no país	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp17012008.htm
17/01/2008	Índex do mosquito	Brasil – Coluna Painei	Vera Magalhães (interina)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1701200801.htm
17/01/2008	Fora de casa	Brasil – Coluna Painei	Vera Magalhães (interina)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1701200801.htm
17/01/2008	Mortes por febre amarela já superam 2007	Cotidiano	Angela Pinho Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701200816.htm
17/01/2008	EUA: embaixada recomenda vacina também para quem vai a cidades	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701200817.htm
17/01/2008	Destruição do cerrado favorece a doença, dizem especialistas	Cotidiano	Talita Bedinelli Da Agência Folha Eliane Cantanhêde Colunista da Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701200818.htm
17/01/2008	Com filas nos postos de saúde, Rio vive agora "revolta pela vacina"	Cotidiano	Raquel Abrantes Da Sucursal do Rio	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701200820.htm
18/01/2008	Reserva de energia	Opinião	Opinião dos proprietários do jornal	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1801200801.htm
18/01/2008	De águas e micos	Opinião	Eliane Cantanhêde	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1801200804.htm
18/01/2008	"Revacinação" ameaça estoques em Estados	Cotidiano	Talita Bedinelli Afonso Benites Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1801200811.htm
18/01/2008	"Vi o que meu irmão passou", diz sobrevivente	Cotidiano	Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1801200812.htm
18/01/2008	Turista é mais importante que prejuízos, diz Temporão	Cotidiano	Luciana Otoni Da Sucursal de Brasília Colaboraram Johanna Nublat e Angela Pinho, da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1801200813.htm
18/01/2008	Frase	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1801200814.htm
18/01/2008	Espera para ser	Cotidiano	Da reportagem	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian

ANEXOS

	vacinado chega a quatro horas em São Paulo		local	an/ff1801200815.htm
18/01/2008	Ueba! Mosquito entra pro "Big Brother"!	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/illustrad/fq1801200803.htm
18/01/2008	Westwood se vacina contra febre amarela	Ilustrada	Eva Joory Colaboração para a Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/illustrad/fq1801200847.htm
19/01/2008	Goiás confirma 11º caso de febre amarela no país em 2008	Capa		http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp19012008.htm
19/01/2008	Progressão	Brasil – Coluna Painei	Vera Magalhães (interina)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1901200801.htm
19/01/2008	GO confirma mais um caso de febre amarela	Cotidiano	Talita Bedinelli Afonso Benites Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1901200816.htm
19/01/2008	Mulher em coma pode ter tido reação à vacina	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1901200817.htm
19/01/2008	Almir da Cunha e a febre rara e amarela	Cotidiano	Willian Vieira Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1901200836.htm
20/01/2008	Sobe para 8 o total de mortes causadas por febre amarela	Capa	Por Laura Capriglioni	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp20012008.htm
20/01/2008	Perguntar não ofende	Opinião	Eliane Cantanhêde	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2001200804.htm
20/01/2008	Menos mal	Brasil – Coluna Painei	Vera Magalhães (interina)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2001200801.htm
20/01/2008	Febre de poder	Brasil	Elio Gaspari	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2001200808.htm
20/01/2008	Tendência é que casos de febre amarela se reduzam	Cotidiano	Angela Pinho Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2001200816.htm
20/01/2008	Por medo de febre amarela, macacos são mortos a tiros	Cotidiano	Laura Capriglione Enviada Especial a Brasília Fernando Donasci Repórter-fotográfico	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2001200817.htm
20/01/2008	Frases	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2001200818.htm
20/01/2008	Os números	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2001200819.htm
20/01/2008	Nem todos precisam de vacina	Cotidiano	Julio Abramczyk Colunista da Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2001200825.htm
20/01/2008	Confirmada a 8ª morte por febre amarela	Cotidiano	José Eduardo Rondon Da Agência	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2001200832.htm

ANEXOS

			Folha	
20/01/2008	Buamba! Quero vacina pra lobisomem!	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2001200803.htm
20/01/2008	Medo de desfile no rio Tietê se dissemina entre fashionistas	Ilustrada	Nina Lemos Colunista da Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2001200834.htm
21/01/2008	Febre amarela de vítimas não foi identificada por hospitais	Capa	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp21012008.htm
21/01/2008	Frases	Brasil	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinião/fz2101200807.htm
21/01/2008	Febre amarela	Brasil – Painel do leitor	Durayd El Droubi (Colina, SP) Geraldo Siffert Junior (Rio de Janeiro, RJ)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinião/fz2101200810.htm
21/01/2008	Alerta médico foi tardio para 4 mortos por febre amarela	Cotidiano	Cláudia Collucci Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101200820.htm
21/01/2008	Médico suspeitou da doença ao mulher relatar ter alimentado macacos no MS	Cotidiano	Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101200821.htm
22/01/2008	6,6 milhões vivem em áreas sob risco de febre amarela	Cotidiano	Angela Pinho Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2201200815.htm
22/01/2008	Vacina para Carnaval tem de ser tomada hoje	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2201200816.htm
22/01/2008	Veja a lista	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2201200817.htm
22/01/2008	Buamba! Vou sair no Filhos de Glande!	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2201200803.htm
23/01/2008	Quase 1 mi de pessoas foram vacinadas sem necessidade	Cotidiano	Da Agência Folha (Felipe Bächtold e João Carlos Magalhães) Colaborou Ângela Pinho, Da Sucursal De Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2301200828.htm
24/01/2008	Goiás registra 9ª morte por febre amarela no país	Capa	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp24012008.htm
24/01/2008	GO tem 9ª morte por febre amarela no país	Cotidiano	Felipe Bächtold Talita Bedinelli Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2401200809.htm

ANEXOS

			Ricardo Westin Da reportagem local	
24/01/2008	Buamba! A Britney tá pior que macumba!	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2401200803.htm
25/01/2008	Casal é preso acusado de furtar vacina em Goiânia	Cotidiano	Talita Bedinelli Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2501200813.htm
25/01/2008	Ministério confirma 10ª morte por febre amarela; número é recorde desde 2003	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2501200814.htm
25/01/2008	Vacinação reduz estoque de sangue em GO e no DF	Cotidiano	Johanna Nublat Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2501200814.htm
26/01/2008	Ministério pede maior controle sobre vacinação	Cotidiano	Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2601200823.htm
27/01/2008	Pré-estréia	Brasil – Coluna Paineis	Vera Magalhães (interina)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200801.htm
27/01/2008	Jornalismo Febril	Ombudsman	Mário Magalhães	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsman/om2701200801.htm
27/01/2008	Carnaval 2008! É proibido pensar	Ilustrada	José Simão	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2701200803.htm
30/01/2008	Mulher em coma tem suspeita de febre amarela vacinal	Cotidiano	Da reportagem local (Cláudia Collucci)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3001200826.htm
30/01/2008	Homem morre com suspeita de reação a vacina	Cotidiano	Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3001200827.htm
31/01/2008	Vítima tinha contra- indicações para vacina	Cotidiano	Cláudia Collucci Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3101200826.htm
01/02/2008	Enfermeira morre após tomar vacina da febre amarela	Capa	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp01022008.htm
01/02/2008	Consultar antes	Brasil – Coluna Toda Mídia	Nelson de Sá	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0102200819.htm
01/02/2008	Morre mulher com suspeita de febre amarela vacinal	Cotidiano	Cláudia Collucci Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0102200827.htm
01/02/2008	Reforço: OMS envia 4 milhões de doses de vacinas contra a febre amarela	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0102200828.htm
01/02/2008	Goiás confirma a 11ª morte pela doença	Cotidiano	Felipe Bächtold Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0102200829.htm
01/02/2008	"Foi azar", diz jovem que se infectou em Goiás	Cotidiano	Ricardo Westin Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0102200830.htm
01/02/2008	Febre amarela preocupa	Esporte	Mariana Lajolo	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esp

ANEXOS

	e até desaloja equipe		Da reportagem local	te/fk0102200810.htm
01/02/2008	Cautela: Goiás dá folga a atletas vacinados e confere carteirinha	Esporte	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0102200811.htm
02/02/2008	Febre amarela mata mais 2. Vítimas desde dezembro já são 13	Capa	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp02022008.htm
02/02/2008	Temporão e o vento	Opinião	Melchiades Filho	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0202200804.htm
02/02/2008	Mortes por febre amarela chegam a 13 desde dezembro	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília Colaborou José Eduardo Rondon, da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0202200817.htm
03/02/2008	A pergunta que não quer calar	Brasil – Coluna Paineis	Vera Magalhães (interina)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0302200801.htm
03/02/2008	Revolta pela vacina	Ciência	Marcelo Leite	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0302200805.htm
03/02/2008	Galo da Madrugada leva às ruas de Recife sátira à febre amarela	Cotidiano	Fábio Guibu Da Agência Folha, em Recife	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0302200832.htm
03/02/2008	Imperador do Ipiranga terá ala contra cobaias	Cotidiano	Rafael Garcia Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0302200833.htm
05/02/2008	Temporão acusa mídia de alardear a febre amarela	Cotidiano	Elvira Lobato Da Sucursal do Rio	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0502200825.htm
05/02/2008	Ministério confirma dois novos casos em MS e GO	Cotidiano	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0502200826.htm
06/02/2008	Secretaria da Saúde confirma 2º caso em MG	Cotidiano	Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0602200836.htm
06/02/2008	Clube aguarda novo atacante estrangeiro	Esportes	Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0602200810.htm
07/02/2008	Paraguai teve morte por febre amarela, diz hospital	Cotidiano	Ricardo Westin Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0702200821.htm
08/02/2008	Suspeita de febre amarela causa corrida para vacinação	Cotidiano	Da reportagem local Com agências internacionais	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0802200816.htm
09/02/2008	MG confirma 3º caso de febre amarela no Estado	Cotidiano	Da Agência Folha (Matheus Pichonelli e José Eduardo Rondon) Colaborou a Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0902200828.htm
09/02/2008	Doença faz OPAS	Cotidiano	Da Sucursal de	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidi

ANEXOS

	emitir alerta à América Latina		Brasília	an/ff0902200829.htm
09/02/2008	Idealizadora diz que Cemas foi desvirtuado	Cotidiano	Da reportagem local	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0902200822.htm
10/02/2008	Veneno	Brasil – Coluna Painei	Renata Lo Prete	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1002200801.htm
10/02/2008	Homem morre com suspeita de reação à vacina	Cotidiano	Da Agência Folha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1002200816.htm
11/02/2008	Febre fatal	Ilustrada	Mônica Bergamo	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1102200803.htm
12/02/2008	SP tem 2º caso de morte por suspeita de reação a vacina de febre amarela	Cotidiano	Da reportagem local (Márcio Pinho)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1202200820.htm
13/02/2008	Ministério confirma mais duas mortes por febre amarela	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1302200821.htm
15/02/2008	Barbara Gancia quer me calar	Opinião	Luis Favre	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1502200809.htm
16/01/2008	Febre amarela põe Paraguai sob emergência	Cotidiano	Da reportagem local Com agências internacionais e Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1602200820.htm
17/02/2008	A Corte e a província	Opinião	Carlos Heitor Cony	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200805.htm
19/02/2008	Índia de 15 anos morre no MT por febre amarela	Cotidiano	Da Sucursal De Brasília (Johanna Nublat)	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1902200825.htm
20/02/2008	Atenção	Brasil – Coluna Painei	Renata Lo Prete	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2002200801.htm
21/02/2008	Mosquitos	Turismo	Sem autoria	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx2102200807.htm
23/02/2008	Ministério da Saúde confirma uma morte e 2 novos casos de febre amarela	Cotidiano	Da Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2302200809.htm
24/02/2008	Casa do vizinho	Brasil – Coluna Painei	Renata Lo Prete	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2402200801.htm
29/02/2008	Mortos por febre amarela sobem para 19	Cotidiano	Sucursal de Brasília	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2902200810.htm

*Excluídos dois registros: a nota “Mosquito” (editoria Turismo) e a matéria “Catálogo virtual reúne a vida de 30 mil espécies” (editoria Ciência), publicadas respectivamente em 21 e 27 de fevereiro de 2008.

Apêndice 2 - Documentos oficiais sobre a epizootia de febre amarela emitidos pelas autoridades de saúde pública, entre 3 de janeiro e 28 de fevereiro de 2008, de acordo com a ordem cronológica, título, tipo de documento e órgão emissor.

2008	Título	Tipo de documento	Órgão emissor	Disponível em:
03/01	Vacinação contra febre amarela previne doença no DF	Notícia no portal	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS*	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=40857
07/01	Saúde intensifica vacinação contra febre amarela no DF e GO	Notícia no portal	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=40958
08/01	Turistas e diplomatas serão alertados sobre febre amarela em áreas de risco	Notícia no portal	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=41017
09/01	Ministro concede entrevista hoje às 15h	Aviso de pauta	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=41079
09/01	Material de apoio para jornalistas	Nota	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=41079
09/01	Temporão descarta epidemia de febre amarela	Notícia no portal	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=41079
13/01	Nota para a imprensa	Nota	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa /	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/febreamarela/materias/Nota_Febre_Amarela_14jan08.pdf

ANEXOS

			MS/SVS	
14/01	Comunicado	Comunicado	MS/SVS	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/febreamarela/materias/comunicado140108.pdf
14/01	Nota para a imprensa	Nota	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa /	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/febreamarela/materias/Nota_Febre_Amarela_14jan08.pdf
14/01	Perguntas e respostas sobre febre amarela	Glossário sobre febre amarela	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31619
15/01	Febre amarela – Dados atualizados	Notícia no portal	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=41197
16/01	Febre amarela	Notícia no portal	Assessoria de Comunicação Social Divisão de Imprensa / MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=41257
16/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_16_jan_20
19/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/nota_fa190108.pdf
19/01	Vacina distribuída é 500% maior do que população de área de risco	Notícia no portal	Assessoria de imprensa MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=41377
21/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_fa2101.pdf
23/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_23_jan_2008_svs_2.pdf
24/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletimfa_2401_2.pdf
25/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_fa_25_jan_2008.pdf
28/01	Situação da febre	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p

ANEXOS

	amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008			df/boletim febre amarela 28 jan 2008.p df
29/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_29_jan_2008.p
df">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela 29 jan 2008.p df
30/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_30_jan_2008_x
.pdf">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela 30 jan 2008_x .pdf
31/01	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_31_jan_2008.p
df">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela 31 jan 2008.p df
01/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_01_fev_2008.p
df">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela 01 fev 2008.p df
04/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_04_fev_2008.p
df">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela 04 fev 2008.p df
06/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim fa_060208.pdf
07/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_07_02_2008.pd
f">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela 07_02_2008.pd f
08/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_%2008_02_200
8.pdf">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela_%2008_02_200 8.pdf
12/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	<a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_febre_amarela_12_fev_2008.p
df">http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletim febre amarela 12 fev 2008.p df
13/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletimfa_130208.pdf
14/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletimfa_140208.pdf
15/02	Situação da Febre Amarela Silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletimfa_150208.pdf
18/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletimfa_180208.pdf
19/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletimfa_190208.pdf
20/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/p df/boletimfa_200208.pdf

ANEXOS

21/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletimfa_210208.pdf
22/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletimfa_220208.pdf
25/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletimfa_250208.pdf
26/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletimfa_260208.pdf
28/02	Situação da febre amarela silvestre no Brasil, 2007 e 2008	Boletim	MS/SVS	http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletimfa_280208.pdf

*Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde

[illegible]

Anexo 1 - Currículo lattes da orientanda.

Cláudia Malinverni

Jornalista no Centro de Produção e Divulgação Científica da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Revisora do Boletim Epidemiológico Paulista (Bepa). Autora dos livros Clóvis Beviláqua – Um senhor Brasileiro e Escola de Justiça – Departamento Jurídico do XI de Agosto, publicados em 2010.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 28/06/2011

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/0557938359994851>

Dados Pessoais***Formação acadêmica/Titulação*****2009****Nome**

Cláudia Malinverni

Nome em citações bibliográficas

MALINVERNI, C.

Sexo

Feminino

Endereço profissional

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Centro de Produção e Divulgação

Científica.
Av. Dr. Arnaldo, 351, sala 131
Cerqueira Cesar
01246-000 - Sao Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30668824
URL da Homepage: www.ccd.saude.sp.gov.br

Formação acadêmica/Titulação

- 2009** Mestrado em andamento em Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Epidemia Midiática: Um Estudo Sobre a Construção de Sentidos na Cobertura da Folha de S.Paulo sobre a Febre Amarela, no Verão 2007-2008, *Orientador:* Profa. Dra. Angela Maria Belloni Cuenca.

Anexo 1 - Currículo lattes da orientadora. **Angela Maria Belloni Cuenca**

Docente do Departamento de Saúde Materno-Infantil da FSP/USP é orientadora na pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, na área de concentração Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade, e é responsável pela disciplina Metodologia da Divulgação do Artigo Científico. Ainda Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, coordena, como suplente, o projeto de cooperação acadêmica entre este programa e o Programa de Doutorado em Saúde Pública da Universidade Federal do Acre (Edital CAPES 2011). Na graduação ministra disciplinas de Acesso e Uso da Informação Bibliográfica. Coordena o grupo de pesquisa em Comunicação Científica em Saúde Pública, desenvolvendo pesquisas que abrangem análise de revistas científicas, bibliometria, acesso e uso da informação científica, gestão de bibliotecas acadêmicas, internet em comunidades acadêmicas, bibliotecas virtuais, programas educativos para competência em informação de usuários de bibliotecas acadêmicas e buscas bibliográficas. Diretora da Biblioteca/CIR: Centro de Informação e Referência da Faculdade de Saúde Pública da USP desde 2003. Coordena os projetos de responsabilidade da Biblioteca da FSP na Biblioteca Virtual em Saúde Pública (BIREME) e na Biblioteca Virtual em Saúde Reprodutiva (IBICT). Graduada em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1977), possui Mestrado (1998) e Doutorado (2004) em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. (Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 23/05/2011Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9289612477584785>

Dados Pessoais

Nome Angela Maria Belloni Cuenca

Nome em citações bibliográficas CUENCA, A. M. B.

Sexo Feminino

Endereço profissional Universidade de São Paulo.
Avenida Dr Arnaldo, 715 – Cerqueira Cesar
01246-904 – São Paulo, SP – Brasil
Telefone: (11) 30889163
URL da Homepage: <http://www.bibcir.fsp.usp.br>

Formação acadêmica/Titulação

2000 - 2004 Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 5).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: O uso da internet por docentes da área de saúde pública no Brasil, *Ano de Obtenção:* 2004.
Orientador: Ana Cristina d'Andretta Tanaka.
Palavras-chave: Internet; Saude Publica; Programas de Pós-Graduação; Docentes universitários.
Grande área: Ciências da Saúde / *Área:* Saúde Coletiva / *Subárea:* Saúde Pública.
Grande área: Ciências da Saúde / *Área:* Saúde Coletiva.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / *Área:* Comunicação / *Subárea:* Ciência da Informação.

1992 - 1997 Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 5) .
Faculdade de Saúde Pública, USP, Brasil.
Título: Usuario da Busca Informatizada: Avaliacao do Curso Medline/Lilacs no Contexto Academico, *Ano de Obtenção:* 1997.
Orientador: Profa. Dra. Midori Ishii.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Grande área: Ciências da Saúde / *Área:* Saúde Coletiva / *Subárea:* Saúde Pública.

1974 - 1977 Graduação em Biblioteconomia. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.

Formação complementar

- 2009 - 2009** Extensão universitária em Curso de Pedagogia Universitária. (Carga horária: 260h).
Universidade de São Paulo. Pro-Reitoria de Graduação.